

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE  
Escola Superior de Teologia  
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

FRANCIRLEI FERREIRA ELIAS

**O Presbiterianismo pioneiro e sua contribuição no  
Mato Grosso do Sul.**

São Paulo  
2012

E42p Elias, Francirlei Ferreira

O presbiterianismo pioneiro e sua contribuição no Mato Grosso do Sul / Francirlei Ferreira Elias – 2012.

139 f. : il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

Orientador: Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira

Bibliografia: f. 132-134

1. Presbiterianismo 2. Mato Grosso do Sul 3. Missão Caiuá I. Título

LC BX9042.B66  
CDD 285.10981

FRANCIRLEI FERREIRA ELIAS

**O Presbiterianismo pioneiro e sua contribuição no  
Mato Grosso do Sul.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Borges Pereira

São Paulo  
2012

FRANCIRLEI FERREIRA ELIAS

**O Presbiterianismo pioneiro e sua contribuição no  
Mato Grosso do Sul.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira – Orientador  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Prof. Dr. Wilson do Amaral Filho  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Prof. Dr. Vagner Gonçalves da Silva  
Universidade de São Paulo

A Deus Sustentador, Provedor e Capacitador de minha vida.

A meus filhos Adriana, Neto e Léo e não menos importante, à minha amada esposa Meire, fiel companheira, esteio, abrigo e cúmplice de minha vida e ministério.

À Igreja Presbiteriana Filadélfia.

A todos os que, num exercício de humildade, dedicaram atenção a esta pesquisa.

.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por revelar-se sempre Amoroso Mantenedor de minha vida, família, ministério e estudos.

Ao Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira, orientador paciente e solidário.

Aos membros da Banca Examinadora, Prof. Dr. Wilson do Amaral Filho e Prof. Dr. Vagner Gonçalves.

Ao Instituto Presbiteriano Mackenzie pela bolsa de estudos concedida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Ao Conselho da Igreja Presbiteriana Filadélfia pelo apoio ministerial e aos meus estudos.

À jovem Caroline Rodrigues da Silva pela paciência e dedicação nas correções deste trabalho.

## Resumo

ELIAS, Francirlei Ferreira. *O Presbiterianismo pioneiro e sua contribuição no Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

A Reforma Protestante na Inglaterra, e o Puritanismo, cujo *spectrum* iria permear a colonização norte-americana e marcar o protestantismo americano, são as verdadeiras raízes do presbiterianismo brasileiro que se instala no Sul de Mato Grosso. Sua inserção se dá através de um projeto missionário ousado pela conexão de ecumenismo e missões, que resulta na criação da Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil (AECI), da qual se origina o projeto holístico da Missão Evangélica Caiuá, em Dourados. Embora também ocorra o estabelecimento do presbiterianismo em outras cidades ao Sul do Estado, é, em Dourados, que o presbiterianismo, através de suas ações nas áreas da educação, saúde, política e, obviamente na da evangelização, exerce influências diversas na sociedade com alcance hodierno.

Palavras-chave: Presbiterianismo, Mato Grosso do Sul, Missão Caiuá.

## Abstract

ELIAS, Francirlei Ferreira. *The insertion of the Presbyterian Church of Brazil in the south of MatoGrosso*. Master's Dissertation in religious studies presented to the Master's Degree program in Religious Studies of the Mackenzie Presbyterian University, São Paulo, 2012.

The Protestant Reformation in England, and whose Puritanism *spectrum* would permeate the North American colonization and mark the American Protestantism, are the real roots of the Brazilian Presbyterianism that installs itself in MatoGrosso do Sul. Its insertion occurs through a daring missionary project by Ecumenism and missions connection, which results in the creation of the Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil (AECI), whose it was originated the holistic project of the Caiuá Evangelical Mission, in Dourados. Although the establishment of Presbyterianism also occurs in other southern cities of the State, is in Dourados that the Presbyterianism, through its actions in the areas of education, health, politics and, obviously the evangelization, exercises several influences in the society with current influence.

Keywords: Presbyterianism, Mato Grosso do Sul , Missão Caiuá.

## Sumário

Introdução .....	09
1. Capítulo 1 – O Presbiterianismo no Brasil .....	15
1.1 Origem do Presbiterianismo .....	15
1.2 O Presbiterianismo no Brasil Colônia, Império e Inserção definitiva....	21
Capítulo 2 – Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso .....	37
2.1 O Sul de Mato Grosso .....	37
2. 2. O Presbiterianismo brasileiro no Sul de Mato Grosso e seus primeiros núcleos .....	76
Capítulo 3 – Contribuição do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso .....	89
3.1 - Contribuição sociocultural .....	89
3.2 - Contribuição política e econômica .....	114
Capítulo 4 – Desenvolvimento da Obra Pioneira Presbiteriana .....	118
4.1 - Desenvolvimento dos projetos pioneiros .....	118
4.2 - Alcance atual .....	119
Considerações Finais .....	126
Referências Bibliográficas .....	134
Anexos .....	137

## Introdução

A Reforma na Inglaterra e o Puritanismo, cujo *spectrum* permearia a colonização norte-americana e marcaria o protestantismo americano, são as verdadeiras raízes do Presbiterianismo brasileiro. Este tema tem sido abordado e seu estudo apresentado, com excelência, por muitos pesquisadores, bem como, a história da Igreja Presbiteriana do Brasil, desde sua inserção no século XIX até nossos dias.

Esta pesquisa, intitulada *A inserção da Igreja Presbiteriana do Brasil no Sul de Mato Grosso*, analisa a chegada dos missionários em Dourados, em 1929, para iniciarem a Missão Evangélica Caiuá e a Igreja em Dourados, sem deixar de registrar as primeiras Igrejas instaladas em Campo Grande, Aquidauana e Guia Lopes da Laguna.

Embora presente, brevemente, a história do Presbiterianismo e sua efetiva fixação no Brasil, desde o século XIX, este trabalho se delimitará na inserção do mesmo na região Sul de Mato Grosso, região esta, que hoje, é o Estado de Mato Grosso do Sul, bem como, conhecer um pouco de sua contribuição social.

Após completar seu sesquicentenário de inserção em solo brasileiro, a história do Presbiterianismo na região do, atual, Mato Grosso do Sul, as estratégias utilizadas para esta, as motivações dos missionários pioneiros, o contexto político, socioeconômico, cultural e religioso encontrados, são desconhecidos ou, quando muito, isolados a determinadas comunidades locais. O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar como se deu este processo de inserção, seus desafios, como também, o alcance efetivo desta obra e quais os desenvolvimentos sociais percebidos.

Como objetivo específico, em que a tônica recai sobre a apresentação concreta do tema a ser pesquisado e, para atingir o objetivo geral anteriormente apresentado, são propostos como alvos: primeiramente, descrever a história do Presbiterianismo no Brasil; o segundo discorrerá a história da inserção do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso; por conseguinte, a pesquisa refletirá a contribuição social do Presbiterianismo e seu efetivo alcance; por fim, procurará compreender se há continuidade desta

contribuição pioneira no desenvolvimento da obra presbiteriana na sociedade sul-mato-grossense.

Assim sendo, a questão norteadora, desta pesquisa, consiste em refletir a história do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso e sua contribuição com a sociedade.

A história da implantação do Presbiterianismo no Mato Grosso do Sul, os desafios desta obra iniciante, as estratégias utilizadas e das próprias comunidades são, muitas vezes, desconhecidas ou descentralizadas, estabelecendo um vácuo histórico das mesmas. Portanto, para responder ao assunto norteador, as seguintes questões são propostas: 1. Como surgiu o Presbiterianismo no Brasil?; 2. Como se deu e quais as motivações na inserção do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso?; 3. Quais as contribuições sociais e religiosas do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso?; 4. Qual o desenvolvimento da obra presbiteriana pioneira no Sul Mato Grosso?

Em resposta a esses questionamentos, a pesquisa aponta as seguintes hipóteses: 1. O Presbiterianismo no Brasil tem origem na Reforma Protestante; 2. Sua inserção se deu através do esforço missionário voltado para a educação, assistência social e espiritual; 3. Desde sua inserção, o Presbiterianismo contribuiu, efetivamente, no desenvolvimento social e religioso dessa região; 4. A obra pioneira presbiteriana, de assistênciasocioeducacional e espiritual, está estabelecida e em desenvolvimento no Mato Grosso do Sul.

O desenvolvimento desta pesquisa parte da análise do surgimento do Presbiterianismo como fruto e desdobramento da Reforma Protestante, no século XVI, e da influência de João Calvino a esse movimento protestante, que, sob a sua liderança, se difundiu pela Europa. Segundo Alderi de Souza Matos<sup>1</sup>, a influência de Calvino ao movimento reformado foi de tal ordem, que os reformados passaram a ser conhecidos como calvinistas.

O Calvinismo se fez presente no Brasil Colônia através dos huguenotes na França Antártica e a presença dos reformados holandeses no Nordeste brasileiro (MATOS, 2004, p.13). Expulsos os invasores pelos portugueses, e assim como ocorrera na invasão francesa dos huguenotes calvinistas, com os holandeses, não restou nada como sinal da presença da fé protestante, a não

---

<sup>1</sup> In História do Presbiterianismo [Texto Mimeo]

ser, como diz Boanerges Ribeiro (1973, p.15), a identificação de protestante como invasor.

Ainda segundo Alderi Matos, em 1559, o Presbiterianismo era organizado, nacionalmente, na Igreja Reformada da França, surgindo, posteriormente, nas Ilhas Britânicas, no sistema que, com conotações políticas e teológicas, implicava na independência da Igreja do Estado, contrapondo-se aos reis ingleses e escoceses, que eram partidários do Episcopalismo.

Surgiram, assim, na Inglaterra, os “puritanos”, chamados desta forma por defenderem que a Igreja na Inglaterra fosse pura, nos moldes bíblicos, na doutrina e no governo. Os puritanos enfrentaram a oposição de Elizabete I e seus sucessores, Tiago I e Carlos I, mas acabaram conquistando o poder após a Guerra Civil, em decorrência dessa oposição.

Os puritanos convocaram a Assembleia de Westminster (1643-1648), que produziu o padrão presbiteriano de culto, governo e doutrina, transformando a Inglaterra Episcopal em Presbiteriana. Porém, Carlos II assumiu o trono da Inglaterra e o Episcopalismo se restaurou.

Principalmente na Irlanda, os puritanos (reformados ingleses) e os huguenotes (reformados franceses) enfrentaram conflitos com os católicos irlandeses do Sul e acabaram imigrando para os Estados Unidos, a partir de 1715, levando o calvinismo à Colônia.

Mendonça, em *O Celeste Porvir*(2008), afirma que as raízes do protestantismo brasileiro estão firmadas desde a Reforma na Inglaterra e do Puritanismo, cujo *spectrum* permearia a colonização norte-americana e marcaria o protestantismo americano, com o *Puritan Model State* e o Pacto do Mayflower. Seus desdobramentos passaram pelos avivamentos até culminar no “Destino Manifesto” e aqui se inserir, no século XIX.

A inserção definitiva do Presbiterianismo ocorreu em 1859, com Ashbel Green Simonton, descendente dos irlandeses puritanos que imigraram aos Estados Unidos. A aceitação do protestantismo no Brasil se deu, então, de maneira diferenciada dos moldes históricos de conquistas militares, e da conversão de governantes seguida das conversões compulsórias dos governados, mas foi aceito livre e espontaneamente como resultado dos novos cânones (RIBEIRO, 1973, p.21).

Em Mato Grosso, cuja história de colonização revela dificuldades e lutas de conquistas, culminado com a mais duradoura e sangrenta guerra da América

do Sul, a Guerra do Paraguai (CAMPESTRINI e GUIMARÃES, 2002), a fé evangélica presbiteriana ocorreu com o protestantismo de missão, especialmente em Cuiabá, onde havia um discurso de modernidade na sociedade cuiabana, que buscava a transformação social, cultural e econômica da região como processo de reconstrução da imagem de atraso dela, causada pela Guerra do Paraguai, epidemias, questões morais da sociedade etc. Nesse ambiente, os protestantes foram vistos como os representantes de um país civilizado, os Estados Unidos.

O protestantismo, ao Sul do Estado, ocorreu na coexistência do protestantismo missionário e de imigração. A ação pioneira no Sul do Estado se deu através do missionário Rev. Albert Sidney Maxwell, da *Presbyterian Church in the United States*, com o projeto da Missão Evangélica Caiuá, em Dourados. Essa inserção é testemunhada pelas ações presbiterianas da Missão Caiuá e Igreja Presbiteriana, que ainda exercem influência e contribuem, potencialmente, com a sociedade.

Essa pesquisa apresenta relevância social, pois, o conhecimento de sua própria história, além de prazeroso exercício intelectual, pode tornar-se um ótimo meio de ensinamento, obtido através das experiências, desafios, lutas e vitórias de uma nação, de um povo e também de uma religião. Porém, o simples conhecimento da história deve ser acompanhado da reflexão desta, em busca do conhecimento do matiz motivacional de seus atores. A comunidade presbiteriana sul-mato-grossense terá oportunidade de resgatar sua história, a reflexão de seus ideais, dos desafios e rumos futuros.

Academicamente, esta pesquisa enquadra-se nos “Estudos interdisciplinares sobre o campo religioso brasileiro” ao tratar do Presbiterianismo pioneiro no Sul de Mato Grosso, e pretende colaborar com a difusão do conhecimento e reflexão desta história, utilizando recursos, tanto da antropologia como da sociologia e história, e analisando o compromisso atual da Igreja com sua própria história.

Na análise da história da Igreja Presbiteriana do Brasil, percebe-se sua integração doutrinária, teológica e missionária. Porém, as comunidades locais nas distantes cidades do interior do país, muitas vezes, enfrentam seus desafios, lutas, dilemas e mesmo sua história sem a percepção de que integra, real e verdadeiramente, uma federação de Igrejas locais, conforme atesta a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, em seu primeiro artigo.

A relevância pessoal reside no fato deste pesquisador ser de origem sul-mato-grossense, e pretende oferecer, ao Presbiterianismo de sua terra natal, instrumento através do qual poderá refletir e consolidar sua percepção desta integração nacional, avaliar sua importância e fortalecer-se por sua própria história nos enfrentamentos de atuais desafios que se apresentam em seu próprio contexto social, cultural e religioso.

Quanto aos referenciais teóricos, salienta-se que, assim como diz Marc Bloch (1997, p.80), o historiador não deve limitar-se a uma única fonte de pesquisa, mas, ao contrário, para obter maior conhecimento do tema pesquisado, o historiador deve utilizar-se de várias fontes de pesquisa.

Outro referencial está na apresentação de Peter Burke, que mostra a proposta da “Nova História”, presente na revista *Annales*. Diz Burke (2010, p.12) que “As ideias e diretrizes da revista, que criou e excitou entusiasmo em muitos leitores, na França e no exterior”, são assim resumidas;

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social e tantas outras. Como dizia Febvre, com seu característico uso do imperativo: “Historiadores, sejam geógrafos. Sejam juristas, também, e sociólogos e psicólogos” (BURKE, 2010, p.12).

E mais adiante,

Por método, “A Nova História deverá utilizar-se de todas as descobertas sobre a humanidade, que estão sendo feitas por antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos” citando James Harvey Robinson (BURKE, 2010, p.20).

Portanto, a pesquisa considerou a história das estruturas na longa duração (BURKE, 2010, p.2141) muito mais que a narrativa dos acontecimentos, e a submeteu à análise hodierna. A falta de objetividade histórica foi considerada e, ao menos, este autor tentou evitá-la, mesmo na condição de sul-mato-

grossense, ministro presbiteriano, calvinista convicto e entusiasta da história de seu povo na inserção presbiteriana em sua terra natal.

Assim sendo, por ser esta pesquisa de caráter histórico, o procedimento metodológico adotado partirá da abordagem dedutiva e indutiva, isto é, procurar-se-á extrair dos autores, das referências bibliográficas e de documentos oficiais das Instituições e da Igreja, como se deu a inserção do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso, bem como, as reflexões através das quais o autor procurará inferir sua relevância e desafios que se propõe demonstrar.

## **2. O Presbiterianismo no Brasil**

### **1.1 Origem do Presbiterianismo**

A origem do Presbiterianismo nos remete à Reforma Protestante do século XVI, evento que, segundo atesta Waldyr Carvalho Luz (1999, p.7), influenciou a “história da cultura e da civilização do mundo ocidental”.

Certamente, a Reforma Protestante do século XVI está devidamente estudada e explanada em inúmeras obras disponíveis. Portanto, a fim de evitar a prolixidade, citaremos somente alguns dados importantes a esta pesquisa, lembrando que a história da Igreja e da teologia tem um lado divino, no qual Deus dirige a história, e um lado humano, onde os fatos são compartilhados por todos os que vivem a história (COSTA, 2004, p.16-17). Este será o objeto de análise neste trabalho para percebermos quais as motivações, necessidades e alvos propostos nas iniciativas pioneiras na implantação do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso.

A Reforma Protestante, analisando o lado humano da história, é fruto de uma época de profundas transformações em todas as áreas do saber, da arte, da cultura, da política e da religião. A Idade Média se caracterizou, no plano religioso, com o teocentrismo, porém, a Igreja, com sua teologia sacramental, não satisfazia às necessidades sociais e carecia de respostas frente às angústias, guerras, epidemias e a insegurança social, o que proporcionou ambiente favorável ao Renascimento e ao Humanismo, que foi a “filosofia do Renascimento”, que desejava pensar independente de tutelas da Igreja, seja da tradição ou da Escolástica (COSTA, 2004, p.31). O Renascimento e Humanismo, surgidos no fim da Idade Média, exerceram incrível influência no desenvolvimento do pensamento moderno.

A igreja romana se caracterizou, no início do século XVI, através do papado, que era uma potência religiosa e política de tal envergadura que a vida econômica girava, parcialmente, em torno das igrejas paroquiais, provocando insatisfação das autoridades civis, devido à ingerência papal em seus negócios.

Havia também um sentimento anticlerical provocado pela corrupção política, econômica e moral generalizada na igreja e no clero; a carência espiritual era marcante, o culto era um ritual externo cheio de superstições e as tentativas reformistas eram cruelmente eliminadas(COSTA, 2004, p.71-73).

Com a invenção da imprensa, esse movimento se expandiu, divulgando as ideias renascentistas e promovendo, assim, a transição do teocentrismo para o antropocentrismo, proveniente do Humanismo e Renascimento, mudando completamente a linha norte da escolástica.

O desdobramento da Reforma Protestante nos conduziu ao surgimento do Presbiterianismo, conforme nos apresenta Alderi de Souza Matos, historiador oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil<sup>2</sup>.

A Reforma Protestante foi iniciada com Martinho Lutero, em 1517, ao questionar o catolicismo de sua época, resultando em uma nova Igreja, a Luterana, que rompeu com a Igreja Católica em vários aspectos bíblicos irreconciliáveis, porém, preservando aspectos do culto que não eram proibidos na Bíblia.

Em Zurique, na Suíça, um segundo movimento protestante, liderado por Ulrico Zuínglio (1484-1531), chamado de “Segunda Reforma”, apresentou-se mais radical que o luterano e pretendia reformar profundamente a Igreja. Por isso, foi conhecido como movimento reformado.

Em 1531, Zuínglio faleceu e o movimento reformado passou a ser liderado por João Calvino, que foi convocado a implantar a fé reformada em Genebra, na Suíça Francesa. Assim, a Reforma Protestante do séc. XVI contou com a obra do reformador João Calvino e sua influência e contribuição intelectual ao pensamento moderno. Da obra de Calvino, destacou-se as *Institutas* ou *Tratado da Religião Cristã*, na qual demonstrou habilidade e conhecimento teológico. A teologia de Calvino é esforço concentrado em comentar a Escritura que, por sua vez, não visa satisfação da curiosidade humana, mas sim, a condução à adoração a Deus.

A Reforma e o Humanismo se inter-relacionam, já que os reformadores, embora cristãos, eram humanistas e entendiam que a reforma social passaria não somente pelo engrandecer dos valores humanos, mas, com o incentivo

---

<sup>2</sup>Matos, Rev. Alderi de Souza. História do Presbiterianismo. [Texto Mimeo]. Disponível em:<http://www.ipb.org.br/portal/historia>. Acesso em: 18 de ago. de 2011, 10h30min.

humanista do retorno às fontes primárias, os humanistas cristãos voltaram ao estudo das línguas originais e resgataram, acima de tudo, a centralidade da Palavra de Deus que restaura a dignidade do ser humano como criado à imagem de Deus. O humanista Calvino não via o homem como medida de todas as coisas, mas sim, como criatura de Deus, a quem deveria louvar e glorificar.

Se na Idade Média o trabalho objetivava conservar cada um em sua condição por toda a vida e a busca pela riqueza era considerada pecado, Lutero e Calvino apresentaram uma ética na qual o trabalho era uma vocação e não havia lugar para ociosidade, sendo o trabalho uma bênção de Deus (COSTA, 2004, p.119). A família deveria ter sua fonte de recursos no trabalho honesto que, por sua vez, deveria ser remunerado justamente e proporcionar benefício ao empregador.

Para Calvino, trabalho, poupança e sobriedade eram princípios éticos importantes e o esforço pelo trabalho não deveria simplesmente se dar para adquirir riqueza e luxo, mas para ajudar ao próximo e para a glória de Deus.

Também defendiam os reformadores, a livre interpretação da Bíblia e se dedicavam a colocá-la nas mãos do povo em sua própria língua. Ou seja, a Reforma deveria transformar a Igreja que caíra numa decadência teológica, moral e espiritual. Esta Reforma se deu através do livre exame às Escrituras, que, no pensamento reformista, autentica a si mesma como Palavra autoritativa de Deus, sendo Ele mesmo quem ilumina o crente para interpretá-la corretamente.

Este princípio de livre exame das Escrituras se coaduna com o espírito humanista de rejeição de qualquer autoridade externa e é um movimento fundamentado na questão hermenêutica que se desloca da tradição da Igreja para compreensão pessoal da Palavra de Deus, o que desenvolve o interesse e investimento na educação do povo. Martinho Lutero foi quem lançou as bases da escola pública moderna e do ensino obrigatório e insistiu com as autoridades na criação destas escolas visando à educação secular e eclesiástica, pois, a educação é fundamental tanto no reino de Deus quanto no reino deste mundo (COSTA, 2004, p.85,86).

João Calvino, um genuíno humanista “no sentido mais pleno da palavra”, era intensamente preocupado com o ser humano, embora seu humanismo não possa ser confundido com o “humanismo secular” (COSTA, 2004, pp.94, 97),

pois não tinha uma visão antropocêntrica; ao contrário, a concepção humanista de Calvino consistia em reconhecer a grandeza do homem como criatura de Deus, a quem deve adorar e glorificar. O seu “humanismo” era um “humanismo cristocêntrico”, caracterizado pela compreensão de que o homem encontra sua verdadeira essência no conhecimento de Deus. “Conhecer a Deus significa ter uma perspectiva clara de si mesmo [...]” (COSTA, 2004, p.106).

Calvino criou a Academia de Genebra (1559), a quem coube a educação dos protestantes de língua francesa e de alunos estrangeiros vindos da Inglaterra, Alemanha, Itália e de outras cidades da Suíça, e que também se tornou uma verdadeira escola de missões (COSTA, 2004, p. 108).

Dr. Manassés Claudino Fonteles, Ex-Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, afirma no prefácio da obra *A inter-relação da teologia com a pedagogia no pensamento de Comenius*, de Edson Pereira Lopes (2006, p.13):

Calvino sempre achava que para cada Igreja deveria haver uma escola em paralelo, e assim, ele foi um grande criador de escolas. Esse modo de agir foi seguido no Novo Mundo, onde os protestantes norte-americanos plantaram várias das melhores universidades do mundo contemporâneo.

Além disso, conforme diz Alderi de Souza Matos, muitas outras Universidades foram fundadas por protestantes<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup>A primeira universidade protestante foi sem dúvida a de Wittenberg, na Saxônia, berço da reforma luterana. Fundada em 1502 pelo príncipe eleito Frederico, o Sábio, quinze anos mais tarde ela aceitou as novas ideias de seu professor mais famoso, o monge agostiniano Martinho Lutero. Posteriormente, os luteranos fundaram as Universidades de Marburg (1527), Königsberg (1544), Jena (1558) e Helmstedt (1575). As universidades de Copenhague, na Dinamarca, e Uppsala, na Suécia, ambas do final do século 15, aderiram ao movimento de Lutero. O caso dos reformados ou calvinistas foi um pouco diferente, porque embora tenham fundado conceituadas escolas no século 16, só mais tarde criaram universidades. Em 1559, Calvino inaugurou sua famosa academia, embrião da futura Universidade de Genebra. A antiga Universidade de Heidelberg, na Alemanha, se tornou uma instituição calvinista na década de 1560. Na Escócia o mesmo ocorreu com as Universidades de Saint Andrews, Glasgow e Aberdeen. As universidades inglesas de Oxford e Cambridge receberam fortíssima influência calvinista. Thomas Cranmer, Hugh Latimer e Nicholas Ridley, três dos primeiros líderes e mártires da Reforma Inglesa, eram ligados a essas escolas. A convite de Cranmer, os reformadores Martin Bucer e Pedro Mártir Vermigli lecionaram na Inglaterra, o primeiro em Cambridge e o segundo em Oxford. Entre as primeiras universidades fundadas por calvinistas estão as de Leyden e Utrecht, na Holanda. Posteriormente, reformados de origem holandesa fundaram na África do Sul as importantes universidades de Stellenbosch e Potchefstroom. Todavia, o fenômeno mais extraordinário ocorreu nos Estados Unidos, onde, até meados do século 19, os presbiterianos criaram 49 “colleges” (faculdades), os congregacionais 21, os reformados alemães quatro e os reformados holandeses um. Dessas 75 instituições, três se tornaram famosas universidades: Harvard (1636), Yale (1701) e Princeton (1746).”In Universidades protestantes: benefícios e riscos.(www.ultimato.com.br/revista/artigos/329/)

A importância de Calvino ao movimento reformado foi tamanha que os reformados passaram a ser conhecidos como calvinistas. Em seus escritos, Calvino apresentou um sistema completo de teologia cristã que ficou conhecido como calvinismo, o qual incluía normas bíblicas acerca das doutrinas, do culto e da forma de governos das comunidades reformadas em uma estrutura de governo das comunidades governadas por presbíteros eleitos em assembleia da própria comunidade, da associação das comunidades em presbitérios e dos presbitérios em sínodos nacionais. Ainda segundo Matos<sup>4</sup>, sob a liderança de Calvino, o “[...] movimento reformado difunde-se rapidamente pela Europa, especialmente na França, Alemanha e Países Baixos, Leste europeu e Ilhas Britânicas”.

Também em 1559, o Presbiterianismo era organizado nacionalmente na Igreja Reformada da França. Estes reformadores franceses, conhecidos como huguenotes, eram artesões, comerciantes e nobres que viviam em conflitos com o partido católico da família Guise-Lorraine, que resultou em longo período de guerra (1562-1598).

Nas Ilhas Britânicas, o Presbiterianismo surgiu com suas conotações teológicas e políticas, contrapondo-se aos reis ingleses e escoceses que eram partidários do episcopalismo, sistema de governo da igreja governada por bispos nomeados pela coroa, o que favorecia o controle da igreja pelo Estado.

Os reformados ingleses e escoceses insistiam no sistema presbiteriano que implicava na independência da Igreja do Estado. Surgiu, assim, o termo “presbiteriano” ou “Igreja Presbiteriana” que, segundo a obra de Waldyr Carvalho Luz (1999), tem seu Patriarca John Knox (c. 1514-1572).

Na Inglaterra, no reinado de Elizabete I (1558-1603), que não compactuava coma forma de governo presbiteriana, preferindo a episcopal, surgiram os puritanos, assim chamados por defenderem que a Igreja da Inglaterra fosse pura, seguindo os moldes bíblicos na doutrina, culto e governo. Os puritanos eram todos calvinistas, entretanto, nem todos aceitavam a forma de governo presbiteriana.

Os puritanos também enfrentaram forte repressão por parte da rainha Elizabete e seus sucessores, Tiago I (1603-1625) e Carlos I (1625-1649) que tentou impor o episcopalismo na Escócia, o que provocou uma guerra contra

---

<sup>4</sup>In História do Presbiterianismo. [Texto Mimeo].

seus súditos. Devido às suas dificuldades, o rei convocou uma eleição ao parlamento, na Inglaterra, que resultou na maioria parlamentar puritana. O resultado foi a guerra civil e a execução do rei.

O parlamento puritano convocou a Assembleia de Westminster (1643-1648), que produziu os padrões presbiterianos de culto, governo e doutrina. Assim, a Inglaterra deixou de ser episcopal e tornou-se presbiteriana. Quando Carlos II tornou-se rei e restaurou o episcopado, houve severa perseguição aos presbiterianos, porém, os padrões teológicos de Westminster foram adotados pelas Igrejas reformadas em todo o mundo.

Na Irlanda, o governo inglês promoveu a instalação de colônias escocesas e francesas ao norte da ilha, devastada pela guerra. Assim, os ingleses puritanos e franceses huguenotes enfrentaram rígida separação e conflitos violentos com os irlandeses católicos do sul. Apesar dos colonos puritanos e huguenotes prosperarem na nova terra, enfrentaram restrições políticas, econômicas e religiosas impostas pelo governo inglês, o que, entre outras questões, como calamidades naturais, fez com que, a partir de 1715, começassem a imigrar para os Estados Unidos.

Assim, chegou o calvinismo aos Estados Unidos com os puritanos ingleses, que se radicaram em Massachusetts no início do século XVII, fixando-se em Plymouth (1620), Salem e Boston (1630). Entretanto, estes calvinistas optaram pela forma de governo congregacional e não a presbiteriana.

Dentre os calvinistas adeptos do sistema presbiteriano que vieram do continente europeu, destacaram-se os holandeses que fundaram Nova Amsterdã (1623) que depois se tornou Nova York.

Entre 1700 e 1770, os huguenotes franceses também foram para os Estados Unidos fugindo da perseguição em sua terra natal. Já os escoceses, imigraram nos primeiros anos de colonização dos Estados Unidos, mas foram os escoceses-irlandeses os principais responsáveis pela introdução do Presbiterianismo na colônia. Durante o século XVIII, pelo menos 300 mil cruzaram o Atlântico e radicaram-se principalmente em Nova Jersey, Pensilvânia, Maryland, Virgínia e nas Carolinas. Mais ao Oeste, na Pensilvânia, fundaram Pittsburgh.

O Rev. Ashbel Green Simonton foi descendente desses escoceses-irlandeses e pioneiro na inserção definitiva do Presbiterianismo no Brasil.

## 1.2 O Presbiterianismo no Brasil Colônia, Império e Inserção definitiva

O calvinismo no Brasil se fez presente logo nas primeiras décadas da história desta nação. Segundo Matos (2004, p.13): “[...] Os exemplos mais conhecidos do período colonial são a França Antártica (1557-1558) e os holandeses no Nordeste (1630-1654)”.

Os primeiros calvinistas, em solo brasileiro, foram os franceses huguenotes e também os primeiros mártires por causa do Evangelho (CRESPIN, 2007, p.24). Nessa mesma obra, Crespin (2007, pp. 26-27) apresenta a história desta presença que se deu com Nicolas Durand de Villegaignon, que havia conquistado a confiança do rei Henrique II ao salvar a rainha Maria Stuart dos ingleses e nomeado Vice-Almirante da Bretanha (HACK, 2007, p.84).

Porém, desavenças com o capitão da cidadela de Brest, principal fortaleza do país, e amigo de Henrique II, deixaram Villegaignon em situação menos favorável.

Em Brest, Villegaignon ouviu do preposto do tesoureiro da Marinha notícias acerca do Brasil e de suas belezas, fertilidade, riquezas naturais e de víveres, etc., que lhe despertaram a cobiça pelo domínio desta terra. Por meios sutis, Villegaignon angariava simpatia e apoio a seu projeto sob o pretexto de que empenharia em procurar um sítio de repouso aos perseguidos na França por causa do Evangelho, conseguindo assim, não somente a simpatia, mas interferência junto ao rei, o que lhe rendeu dois belos navios, e dez mil francos para os gastos e toda a logística necessária à viagem.

Assim, Villegaignon partiu em 15 de julho de 1555<sup>5</sup> e, ao desembarcarem no Brasil, os franceses receberam pronto acolhimento dos habitantes destas terras. “Villegaignon mandou construir uma fortaleza na Ilha de Ratier, transferindo-se depois para a Ilha de Serigipe, posteriormente chamada de Coligny [...]” (Hack, 2007, p.85).

Entretanto, diversos problemas, marcados pela mudança de postura de Villegaignon, promoveram o descontentamento de seus liderados que o acusavam de “insaciável avareza e de ter economizado dinheiro do rei, empregando-o em proveito próprio” (CRESPIN, 2007, p.28).

---

<sup>5</sup> Segundo Hack (2007, p.85) a data de saída seria 16 de julho de 1555 com chegada à baía de Guanabara em 10 de novembro do mesmo ano.

Isso chegou até mesmo a gerar uma conspiração contra Villegaignon, com a intenção de tirar-lhe a vida. Essa conspiração não foi vitoriosa, mas tornou Villegaignon, por algum tempo, apegado à Palavra de Deus, inclusive desejando organizar uma Igreja e de ter um ministro para doutrinar sua família e catequizar os nativos. Solicitou, então, evangelistas aos ministros da cidade de Genebra que, por sua vez, se alegraram com a possibilidade de expansão da fé reformada.

Assim, foram enviados os ministros Pierre Richier e Guillaume Chartier, que chegaram a 7 de março de 1557, sendo recebidos pelo próprio Villegaignon e com suas credenciais assinadas por João Calvino (CRESPIN, 2007, p.30, 33).

Pierre Richier “Foi o primeiro pastor reformado a realizar culto religioso em território americano, celebrar o sacramento da Santa Ceia e a organizar uma igreja reformada conforme o modelo eclesiástico de Genebra” (HACK, 2007, p.116).

Os ministros foram incumbidos de estabelecerem o regulamento e disciplina da Igreja nos padrões genebrinos, aos quais Villegaignon prometera, em assembleia, submeter-se, bem como toda sua companhia. Quanto ao governo civil, ele estabeleceu um Conselho do qual era o presidente.

Ainda segundo Hack (2007, p.88,89), devido às discordâncias de Villegaignon com os huguenotes, a harmonia do grupo durou menos de um ano, principalmente em virtude da inconstância religiosa de Villegaignon, possivelmente por interferência do cardeal de Lorena, Carlos Guise, que censurava Villegaignon por aceitar e compactuar com os huguenotes em sua colônia. Isso poderia atrapalhar Villegaignon de garantir apoio no seu regresso à França. A família Guise foi a principal força de oposição católica aos huguenotes.

Villegaignon antecipou o fracasso da França Antártica com suas atitudes hostis e vingativas a seus próprios súditos que foram privados da liberdade prometida e carentes em suas necessidades mais básicas, bem como aos índios tamoios que eram colaboradores dos franceses e acabaram maltratados e aprisionados. Somando-se, ainda, às divergências religiosas, esse clima provocou a deserção de muitos e regresso à França de outros.

Entre os que regressaram à França em um navio mercante francês que não pertencia a Villegaignon e que, mediante pagamento, embarcam 16 pessoas, estava Pierre Richier. Porém, cinco foram obrigados a abandonar o navio que

“começou a fazer água de todos os lados, fosse por já ser muito velho, fosse por estar carregadíssimo” (CRESPIN, 2007, p.47), e retornaram ao litoral em um barco, na esperança de não serem maltratados pelo almirante.

Esses cinco huguenotes, após desembarcarem em terra, foram auxiliados pelos indígenas que, a troca de roupas, lhe ofereceram água, alimento e farinha. Retornaram, depois, à Coligny para melhor viverem entre os de sua língua materna. Acabaram desembarcando em uma aldeia de franceses a pouca distância do Forte, onde encontraram Villegaignon e imploraram por seu acolhimento.

Porém, Villegaignon os teve por traidores e planejou um modo de eliminá-los e ainda conseguir honra, pois pensava que a maioria da Corte teria prazer no sacrifício de reformados. E, com a finalidade de eliminá-los, determinou que os mesmos respondessem por escrito a um questionário sobre a fé, estabelecendo prazo de doze horas para que os calvinistas o devolvessem.

Este documento, escrito e assinado pelos desafetos de Villegaignon, tornou-se uma verdadeira confissão de fé calvinista, “é a primeira confissão redigida na América, na primeira Igreja do Brasil”. E foi selada com sangue, segundo Erasmo Braga, tradutor desta confissão (CRESPIN, 2007, p.72).

Com essa confissão em mãos, Villegaignon os declarou heréticos e, resolvido tirar-lhes a vida, mandou buscá-los na aldeia de franceses, onde estavam, transportando para a Ilha de Coligny a Jean du Bordel, Matthieu Verneuil e André la-Fon, ficando no continente Pierre Bourdon, que não pôde embarcar por estar doente. Com exceção de André la-Fon, que negou a fé calvinista para escapar da morte, os outros permaneceram firmes em suas convicções e foram martirizados. Segundo Matos<sup>6</sup>, Jacques le Balleur, o quinto dos huguenotes, foi enforcado no Rio de Janeiro, em 1567, tendo como seu carrasco José de Anchieta.

Villegaignon acabou retornando à França (1560), deixando o Forte desguarnecido e sob o comando de Bois-le Comte, sobrinho de Coligny, que sem receber o reforço que Villegaignon prometera enviar da França, acabou vencido pelos portugueses quando o governador-geral do Brasil, Mem de Sá, enviou uma frota sob o comando de seu sobrinho, Estácio de Sá, para combater os franceses. Estes foram derrotados, definitivamente, em 1565,

---

<sup>6</sup> Apresentação da Obra de Crespin, A Tragédia da Guanabara (2007, p. 14)

encerrando assim, a tentativa de implantação do Presbiterianismo pelos huguenotes em nossas terras.

A segunda tentativa de inserção da fé calvinista no Brasil colonial se deu com a presença dos holandeses no Nordeste brasileiro.

Segundo Hack (2007, p.92), a presença holandesa foi de início pacífico com as famílias que aqui chegaram em 1533, em São Vicente, no litoral paulista.

O Brasil era cobiçado pelos holandeses devido ao próspero comércio de açúcar que a colônia mantinha com a Europa, o que despertava interesse de muitos empresários e banqueiros no desenvolvimento, principalmente, do Nordeste. Porém, no Brasil Ibérico, os investimentos holandeses estavam em risco devido à aliança de Espanha e Portugal, que dificultava o comércio dos navios holandeses.

Com o desenvolvimento da Holanda em seu período áureo no século XVII, de maneira particular, a Companhia das Índias Ocidentais promoveu o desenvolvimento ultramarino holandês (HACK, 2007, 93). Esta Companhia tentava conquistar do rei da Espanha, principalmente o Nordeste brasileiro, visando os lucros desta conquista.

A expansão marítima holandesa contava com o apoio das companhias de navegação, mas também com o apoio da Igreja Reformada.

A Igreja Reformada passou a ser supervisora espiritual das Companhias para evitar abusos em comemorações e injustiças no pagamento de serviços. Além disso, houve acordo entre a Igreja reformada e as Companhias na realização de viagens de explorações ultramarinas por questões comerciais, para que fossem enviados missionários para orientação religiosa e também para a evangelização dos povos alcançados (HACK, 2007, p. 98).

As Companhias das Índias Ocidentais escolheram o Brasil e, especialmente, a Bahia para iniciarem seu comércio em terras brasileiras; tendo em vista ser esta uma colônia portuguesa sob domínio espanhol, os colonos optariam mais facilmente para o lado holandês. Além disso, cerca de 20% da população era constituída de cristãos novos, os judeus convertidos compulsoriamente por decreto de Manoel I, em 1496. Esses judeus católicos atuavam nos setores de negócios e profissão liberal na Bahia e Pernambuco e, certamente prefeririam os holandeses aos inquisidores (SCHALKWIJK, 2004, p.55, 302).

O projeto Brasil-Holandês (1630-1654) referia-se à ocupação de Pernambuco. Ainda segundo Schalkwijk (2004, p.59), esta ocupação dividiu-se em três etapas: a primeira se referia aos anos de resistência portuguesa e o crescimento do poder neerlandês (1630-1636); a segunda, ao período de resignação portuguesa e o florescimento da colônia holandesa (1637-1644), e a última etapa foi o período da insurreição lusa, com o fenecimento do domínio flamengo (1645-1654).

Os holandeses consideravam a invasão do continente da América do Sul como parte da guerra contra a Espanha, que nestes tempos submetia politicamente tanto a Portugal como Holanda. Se os holandeses não obtivessem sucesso na invasão, em Pernambuco, planejavam investidas contra o Rio de Janeiro, e em último caso, contra Salvador ou Buenos Aires.

Havia também, nesta guerra, questões religiosas, pois os holandeses prometiam liberdade de consciência tanto a cristãos como a judeus, embora desejassem que a pregação reformada fosse realizada nos templos.

Para os portugueses, também esta luta tinha aspectos político-religiosos, já que eles defendiam não somente uma herança material, mas também a espiritual, pois aquele era o lugar onde nasceram e adoravam seus santos desde a infância.

Holandeses e portugueses fizeram suas alianças com a população indígena. Os ferozes índios Tapuias, os Tarairiu, do Rio Grande do Norte, comandados por seu chefe Nhanduí, fizeram aliança com os holandeses. Os Tupis, “já semicivilizados e cristianizados”, conforme diz Schalkwijk (2004, p.62), dividiram-se entre os portugueses, sob a liderança de Felipe Camarão, e uma menor parte dos tupis nordestinos escolheram o lado holandês, sob liderança de primo de Camarão, o índio Pedro Poti.

Pedro Poti foi um cristão reformado que regressara da Holanda logo após a invasão e que, na perda do domínio holandês, foi preso na segunda batalha de Guararapes, no dia 19 de fevereiro de 1649, sendo submetido aos mais cruéis tipos de sofrimento. Chegou a ser lançado em um poço, na fortaleza de Santo Agostinho, onde permaneceu cerca de seis meses. “Quando era retirado, de vez em quando, padres e monges, junto com seus parentes, saltavam sobre ele, tentando forçá-lo a abjurar a religião reformada”. Viveu ainda, dois anos e meio preso em ferros e acabou morrendo na viagem a caminho de Portugal. (SCHALKWIJK, 2004, pp.256-258).

No período de expansão e resignação (1637-1644), surgiu a figura de João Maurício de Nassau, que chegou ao Brasil em 23 de janeiro de 1637. Era assíduo frequentador da Igreja e chegou a celebrar um culto de ações de graças por sua chegada ao Recife. “Foi reconhecido como um governador sábio, virtuoso e temente a Deus.”(SCHALKWIJK, 2004, p 68).

#### Os holandeses reformados

[...] chegaram ao Brasil com uma bagagem religiosa bem mais estruturada e definida que os franceses calvinistas que aportaram no Rio de Janeiro em 1557. Os Holandeses vieram com documentos confessionais já elaborados, experiência pastoral nas igrejas europeias e com o apoio político-econômico da Companhia das Índias Ocidentais (HACK, 2007,164).

A experiência da fé reformada foi, inicialmente, restrita aos imigrantes e militares que trouxeram também a Igreja, porém, mais tarde, exerceu sua atividade missionária entre portugueses, indígenas e africanos e teve seu crescimento no período de 1630 a 1635.

Segundo Hack (2007, p.166), o primeiro culto da fé reformada, no Nordeste brasileiro, foi realizado no Forte Reis Magos, em 12 de dezembro de 1633. Já Schalkwijk (2004, p. 104), diz que o primeiro culto pregado na cidade de Salvador foi em 11 de maio de 1624 e que, em 14 de fevereiro de 1630, a bordo da nau do almirante Hendrick Lonck, foi realizado o primeiro culto em águas territoriais pernambucanas.

A Igreja de Recife foi a primeira Igreja Reformada a ser implantada no Nordeste brasileiro e quem convocou a primeira reunião de Presbitério do Brasil. Eles não se preocuparam em construir templos, mas, simplesmente reformaram e modificaram o interior dos templos cristãos que já existiam.(SCHALKWIJK, 2004, pp. 98,100).

Os registros eclesiásticos apontavam a existência de 22 Igrejas em solo brasileiro, desde Alagoas até o Maranhão, inclusive na Ilha de Fernando de Noronha (HACK, 2007, p.166). Além do Presbitério do Brasil, chegou-se a tratar a questão do desdobramento do presbitério e da criação de um Sínodo, que daria às igrejas a possibilidade de apelação a um concílio superior e

proporcionaria a estas igrejas certo destaque nas reuniões da Companhia.(SCHALKWIJK, 2004, p. 122).

Posteriormente a este período de crescimento e fortalecimento, os holandeses começaram a viver o período da expulsão e da restauração do domínio português em Pernambuco. Vários acontecimentos colaboraram para isso:

a restauração da liberdade portuguesa em 1640 sob liderança de João IV de Bragança; a expulsão dos flamengos do Maranhão em 1643; a partida de Nassau em 1644; a diminuição das guarnições militares por motivos econômicos; a ajuda secreta dos insurretos pelo rei de Portugal; as manobras cautelosas do governador-geral Antônio Telles da Silva (1642-1646), familiar da Inquisição, que considerava um dever sagrado livrar o Brasil dos hereges; a ação coordenada dos “restauradores de Pernambuco”; a audácia dos grupos guerrilheiros comandados por Felipe Camarão e Henrique Dias, engrossados pela promessa de liberdade da escravidão; a sagacidade do militar paraibano André Vidal de negreiros, que burlou a confiança neerlandesa; a liderança do calculista João Fernandes Vieira; e especialmente o apoio quase unânime do clero católico romano, entre eles o frei Manuel Calado, sagrando a luta como uma guerra pela liberdade divina” (SCHALKWIJK, 2004, p. 85).

O Sul de Pernambuco caiu nas mãos de André Vidal, especialmente pela traição do comandante holandês do Cabo de Santo Agostinho, Dirk Van Hoochstraten, seguido de outros oficiais que, por serem casados com portuguesas, optaram pela nação de suas esposas, o que implicava também na mudança de filiação religiosa. Até o fim de 1645, as possessões flamengas de meio continente haviam sido reduzidas a algumas fortificações no litoral (SCHALKWIJK, 2004, p.86).

No Recife, reinavam a fome e a violência de ambos os lados.

Portugal, que antes negociava em Haia, tentando evitar maior ação bélica da Holanda no Brasil e chegou a cogitar entregar Pernambuco aos holandeses - hipótese defendida pelo padre Antônio Vieira -, finalmente vence os neerlandeses.

Em 1648, a Holanda celebrou sua independência da Espanha e Portugal reconquistou Angola dos holandeses. No Brasil, os portugueses venceram a

primeira batalha de Guararapes em 19 de abril de 1648 e, também, a segunda batalha, dez meses depois da primeira (19 de fevereiro de 1649), quando aprisionaram o índio Pedro Poti.

No mesmo ano, sob orientação de padre Antônio Vieira, foi organizada a Companhia do Brasil, obrigando os navios mercantes, com destino à América, a navegarem em comboio. No Recife, as condições pioravam e na Holanda, questões políticas fragilizaram ainda mais os interesses no Brasil. Em 26 de janeiro de 1654, foi assinada a “Capitulação de Taborda” que, entre outras decisões, estipulava que a Igreja Cristã reformada não podia permanecer no Brasil.

Para Hack (2007, 167-168), ao analisarmos os prováveis motivos do insucesso da fé reformada, devemos lembrar que, mesmo considerando a língua portuguesa como empecilho na comunicação dos holandeses na implantação e progressão da fé reformada, o problema crucial era político-religioso. A Holanda estava em guerra aberta contra o domínio espanhol nos Países baixos e Portugal, dominado pela Espanha (1580-1640), recebia apoio na luta contra o avanço do protestantismo. Assim, Portugal, Espanha e o catolicismo intencionavam afastar a ameaça holandesa das terras brasileiras e a motivação religiosa era fortíssimo argumento, já que a fé reformada era identificada com a fé dos invasores e divisionista do Cristianismo apostólico e ameaçava os costumes religiosos católicos, sendo considerados os holandeses invasores hereges.

Havia, entretanto, a questão econômica como motivadora da resistência. O padre Antônio Vieira escrevera ao rei de Portugal, dizendo que os líderes da revolta contra os holandeses eram os que mais deviam à Companhia (SCHALKWIJK, 2004, P.83).

Expulsos os invasores pelos portugueses, assim como ocorrera na invasão francesa dos huguenotes calvinistas, não restou nada como sinal da presença da fé protestante, a não ser, como diz Boanerges Ribeiro (1973, p.15), a identificação de protestante com invasor.

A ausência protestante se dava pelo rigoroso impedimento por parte dos portugueses, que impediam qualquer estrangeiro desembarcar em praias brasileiras, a não ser sob a vista de guarda. E somente poderiam vir protestantes ao Brasil se fossem estrangeiros, já que protestantismo não existia em Portugal.

Ou seja, no período em que o mundo assistia a [Independência dos Estados Unidos da América](#) (1776) e, posteriormente, a Revolução Francesa (1789-1799), ambas contra o domínio político e de classes dominantes, como clero e nobreza, e sob influência dos ideais do Iluminismo, sendo a própria Revolução Francesa o marco da Idade Contemporânea, o Brasil vivia, sob o domínio português, o impedimento da fé protestante em solo brasileiro.

Neste período, França e Inglaterra disputavam a liderança na Europa. Napoleão havia decretado o Bloqueio Continental, proibindo que todos os países aliados ou ocupados pela França, comercializassem com a Inglaterra. D. João aceitou o bloqueio, mas não o cumpriu, continuando o comércio com a Inglaterra. Napoleão, então, determinou a invasão de Portugal em novembro de 1807, o que provocou a fuga da Família Real para o Brasil, sob escolta da marinha inglesa que, em troca, exigiu a abertura dos portos brasileiros aos navios ingleses.

Após a vinda da Família Real ao Brasil, em 1808, os protestantes começaram a entrar no Brasil. Em 1810, alguns suecos chegaram a São João de Ipanema, em São Paulo. Ainda em 1810, o Tratado de Aliança e Amizade e do Comércio e Navegação, firmado com a Inglaterra, “abriu a brecha na muralha levantada em torno de nosso sistema religioso, até então impenetrável ao Protestantismo [...]”

O primeiro, o Tratado da Aliança e Amizade, em seu artigo 9º, dava garantias de que a Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício não havia sido e nem seria instalado nos “meridionais domínios americanos da coroa de Portugal” (Ribeiro, 1973, p. 16).

O Segundo, o Tratado de Comércio e Navegação, em seus artigos 12º e 13º, declaravam respectivamente;

1º) que os vassallos de S.M. Britânica residentes nos território e domínios portugueses não seriam ‘perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa de sua religião’, e teriam ‘perfeita liberdade de consciência’, bem como ‘licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-Poderoso Deus, quer dentro de suas casas particulares, quer nas suas respectivas igrejas e capelas’ sob as únicas condições de que estas externamente se assemelhassem a casas de habitação, e também que o uso dos sinos lhes não fosse permitido ‘para anunciarem publicamente as horas do serviço divino’, e que os vassallos britânicos e quaisquer outros

estrangeiros de comunhão diferente da religião dominante nos domínios de Portugal, não seriam 'perseguidos ou inquietados por matéria de consciência, tanto nas suas pessoas como nas suas propriedades', enquanto se conduzissem 'com ordem, decência e moralidade e de uma maneira conforme aos usos do País e ao seu estabelecimento religiosos e político' sendo-lhes vedado, entretanto, pregar ou declamar publicamente contra a religião Católica ou procurar fazer prosélitos ou conversões; 2<sup>o</sup>) que seria permitida em Goa, e suas dependências, 'a livre tolerância de todas e quaisquer seitas religiosas' (Accioly, 1949, p.69)

Com essa abertura, os ingleses celebraram culto protestante a bordo de seus navios de guerra que ancoravam no Porto do Rio de Janeiro ou em suas residências particulares, inclusive a de Lord Starngford. Também desembarcaram no Brasil os ministros eclesiásticos ingleses R.E.Jones, em 1812, e o capelão anglicano Rev. Robert Crane, em 1816, e Jeremiah Flynn, clérigo de Londres, em 1817.

Em 1819, iniciou-se a construção do templo, conforme restrições do Tratado, onde, em 1820, os cultos foram realizados dominicalmente, e onde se reuniram estrangeiros protestantes de língua inglesa, funcionários de embaixada, comerciantes, marinheiros, viajantes de passagem pela cidade. No entanto, os trabalhos se identificaram mais com uma capelania que o de uma congregação protestante. Além dos ingleses favorecidos pelo Tratado, chegaram súditos e cidadãos de outros países protestantes: norte-americanos, dinamarqueses e escoceses (RIBEIRO, 1973, pp.17,18).

Ainda segundo Ribeiro (1973, p.18), até a proclamação da independência, não havia igreja protestante no País nem culto protestante em língua portuguesa nem mesmo a notícia de sequer um brasileiro protestante. Somente em 1824, desembarcou a primeira colônia protestante que, em 3 de maio deste mesmo ano, realizou o primeiro culto evangélico em Nova Friburgo, Rio de Janeiro.

Desde então, novos núcleos protestantes se instalaram no Império. Muitos, por falta de assistência pastoral, acabaram dissolvidos, outros, no entanto, chegaram a construir templos para suas congregações que se consolidaram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, na Corte, Minas Gerais e Espírito Santo.

A partir de 1835, as igrejas norte-americanas se interessaram na introdução do protestantismo em solo brasileiro, e enviaram pastores para dedicarem-se à assistência pastoral a cidadãos norte-americanos e para estudarem as possibilidades de evangelismo aos brasileiros.

Entre os pastores enviados, destacou-se o Rev. Daniel Parish Kidder que, em 1837, chegou como missionário metodista e agente da Sociedade Bíblica Americana e viajou o país providenciando a distribuição de Bíblias, posteriormente sucedido pelo pastor presbiteriano James C. Fletcher, que aqui chegou após onze anos da partida de Kidder, e trabalhou como secretário da Legação Americana e agente da Sociedade Bíblica Americana, viajando pelo país distribuindo Bíblias e folhetos evangelísticos. Esses pastores americanos realizaram o serviço religioso em inglês para seus conterrâneos a bordo dos navios, no Porto do Rio de Janeiro, ou em residências particulares. Um deles chegou a iniciar classe bíblica em português, mas nada consta sobre a conversão de brasileiro (RIBEIRO, 1973, p. 19).

Em 1855, o Dr. Robert R. Kalley, médico e pastor escocês, deu início aos trabalhos em português e organizou, na Corte, em 1858, a primeira igreja protestante de língua portuguesa no Brasil, a atual Igreja Evangélica Fluminense.

Segundo Ribeiro (1973, p.21), a introdução do protestantismo no Brasil não foi realizada conforme os modelos históricos de mudança religiosa através de conquistas militares ou situação de cativo, ou pela conversão de governantes seguida da conversão compulsória dos governados, nem mesmo pela revolução da reforma religiosa, conforme ocorrera na Europa no século XVI. Por isso mesmo, a adoção do protestantismo brasileiro não foi resultado de acomodação social, nem pela adoção primeira de personagens importantes nas altas esferas hierárquicas sociais que impunham sua fé às camadas menos favorecidas.

Sua aceitação resultou da proposta de novos cânones de comportamento no sistema religioso, feita oralmente e por escrito, e recebida individualmente. Foi aceito de livre e espontânea vontade e muitas vezes em face de severas sanções sociais negativas. Essas sanções nunca foram eficientes a ponto de deterem a propagação protestante no País (RIBEIRO1973, p.21).

Dentre as denominações protestantes presentes no país, a Igreja Presbiteriana foi a primeira denominação a atingir proporções nacionais.

Segundo Matos (2004, p.13), a implantação do trabalho presbiteriano no Brasil foi resultado do esforço das igrejas norte-americanas que investiram muitos recursos financeiros e humanos nesta obra. A Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA), a Igreja do Norte, cuja Assembleia Geral foi organizada em 1789<sup>7</sup>, criou, em 1837, a Junta de Missões Estrangeiras, com sede em Nova York. O Brasil foi o sexto país a receber missionários desta Junta Missionária, quando foi enviado o pioneiro Rev. Ashbel Green Simonton. Assim, em 12 de agosto de 1859, o primeiro missionário presbiteriano pisou no Brasil (FERREIRA, 1992, p.15). Neste mesmo ano, no mês de novembro, Charles Robert Darwin publicou seu livro “A Origem das Espécies”.

Inicialmente, Simonton limitou-se a pregar em navios ancorados na Baía da Guanabara e em residências de estrangeiros. Trocou aulas de hebraico e inglês por aulas de português e, no dia 22 de abril de 1860, finalmente dirigiu seu primeiro culto em português. (MATOS, 2004, p. 25).

Logo após, Simonton recebe reforços na pessoa do Rev. Alexander Latimer Blackford, e de sua esposa Elizabeth, irmã de Simonton. Entre dezembro de 1860 a março de 1861, Simonton viajou para a Província de São Paulo, onde, futuramente, abriria igrejas.

Em maio de 1861, com melhor domínio da língua portuguesa, Simonton abriu uma classe bíblica aos domingos à tarde, em sala no pavimento superior do prédio na Rua Nova do Ouvidor, 31.

Aos domingos, pela manhã, dirigia cultos em inglês, e, posteriormente, passou a realizar cultos, em português, às quintas-feiras e aos domingos.

Finalmente, em 12 de janeiro de 1862, Simonton organizou a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, em companhia do colega recém-chegado Francis J.C. Schneider, quando também foi realizada, pela primeira vez a Ceia do Senhor. Foram admitidos, formalmente, os dois primeiros membros, o americano Henry E. Milford, agente da Companhia Singer de máquinas de costura e o português Camilo Cardoso de Jesus. O primeiro brasileiro só foi recebido em 22 de junho pelo Rev. Blackford (MATOS, 2004, p.26).

---

<sup>7</sup> Esta Igreja nasce com os “escoceses-irlandeses” que emigraram para a América do Norte e criaram a , a partir de 1706, a Igreja Presbiteriana dos estados Unidos da América, cuja Assembleia Geral ocorreu em 1789. ( Matos, 2009, p. 15).

Em março, Simonton viajou para os Estados Unidos, em virtude do estado de saúde de sua mãe – que falecera antes de sua chegada – e para tirar férias e divulgar seus trabalhos no Brasil. Lá conheceu e se casou com Helen Murdoch, em março de 1863, e retornaram ao Brasil em 16 de julho. Em setembro, os trabalhos passaram a ser realizados na Rua do Cano ou Sete de Setembro, 102.

Os Blackford mudaram para São Paulo para ali iniciar a obra presbiteriana. Em 28 de julho de 1864, nove dias após o nascimento de sua filha e em virtude de complicações do parto, faleceu, aos trinta anos, Helen Simonton. Neste período, Simonton recebeu a valiosa ajuda de George Witehill Chamberlain, que se tornaria notável missionário em São Paulo e Bahia.

Também em 1864, no dia 23 de outubro, o ex-padre José Manoel da Conceição foi, formalmente, recebido como membro da Igreja, após professar sua fé evangélica. Em 5 de outubro, deste mesmo ano, ocorreu o lançamento da Imprensa Evangélica, o primeiro periódico protestante do Brasil, cujos colaboradores foram Simonton, Blackford, Conceição e o poeta Antônio José dos Santos Neves.

Dezembro de 1864 foi marcado pelo início da Guerra do Paraguai. Porém, a presença do auxílio religioso protestante nesta Guerra se deu somente pela presença do pastor luterano Carl Leopold Voges que ofereceu assistência espiritual aos Voluntários da Pátria da Colônia de Três Forquilhas, atual Itati, no Rio Grande do Sul, que partiram para a guerra e a seus familiares.

Em 1865, foram organizadas duas novas Igrejas Presbiterianas no Brasil na Província de São Paulo, uma na capital e outra em Brotas. Assim, Simonton, Blackford e Schneider organizaram o Presbitério do Rio de Janeiro, o que ocorreu em São Paulo, em 16 de dezembro de 1865. No dia seguinte, o novo Presbitério ordenou, ao sagrado ministério, o ex-padre José Manoel da Conceição, arrolando-o como membro.

Em 1866, a Igreja elegeu seus primeiros oficiais. No ano seguinte, Simonton criou o Seminário Teológico que, apesar de funcionar por apenas três anos, formou quatro notáveis pastores nacionais: Antônio Bandeira Trajano, Miguel Gonçalves Torres, Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa e Antônio Pedro Cerqueira Leite. Simonton também criou uma escola paroquial, cujos professores eram os seminaristas.

O Rev. Simonton faleceu na madrugada de 9 de dezembro de 1867, poucas semanas antes de completar 35 anos.

Outras igrejas foram organizadas, como a de Borda da Mata e Sorocaba: “Na primeira década, que ficou conhecida como o período de implantação, as atividades missionárias restringiram-se a três províncias: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais” (MATOS, 2009, p.17).

Nos Estados Unidos, o Presbiterianismo Unido, que enviara Simonton já não era o mesmo. A Igreja havia se dividido em virtude dos conflitos políticos entre norte e sul daquele país, que resultou na Guerra Civil (1861-1865) e levou os presbiterianos do sul a criarem sua denominação, a Igreja do Sul (PCUS), a qual criou, prontamente, uma agência missionária com sede em Nashville, no Estado do Tennessee.

Muitas famílias do Sul, derrotadas na Guerra Civil, mudaram para o Brasil e passaram a pertencer às Igrejas Presbiterianas, Batistas e Metodistas. Esses colonos que se fixaram em Santa Bárbara, interior de São Paulo, requisitaram à PCUS que enviassem missionários para trabalharem entre os brasileiros. Com isso, chegaram, em 1869, os primeiros missionários do Comitê de Nashville, George Nash Morton e Edward Lane.

Em 1873, Morton e Lane iniciaram o Colégio Internacional, em Campinas, instituição que ficou reconhecida pela excelência do ensino e por atrair os filhos da elite republicana para Campinas. No mesmo ano, a Igreja do Sul enviou missionários para o Nordeste brasileiro, Rev. John Rockwell Smith e John Boyle; este se tornou o pioneiro presbiteriano no Brasil Central.

As missões presbiterianas ficaram distribuídas com os obreiros da Igreja do Norte (PCUSA) que trabalharam no Sudeste e Sul (Rio de Janeiro, parte de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e no Nordeste abaixo do Rio São Francisco (Bahia e Sergipe). Os obreiros da Igreja do Sul (PCUS) atuaram no Norte, desde o rio São Francisco até a Amazônia, no Sul, a região Mogiana, o sul de Minas e o Triângulo Mineiro.

Na primeira década (1860), foram alcançados os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, na segunda (1870), Bahia e Pernambuco e na de 1880, a obra presbiteriana foi iniciada no Paraná, Ceará, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Rio Grande do Sul e Alagoas.

Outros pastores foram formados e ordenados no Brasil na década de 1880, entre eles, Eduardo Carlos Pereira, o principal líder divisionista de 1903.

Juntamente com os trabalhos de evangelização, os missionários abriram muitas escolas, além do já mencionado Colégio Internacional (1873), a saber: em 1870, Escola Americana (futuro Mackenzie College e da Universidade Presbiteriana Mackenzie) e na década de 1880, a Escola Evangélica de Botucatu, Colégio de Dois Córregos (SP), Escola Americana de Laranjeiras (SE), além de um grande número de pequenas escolas paroquiais.

Em [13 de maio](#) 1888, a [Princesa Isabel](#) assinou a lei de libertação dos escravos ([Lei Áurea](#)), abolindo, assim, a [escravidão no Brasil](#).

No dia 6 de setembro de 1888, na Igreja do Rio de Janeiro, foi organizado o Sínodo da Igreja Presbiteriana do Brasil, fruto da existência de três presbitérios: do Rio de Janeiro (1865), ligado à Igreja do Norte e outros dois, o de Campinas e Oeste de Minas (1887) e Pernambuco (1888), ligados à Igreja do Sul. Com a criação do Sínodo, passou a existir a Igreja Presbiteriana do Brasil. Imediatamente, o Sínodo se dividiu em dois: o Presbitério de Campinas e Oeste de Minas, criando os Presbitérios de São Paulo e o de Minas. Também, resolveu-se instituir o Seminário Presbiteriano, com vista à melhor formação dos novos pastores.

Menos de três décadas após o desembarque de Simonton, a Igreja contava com 20 missionários, 12 ministros nacionais e quase 3.000 membros, em cerca de 50 igrejas locais dispersas em treze províncias (MATOS, 2009, p.20).

A criação do Sínodo acentuou o sentimento nacionalista de alguns jovens pastores brasileiros, entre os quais, Eduardo Carlos Pereira, que, no mesmo ano assumiu o pastorado da Igreja Presbiteriana de São Paulo e que culminou com o cisma de 1903 quando surgiu a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Em 1899, foram dados os primeiros passos do que seria futuramente o Seminário do Norte, iniciado em Garanhuns (PE). O Colégio Internacional, em declínio por problemas financeiros e pelos constantes surtos de febre amarela em Campinas, foi transferido para Lavras (1893), onde ficou conhecido como Instituto Evangélico de Lavras, mais tarde, Instituto Gammon.

Logo após a criação do Sínodo, também foram tomadas providências para a criação de curso superior da Escola Americana, ou seja, o Colégio Protestante de São Paulo, futuro Mackenzie College. Outros colégios surgidos nesta época se formam: Escola Americana de Curitiba (1892), Colégio Americano de Natal (1895), Escola Americana de Florianópolis (1903), Colégio Americano de

Pernambuco, hoje Colégio Agnes Erskine (1904), Instituto Ponte Nova no interior da Bahia (1906), Colégio 15 de novembro, em Garanhuns (1908) e a Escola de Agricultura de Lavras (1908).

No final do século XIX, os presbiterianos também lideravam a criação de importantes instituições de saúde: o Hospital Evangélico do Rio de Janeiro e o Hospital Samaritano de São Paulo.

Em 1900, foram criados os Presbitérios do Sul e Oeste de São Paulo e, em 1907, o Presbitério da Bahia e Sergipe.

Assim, em 1909, a existência de sete presbitérios permitiu a criação de dois Sínodos, o Meridional e o Setentrional. No dia 07 de janeiro de 1910, foi instalada, solenemente, na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, a Assembleia Geral, sendo eleito seu primeiro moderador, o Rev. Álvaro Emídio Gonçalves dos Reis, pastor da igreja hospedeira e, na época, a maior comunidade evangélica da América Latina (MATOS, 2009, p.23)

Após o cisma ocorrido em 1903 e, apesar de muitas igrejas aderirem ao movimento Independente, a Igreja Presbiteriana do Brasil, concentrou-se no esforço evangelístico e experimentou de um grande crescimento em poucos anos, chegando em 1906, com cerca de 7.000 membros em 77 igrejas (MATOS, 2009, p. 23).

## Capítulo 2 – Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso

### 2.2 O Sul de Mato Grosso<sup>8</sup>

A Renascença (séc. XIV-XVI) foi um período de grandes conquistas e transformações culturais, sociais, científicas, políticas e religiosas de tal envergadura que marcaram a transição da Idade Média para a Idade Moderna. Este período testemunhou vários eventos marcantes na história. A Bíblia de Gutemberg (1450 -1455?), por exemplo, marcou o início da produção de livros em massa no Ocidente. Entretanto, essas transformações causaram impacto global como, hodiernamente, testemunhamos na era da informática e da globalização.

Na Europa, em 1492, Savonarola foi executado em Florença, Itália, por suas tentativas de reformar a Igreja. Neste mesmo ano, Cristóvão Colombo descobriu o continente Americano. Portugal e Espanha disputaram, intensamente, os territórios recém-descobertos até que, em 1494, com o Tratado de Tordesilhas, o mesmo foi dividido entre as coroas.

Após 1500, Portugal incentivou a ocupação, reconhecimento e defesa do litoral brasileiro, sendo que, muitos portugueses, motivados pelo espírito aventureiro, bem como em busca de riquezas, iniciaram a penetração pelo interior do território, estabelecendo várias rotas que partiam de São Paulo a Assunção (Paraguai) e daí ao Peru, já notável por suas minas.

Há uma notável diferença de mundos quando lembramos que, em 31 de outubro de 1517, o monge agostiniano, Martinho Lutero, deu início à Reforma Protestante ao fixar as “95 teses” na porta da Igreja do castelo de Wittenberg e, somente em 1524, Aleixo Garcia foi o primeiro a realizar essa rota São Paulo-Assunção (PY)- Peru e foi tido como o primeiro europeu a pisar nestas terras, partindo do litoral (São Vicente ou de Santa Catarina) e se dirigindo às minas do Peru. Aleixo Garcia desceu a serra de Maracaju e os rios, Miranda e Paraguai, até alcançar o lugar onde seria fundada a cidade de Assunção. Em

---

<sup>8</sup>Baseado na Obra *História do Mato Grosso do Sul* de Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, 2002.

seu retorno ao ponto de origem, Aleixo Garcia foi morto pelos índios Paiaguás, às margens do Rio Paraguai (Campestrini, 2002, p.14).

Por volta de 1531, Pero Lobo e Francisco Chaves, autorizados por Martim Afonso de Souza, atravessaram o extremo Sul da futura capitania de Mato Grosso, adentrando em terras paraguaias, de onde jamais retornaram.

Os espanhóis também avançaram no reconhecimento e posse de seus territórios; em 1498, em sua terceira viagem, Colombo atingiu a Venezuela; em 1520, o México já era conquistado por Fernão Cortês; Lima fora fundada em 1543 e, ao Sul, João Dias de Solis explorara a foz do rio da Prata, em 1515.

Preocupada com a expansão portuguesa, a coroa espanhola ofereceu as terras platinas a Pedro de Mendonça que, em 1536, chegou ao estuário do Pratae fundou Buenos Aires, abandonada cinco anos depois, porém, reconstruída em 1580. Também em 1536, João Ayolas subiu o Paraguai e seu auxiliar, João Salazar de Espinoza, fundou, em 1537, a cidade de Assunção, que seria, dois anos depois, a capital das terras espanholas do Sul.

Em 1538, Domingos Martinez de Irala teria fundado a colônia de Maracaju, a sete léguas à margem direita do Paraná, chegando a explorar os rios Iguatemi e Paraná até a serra de Maracaju.

Em 1534, Portugal dividiu o litoral brasileiro em capitanias hereditárias. Em 1549, chegou ao Brasil o seu primeiro governador-geral, Tomé de Souza, e, com ele, os jesuítas. Em 1554 foi fundada a cidade de São Paulo; em 1555, os franceses invadiram a baía de Guanabara, de onde foram expulsos em 1559, por Mem de Sá. O ano de 1560 marcou a fundação de Santa Cruz de La Sierra e, em 1565, o Rio de Janeiro.

Em 1576, ao assumir o governo de Assunção, João de Garaí mandou Rui Dias Melgarejo fundar, naquele mesmo ano, a Vila Rica do Espírito Santo, na região de Guaíra, à direita do Paraná, enquanto ele desbravava a região do Iguatemi. Em 1580, Melgarejo fundou Santiago de Xerez, às margens do rio Mbotetetí, atualmente o rio Aquidauana.

Com a união das coroas portuguesas e espanholas em 1580, cessaram temporariamente as hostilidades.

Em 1609, Felipe II determinou que os índios fossem reduzidos pelos jesuítas, isto é, organizados em povoados (reduções) e catequizados,

nascendo assim, a Província Jesuítica de Paraguai (1610-1668). A primeira redução jesuítica começou na região de Guaíra (PR), em 1610.

Os missionários fixaram-se nas reduções da região do Guaíra e do Itatim, destruídas pelos Bandeirantes, notadamente por Antônio Raposo Tavares, que, em suas Bandeiras, rompia a linha de Tordesilhas em busca de índios para serem vendidos em São Paulo. O território que é hoje o Sul de Mato Grosso pertencia à célebre província de Itatim, formada por diversas reduções fundadas a partir de 1630. A área brasileira, a missão do Itatim, foi identificada traçando seus limites ao norte pelo rio Miranda, ao Sul pelo rio Apa, ao leste pela serra de Maracaju, e ao oeste pelo rio Paraguai.

O contexto histórico nos remete à dominação holandesa do Pernambuco (1630-1654), à restauração da coroa Portuguesa (1640), às empreitadas de Fernão Dias Paes Leme no sertão de Minas Gerais, em busca de esmeraldas (1674).

Ao final do século XVI, o território do Sul de Mato Grosso era todo conhecido, principalmente pelos espanhóis, sendo percorrido, no século seguinte, por numerosas bandeiras, em direção ao norte, ao Paraguai e ao Peru.

Em 1718, o sertanista Antônio Pires de Camargo, desceu o Tietê (na época, Anhembi) até o Paraná (na época, Grande), de onde chegou ao Pardo e, posteriormente, a seu afluente Anhanduí, quando alcançou os altos da serra de Maracaju (proximidades de Campo Grande). Em seguida, baldeando tralha e mantimentos, chegou ao córrego Varadouro (no atual município de Terenos), que desagua no Cachoeirão, pelo qual atingiu o Aquidauana e, posteriormente, o Miranda, e deste, ao Paraguai.

Este último, sem dúvida, foi o de maior valor para o Sul de Mato Grosso e que desempenhou importantíssimo papel na formação histórica da região. Às suas margens, os espanhóis cruzaram rumo às minas do Peru, e desceram às Monções (bandeiras fluviais), que nos séculos XVII e XVIII, vieram prear índios e encontraram ouro à margem do rio Coxipó, fundando o arraial de Forquilha, futura cidade de Cuiabá (08 de Abril de 1719), além de ter sido palco de batalhas entre portugueses, espanhóis e índios pela conquista e posse da terra. Também às suas margens, foram fundados fortes, povoados e presídios. Na Guerra do Paraguai, suas águas foram tingidas de sangue e serviram de

sepulcro a muitos cadáveres. Também pelo Paraguai, a região recebeu influências culturais, nos hábitos e na linguagem das Repúblicas do Prata.

Em 1719, os irmãos Leme subiram o rio Pardo, mas não o Anhanduí, seguindo até as nascentes do primeiro, no cimo da serra de Maracaju, em um lugar denominado Camapuã, onde fizeram grandes roças, fundando assim o primeiro núcleo no Sul de Mato Grosso, a fazenda Camapuã, com a fixação dos primeiros homens brancos - não considerando o Itatim (Campestrini, 2002, p.22).

Com o conhecimento das rotas<sup>9</sup> e de suas dificuldades, os que se aventurassem em busca do ouro podiam se planejar para enfrentar as quinhentas e trinta léguas de São Paulo às minas, por Camapuã.

Houve várias tentativas de se chegar a Cuiabá por terra, porém, logo abandonadas devido às dificuldades muito maiores que as limitações impostas pelos rios. Apesar destes serem estreitos e com águas rasas, raízes e troncos dificultavam a navegação.

Depois de alguns dias pelo Camapuã abaixo, os viajantes encontraram o rio Coxim, que em sua foz apresentava o último grande empecilho de toda a viagem, a cachoeira do Beliago. Já no rio Taquari, no baixo Pantanal, surgiam braços de rios que podiam desorientar as monções. Por volta de 1725, os viajantes ali permaneceram, aproximadamente, um ano acampados para fazer farinha de mandioca. Foi à margem do rio Taquari, neste baixo Pantanal, que, em 1729, foi fundado o arraial do Beliago (futura cidade de Coxim).

Domingos Gomes Beliago recebera, do governador da capitania de São Paulo, uma sesmaria<sup>10</sup> no rio Taquari. Foi este Beliago quem primeiro introduziu o gado vacum<sup>11</sup> na região de Cuiabá, de onde se espalhou para o Pantanal.

Varado o Paraguai-Mirim, entravam no Paraguai-Açu e daí, até alcançar um novo braço de rio, o Xianés, que por sua vez, era braço do rio Cuiabá, por onde subiam até o arraial de Forquilha.

---

<sup>9</sup>Ver em Anexo – Rota dos Monçoeiros

<sup>10</sup> Sesmarias: Após a instituição das capitâncias hereditárias surge o sistema de sesmarias no qual os donatários de terras deveriam permitir que colonos cultivassem áreas de terras abandonadas com o objetivo de os tornarem novamente produtivos e objetivando o progresso da produção agrícola.

<sup>11</sup> Bovinos

Não demorou muito para que os índios se tornassem objeto de preocupação às monções. Os Caiapós, que, segundo Rolim de Moura<sup>12</sup>, eram fortes e ligeiros e se utilizavam de arco e flecha e porretes, molestavam as monções nos lugares de pouso, desamarrando as canoas, fazendo-as rodar água abaixo, bem como, atacando no varadouro do Camapuã e escorraçando roceiros às margens do rio Pardo.

Ao longo do Taquari, as tribos Guaikurú (ou Guaicurus), entre eles o Mbayá ou índios cavaleiros, atacavam frequentemente as monções. A partir de 1725, os Payaguá (ou Paiaguás), que, segundo Darcy Ribeiro (1950, p.9), de origem Guaikurú, eram índios canoeiros que viviam em aldeamentos próximos a Assunção e, inicialmente, mantinham boas relações e amizades com espanhóis, por quem foram catequizados. Tendo, porém, se rebelados, avançaram águas acima para viver e pilhar as monções paulistas. Assim, perseguiram com grande sucesso as monções, principalmente as que desciam com ouro para o Povoado (São Paulo) ou que levavam mantimentos para Cuiabá. Bons canoeiros e lutando sobre as águas, quase sempre venciam, porque suas canoas eram pequenas e de fácil manobra na abordagem aos pesados canoões dos monçoeiros.

Em 1740, as autoridades das minas fizeram um aceno de amizade aos Guaicurus, aos quais ofereceram numerosos cavalos para, em troca, declararem guerra aos Paiaguás, os índios canoeiros que foram expulsos da região. Os Guaicurus tornaram-se, então, amigos dos portugueses, com os quais contrataram, com o governador da capitania, a *perpétua paz e amizade com os portugueses* (1791).

À esquerda do rio Paraguai, nas baías Uberaba, Guaíba e Mandioré, viviam os *Guatós*, canoeiros. À margem direita, próximo a Corumbá, os *Guanás*; entre os rios Miranda e Apa, abaixo da serra de Bodoquena, fixaram-se os *Cadiuéus* (da nação Guaicuru); nos rios Miranda e Aquidauana estavam os *Terenas*; à margem direita do Paraná, os *Caiuás*, principalmente ao longo dos rios Dourados, Brilhante, Ivinhema.

Entretanto, apesar de tantas dificuldades que essas empreitadas ofereciam, tais como as rotas ainda sendo desbravadas, os rios de difícil navegação,

---

<sup>12</sup> Antônio Rolim de Moura Tavares, nomeado em 1748, o primeiro governador da capitania de Mato Grosso.

escassez de mantimentos, índios, etc., o ouro era abundante e novas jazidas eram descobertas e vilas viviam épocas de prosperidade. Por isso mesmo, em 1748, foi criada a capitania de Mato Grosso, sendo nomeado nesse mesmo ano, como seu governador, Antônio Rolim de Moura Tavares, que no ano seguinte parte de Portugal com ordens para estabelecer-se em terras chamadas de Mato Grosso, ainda sem divisas precisas e próximas da fronteira com os espanhóis (atual Bolívia).

Rolim de Moura atravessou a rota do monçoeiros com armas e soldados, e foi recepcionado por uma guarda especial no lugar conhecido como Pouso Alegre, no rio Taquari, perto da antiga Prensa (depois arraial de Beliago e posteriormente Coxim), de onde foi escoltado até as minas. Em 19 de março de 1752, Rolim de Moura elevou Pouso Alegre à categoria de vila, agora denominada Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, onde sediou seu governo.

Como o interesse na região se concentrava no ouro fácil do rio Cuiabá e, depois, dos garimpos ao norte, não havia interesse no território ao Sul da capitania, hoje território ao Sul de Mato Grosso, o qual era somente o caminho para as minas. Outro fator importante é que os governadores de Mato Grosso priorizavam a defesa do território ao oeste, ameaçado pelos espanhóis, enquanto as terras ao Sul eram inicialmente vigiadas pela capitania de São Paulo.

A capitania de Mato Grosso, desmembrada da capitania de São Paulo, teve nove governadores: *Antônio Rolim de Moura Tavares* (1751-64); *João Pedro da Câmara* (1765-68); *Luiz Pinto de Souza Coutinho* (1769-72); *Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres* (1772-89), que teve como maior desafio garantir as posses das terras conquistadas pelos portugueses, e para tanto, fundou o Forte príncipe da Beira (1776, à margem do rio Guaporé, hoje em Rondônia), o Forte de Coimbra (1775, à margem direita do rio Paraguai), a Vila Maria do Paraguai (1778, hoje cidade de Cáceres), e a povoação de Albuquerque (1778 - hoje Corumbá); *João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres* (1789-96); *Caetano Pinto de Miranda Montenegro* (1796-1803) que fundou o presídio de Miranda (1797); *Manoel Carlos de Abreu Menezes* (1804-05); *João Carlos Augusto d'Oeynhausien Gravenbourg* – marquês de Aracati

(1807-19); *Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho* (1819-21), que transferiu a capital para Cuiabá, em 1820.

Ao criar a capitania de Mato Grosso, D. João V ordenou ao seu governador que, de comum acordo com o governador de Goiás, Marcos Noronha, sugerisse a divisão entre as novas capitanias. Noronha propôs a divisa pelos rios das Mortes, Taquari, Coxim, Camapuã e Pardo até o Paraná. Proposta rejeitada por Rolim de Moura, porém, aceita por Luiz Pinto Coutinho, em 1771, dando origem à disputa de limites entre Goiás e Mato Grosso.

O governador da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza (o Morgado de Mateus), recebeu ordens da corte para expandir o território português e assegurar as terras de seu domínio; assim, promoveu o reconhecimento dos sertões do rio Tibagi, no Paraná, e a ocupação das terras do Iguatemi, onde, em 1767, fundou um presídio. Vale ressaltar que, nesta época, o Paraná pertencia à capitania de São Paulo, passando à província somente em 1853.

Reconhecida a região do Iguatemi, em 1766, o Morgado de Mateus criou a Povoação e Praça de Armas de Nossa Senhora dos Prazeres e São Fernando de Paula e para lá fez descer, no ano seguinte (1767), uma grande monção com trinta e cinco canoões e trezentos e sessenta homens, sob o comando de João Martins de Barros, que deu início à construção do presídio. Ainda segundo Campestrini (2002, p.38), esta fortificação ficava distante da atual cidade de Iguatemi, em local hoje no município de Amambaí.

Já em 1768, foi enviada nova expedição, agora com, aproximadamente, setecentos povoadores que receberiam terras para se fixarem na região, além de trinta soldados de linha e homens de mareação, em trinta e seis canoões. Esta, comandada pelo sargento-mor, Teotônio José Juzarte, experiente marinheiro dos oceanos, que foi suprido de armas de guerra, munições “*e toda a casta de criações e animais para a produção e instrumentos para a lavoura*” (Campestrini, 2002, p. 38).

A partir de 1769, partindo do Tietê abaixo, passando pelo Pardo e descendo o Paraná, não sem enfrentar muitas doenças e escassez de alimentos, alcançaram a foz do Iguatemi, por onde subiram sempre atentos aos Caiuás, e chegaram a seu destino. Porém, descobriram que nada havia sido feito para

esperá-los; nem casas nem reservas de alimento, sem falar no estoque de sal e fumo, reduzidos por negligência.

Com a fome, vieram as doenças. Os Caiuás, incitados pelos espanhóis que estavam em guerra com os portugueses, faziam cercos, tanto nas roças como na praça de guerra, ainda anos alicerces, o que obrigou os portugueses a viverem no interior da praça, e assim, as doenças se grassaram endemicamente.

É importante contextualizarmos historicamente esse evento. Em 1750, Portugal e Espanha assinaram um acordo para por fim às disputas territoriais, o Tratado de Madri. Este tratado foi anulado em 1761, pelo Tratado de El Pardo, gerando guerra entre Portugal, que contava com apoio da Inglaterra, e Espanha, apoiada pela França. A paz só foi estabelecida em 1777, entretanto, em 27 de outubro de 1777, sem ainda receberem a notificação da pacificação, os espanhóis bateram os poucos soldados portugueses que guardavam as terras para El-rei.

A colônia do Iguatemi foi o primeiro passo do governo português para a posse efetiva da fronteira do território, que é hoje o Sul de Mato Grosso.

Em 1772, o general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres assumiu a capitania de Mato Grosso. Sabia o general que deveria continuar a missão de conter os espanhóis, como antes fizeram seus antecessores. Como as terras do Guaporé já estavam com povoados estabelecidos, inclusive com criação de gado, roças, garimpos, etc., o novo governador procurou assegurar a posse ao longo do rio Paraguai, que, por sua importância estratégica, já apresentava avanço dos espanhóis que haviam instalado uma fortificação, em 1774, na foz do Ipané, não longe da foz do Apa, que, por sua vez, já fora desvendada pelas perseguições armadas saídas de Cuiabá contra os Paiaguás.

Assim, pelo reconhecimento, estabeleceu-se que, no lugar conhecido como Fecho dos Morros, seria adequada a instalação de uma forte que permitisse aos portugueses vigiarem os espanhóis e combaterem índios canoeiros.

Assim, o general-governador, Luís Albuquerque, designou o capitão Matias Ribeiro da Costa para levantar o forte no Fecho dos Morros e o fez descer com uma tropa de duzentos e quarenta e cinco homens, em quinze canoas, além do material necessário para a obra.

Ao navegar para o local, o capitão Matias Ribeiro, chegou ao estreito de São Francisco Xavier, que julgou ser o ponto procurado, e por ser uma “paragem acomodada” (Campestrini, 2002, p.40), lançou a primeira pedra em nome Del-Rei. Na realidade, o Fecho dos Morros ficava a quarenta léguas abaixo. Mesmo assim, foi levantado, naquele lugar, o Forte Coimbra. Esta atitude mostrou-se acertada, pois, o lugar pré-determinado era extremamente exposto ao ataque de índios e espanhóis.

Pretendendo corrigir o erro do capitão Matias Ribeiro, o governador Luís Albuquerque fez o capitão Miguel José Rodrigues descer o rio para esse fim. Mas, devido à insegurança da viagem abaixo da baía Negra, ao Sul do Forte, essa expedição não obteve êxito.

Então, a margem direita do Paraguai começou a ser ocupada. Depois da fundação de Coimbra, o governador Luís Albuquerque, acatando a sugestão do sertanista, João Leme do Prado, incumbido de reconhecer o rio Mboteteté, atual Miranda, que desagua no Paraguai léguas acima do Forte e que recebeu o nome de Mondego, em homenagem a Portugal, mandou levantar a povoação de Albuquerque, pouco acima e na mesma margem direita do Paraguai, a qual assegurava o domínio daquelas terras e serviria de apoio ao Forte.

Albuquerque foi fundada onde hoje se localiza a cidade de Corumbá, e não onde está o atual Distrito de Albuquerque, que não oferecia condições para um bom porto.

O Forte Coimbra levou os espanhóis à construção do Forte Olimpo, em 1792, à margem direita do Paraguai, pois perceberam, claramente, a intenção dos portugueses descerem por esta margem, fazendo posse de suas terras.

O ano de 1789 foi marcado pelo início da Revolução Francesa, para muitos, fruto do Iluminismo e da Independência Americana. No Brasil, ocorreu a prisão dos líderes da Conjuração Mineira, porém, nestas terras, o marco foi a transferência do governo da capitania das mãos do general Luís Albuquerque a seu irmão, João de Albuquerque, que a recebeu com postos de defesa devidamente instalados.

Com a morte de João de Albuquerque (1796), foi nomeado Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que, em 1797, fundou o presídio de Miranda, às margens do rio Mondego, que, daí em diante, passou a se chamar Miranda. Esta empreitada se deu em virtude das notícias de que espanhóis pretendiam se

reinstalarem às margens do referido rio, onde, em outros tempos, haviam estabelecido as cidades de Xerez e Vila Real, destruídas pelos paulistas no século XVI.

Esta fortificação foi ocupada por um destacamento militar que era a missão de zelar pelas terras que se estendiam até o rio Apa, formando assim a cidade de Miranda. Neste período de reconhecimento da região, os brancos receberam o auxílio dos Guaicurus já pacificados e que ali tinham parte de seu território.

Esses movimentos portugueses provocaram uma reação dos espanhóis do Paraguai que, em 1801, fizeram subir barcos de guerra contra o Forte Coimbra, o primeiro e maior desafio na conquista do território. Liderados, pessoalmente, por D. Lázaro de Ribeira, governador da província espanhola, os espanhóis, com uma esquadrilha de, aproximadamente, seiscentos soldados, cercaram o Forte Coimbra que, sob o comando de Ricardo Franco e com apenas quarenta e nove soldados e sessenta civis, frustrou o desembarque e conquista daquele Forte pelos espanhóis. Esse feito motivou os portugueses do presídio de Miranda que, reunidos com Guaicurus, marcham para o Apa e arrasam o Forte de São José.

Em 1808, chegou ao Brasil a família real e, em 1810, foi assinado o Tratado de Aliança e Amizade e do Comércio e Navegação, firmado com a Inglaterra. Neste mesmo ano (1810), as colônias espanholas do Prata proclamaram independência e tornaram-se Repúblicas, decidindo que seriam donas das terras que ocupavam de fato. Assim, prevaleceria o *uti possidetis*, designado por eles de *uti possidetis de lañodiez*.

Era limítrofe do território Sul da capitania de Mato Grosso, hoje sul-mato-grossense, a República do Paraguai, governada pelo Dr. Francia, que, por sua vez, resolveu isolar-se de todos os seus lindeiros, o que proporcionou tempo de paz nas fronteiras brasileiras, em especial com as da capitania de Mato Grosso, que, após a Independência do Brasil (1822), tornou-se província.

No início do século XIX, a rota entre Cuiabá e São Paulo era a rota fluvial dos monçoeiros, praticamente abandonada, ou pelas estradas de terra, via Goiás, que, por sua vez eram difíceis, demoradas e dispendiosas pelos tributos cobrados no percurso. Desde 1816, o governo da capitania empenhava-se na abertura de uma rota que ligasse por terra Cuiabá a São Paulo. Esta estrada passava pelo Piquiri, em cujas cabeceiras havia um destacamento militar, e

seguia em direção ao Paraná, no porto do Taboado (abaixo da atual cidade de Aparecida do Taboado).

Em 1835, a Lei nº 07 incentivava ao povoamento da região, estabelecendo nela uma colônia a ser habitada pelos índios da nação caiapó que migraram de Goiás, além da reinstalação do destacamento militar em novo local e a isenção de dízimos e quaisquer impostos, por vinte anos, a todos os que se estabelecessem na região do Piquiri até rio Paraná. Entretanto, esta lei não chegou a ser executada devido à grande instabilidade da década no Brasil, que vivia tempos de incertezas com a abdicação de D. Pedro I (1831), passando o Brasil a ser governado até 1840 por regência, além da Guerra dos Farrapos (1835-41), sendo a província gaúcha totalmente pacificada em 1845.

Os desbravadores atingiram o *vácuo*, atual Bolsão Mato-Grossense, região compreendida pelos rios Aporé, Paranaíba, Paraná e Pardo, e lá encontraram diversos fazendeiros mineiros estabelecidos naquela região desde 1829, quando ali chegaram com José Garcia Leal, aparentados uns dos outros e três irmãos de José Garcia, que ocupou o cargo de diretor da povoação. Esta região passou a ser conhecida como sertão dos Garcias. José Garcia Leal assumiu a responsabilidade da conclusão da estrada que atingiu as barrancas do Paranaíba e não do Paraná, pois sendo mineiros, bastava-lhes atravessarem aquele rio para atingir a província-mãe e por ela a província de São Paulo.

Esta empreitada foi concluída em 1837, sendo comunicada sua conclusão, faltando somente as pontes, de responsabilidade do governo. Até então, a travessia era feita por barca sobre duas canoas.

Nas terras do Sul de Mato Grosso, havia moradores nos arredores do presídio de Miranda, no Forte Coimbra, nos povoados de Albuquerque, na fazenda Camapuã, no destacamento do Piquiri e no sertão dos Garcias, nele levantado o povoado de Santana do Paranaíba (1833).

Os primeiros núcleos no Sul do Estado<sup>13</sup>, nas terras hoje sul-mato-grossenses, foram, então, a Fazenda Camapuã (1719), Forte Coimbra (1775), Albuquerque (1778), Presídio de Miranda (1797), Piquiri (1800), Sertão dos Garcias (1829), Vacaria (1839), Taboco (1840), Forquilha do Nioaque (1840),

---

<sup>13</sup>Ver em Anexo – Primeiros Núcleos no Sul de Mato Grosso.

Vale do Taquaruçu (1840), Água Fria (1844), Vale do Apa (1844), Bracinho (1848), Desbarrancado (1848) e outros.

O desenvolvimento da região se deu, inicialmente, através do povoado de Santana do Paranaíba, que se ligava às províncias de Minas e de São Paulo e, com elas, faziam negócios de gado, principalmente, através da estrada da Farinha Podre que dava acesso à Uberaba que era, então, centro distribuidor de gado para São Paulo e Rio de Janeiro e vivia época de acentuado desenvolvimento, já que também passava ali o movimento de Cuiabá e Goiás.

No entanto, faltava ligação direta com a província de São Paulo que encurtasse a distância e diminuísse despesas (como as travessias de rios que eram pagas), e proporcionassem ligação com as cidades de Campinas e São Paulo.

O governo de Mato Grosso se dispôs a ligar a estrada do Piquiri que chegava a Santana do Paranaíba ao Picadão, caminho que de Piracicaba chegava ao Paraná. Essa empreitada ficou a cargo do capitão-engenheiro, Ernesto Antônio Lassance, para que estabelecesse a antiga picada aberta, em 1837, por Joaquim Francisco Lopes, como roteiro ideal e que ligava o Taboado a Paranaíba, onde o viajante haveria de se abastecer para os deslocamentos até Cuiabá, Minas Gerais ou São Paulo.

Visando estabelecer bom relacionamento com a República do Paraguai, o gabinete imperial nomeou, em 1839, a capitão-tenente Augusto Leverger, cônsul-geral do Brasil em Assunção, aceito só em 1843. Com o falecimento do Dr. Francia (1840), assumiu o governo paraguaio, Carlos Antônio Lopes, que estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil.

Em 1844, iniciaram-se as conversações sobre a navegação no rio Paraguai, quando fracassou a tentativa do Brasil de definir os limites. Em 1847, Carlos Antônio Lopes enviou ao Rio de Janeiro a missão Gelly com nova proposta dos limites, a qual não foi aceita pelo Brasil, que insistiu nos limites pelo Apa.

Bolívia e Paraguai, agora independentes dos espanhóis, deveriam reivindicar as terras ocupadas pelos brasileiros. Por outro lado, mesmo sem qualquer invasão, foram tomadas algumas medidas para acompanhar movimentos que pudessem ameaçar o território. Por isso mesmo, Costa Pimentel, presidente da província, ordenou a construção do Forte Fecho dos Morros, o qual foi fundado, solenemente, no dia 29 de junho de 1850, à

margem esquerda do Paraguai, no sopé do morro chamado Pão de Açúcar. Sua Guarnição era composta pelo tenente Francisco Bueno da Silva, com tropa de trinta e um soldados.

Em 14 de outubro do mesmo ano, mais seiscentos homens de Carlos Antônio Lopes cercaram e abriram fogo contra o incipiente Forte, obrigando sua guarnição à retirada, não antes de perderem nove praças e um oficial.

Os Guaicurus, que viviam próximos àquela região e inimigos dos paraguaios, correram, sem sucesso, ao socorro do tenente, pois lá chegando, encontraram tudo arrasado. Revoltados, subiram o Paraguai armados e, juntos com os soldados do Forte destruído, atacaram o Forte Olimpo (em solo paraguaio) e o tomaram.

A notícia dos ataques correu entre índios e brancos. O cacique guaicuru, Quidonani, entrou em território paraguaio e atacou moradores, apresando gado e cavalos, em represália. Também, os paraguaios avançaram em território brasileiro, varando o Apa, destruindo fazendas e tomando prisioneiros. Estava instalada a tensão em ambos os lados da fronteira.

A questão dos limites se agravou, pois, além do incidente dos Fechos dos Morros, outros dois casos contribuíram para isso. O primeiro, quando Carlos Antônio Lopes devolveu as credenciais do diplomata brasileiro, Pereira Leal (1853); o segundo, quando a missão de Pedro Ferreira (1855), comandante da esquadra, foi detida pelos paraguaios no Forte Itapiru, quando somente o navio dele pôde atracar em Assunção. Essa missão propunha ao presidente paraguaio, Carlos Antônio Lopes, que fosse tomado o *uti possidetis* como elemento essencial na demarcação das fronteiras entre os dois países, com base no *uti possidetis de lañodiez*. Cabia, ainda, a esta missão, discutir a navegação do rio Paraguai. Em 27 de abril de 1855, foi assinado um *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação*.

No entanto, diante desses fatos, o governo imperial deslocou para Corumbá o 2º Batalhão de Artilharia a Pé, que contava com 297 praças, sob o comando do tenente-coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (posteriormente, Visconde de Itaparica e comandante importante das tropas imperiais na Guerra do Paraguai), que passou a ser o comandante geral da fronteira, com sede no Forte Coimbra.

Os Lopes (nesta época, Solano Lopes já era ministro do pai), conscientes da importância da navegação do rio Paraguai para Mato Grosso, tentaram impor um aditivo ao Tratado, estabelecendo o prazo de um ano para que fosse ratificada as cláusulas relativas à navegação e para a solução dos limites, sob pena de dificultar a navegação, como de fato o fez. Em julho do mesmo ano, o imperador comunicou o governo paraguaio que não o ratificasse, alegando independência da questão da navegação à dos limites.

Em face desses acontecimentos, o já contra-almirante Augusto Leverger, transferiu a sede de seu governo para o Forte Coimbra, em fevereiro de 1855, onde permaneceu de vigília. Em 06 de abril de 1856, Brasil e Paraguai, finalmente, assinaram convênio dilatando por seis anos a questão dos limites, porém, a sede do governo de Mato Grosso permaneceu no Forte até novembro de 1856.

Aberta a navegação no Paraguai, Lopes baixou regulamentos que dificultaram a navegação, impondo práticos paraguaios aos navios saídos de Assunção, mesmo por águas brasileiras e obrigava os navios à demorada inspeção no Forte Olimpo, com exigências de natureza sanitária, pois,

Seria uma maneira de saber se carregavam armas para Mato Grosso, a grande preocupação dos Lopes. E tamanha era esta preocupação, que até cavalos e muares eram considerados material bélico. (Campestrini, 2002, p.74)

O Império protestava e enviava, em missão, Rio Branco a Assunção para, novamente, discutir a questão que já havia sido aprovada e, em 12 de fevereiro de 1858, em Assunção, foi firmada a convenção sobre *a verdadeira inteligência e prática do tratado de amizade, navegação e comércio, de 6 de abril de 1856*. Com isso, fica liberada a navegação a navios de guerra de ambas as partes, desde que, em número igual ou inferior a três, nas águas de cada Estado. A questão dos limites fica mais uma vez adiada.

Neste período, também foram criadas as Colônias Militares do Nioaque e do Brillhante, que não foram instaladas, pois a região já estava habitada e protegida pelo destacamento militar de Nioaque. Em 1856, foi criada a Colônia Militar do Dourados e, em 1859, a do Miranda, mais tarde instaladas.

No ano de 1859, chegava, ao Porto do Rio de Janeiro, o missionário Ashbel Green Simonton, marcando a inserção definitiva do Presbiterianismo no Brasil. Indiferente a isso, no Sul de Mato Grosso, o comando da fronteira enviou o Corpo de Cavalaria de Mato Grosso, da Vila Maria (hoje Cáceres), para Nioaque, onde chegou em novembro de 1859, tornando a vila sede do Corpo de Cavalaria da província e dando impulso ao comércio e fazendas da região.

Enquanto o Império estabelecia sua presença militar e populacional na região, com muitas dificuldades e carência e na tentativa de resguardar a região, mesmo com força militar insignificante, a República do Paraguai vivia período de grande prosperidade e riqueza através da exploração da erva-mate, fumo, algodão, madeira, couro, cereais e outros produtos de consumo. O país possuía uma boa distribuição de terras, uma população considerada pequena e concentrada, economia estável e formada no modelo de educação jesuítica da obediência e do trabalho, a qual tornou *“fácil transformar em soldado todo e qualquer homem válido”* (Campestrini, 2002, p.82).

Carlos Antônio Lopes abriu as portas do Paraguai para o mundo e atraiu a atenção de países, como a França e Inglaterra, com os quais mantinha fortes relações comerciais e dos quais recebia produtos industrializados em troca de produtos do campo.

Com a questão de fronteiras com o Brasil a partir de 1850, e se prevenindo contra argentinos que queriam o Paraguai como parte de seu país, Carlos Antônio Lopes, enviou seu filho Solano à Europa em busca de tudo o que pudesse tornar o Paraguai uma nação forte frente a Brasil e Argentina. Com isso, o Paraguai, que possuía superávit comercial que permitia investimentos, queria transformar a nação agrícola em nação de forte poderio militar.

Solano Lopes, em um ano e meio, conheceu o que a Europa tinha de melhor, especialmente as organizações militares, já que vivia na época de Napoleão III, de quem era admirador. Então, comprou armamentos, trouxe técnicos e implantou uma indústria de guerra, construiu estrada de ferro, e instalou telégrafo. Bem como, médicos, técnicos em construção naval e em fortificações, pilotos e maquinistas de navio a vapor, instalou fundição de ferro e passou a construir seus próprios armamentos, navios, canhões, lanças e pólvora.

Com a morte de seu pai, Carlos Antônio Lopes, ao assumir a presidência (1862), Solano Lopes deu início a seu plano de conquistar as terras contestadas, prendendo-se, como seu pai, às andanças dos espanhóis, há mais de dois séculos, por terras do sul-mato-grossense, mesmo sem estabelecerem-se nessas terras.

Em princípio de 1862, Solano Lopes determinou que o tenente Pedro Pereira, com uma guarnição de sessenta e um homens, fosse às terras de Ponta Porã (solo brasileiro), com o objetivo de admoestar os ocupantes das Colônias Militares do Dourado e de Miranda para que retirassem seus contingentes daquelas terras que, segundo Pereira, pertenciam à República do Paraguai.

Em 10 de novembro de 1864, o vapor Marquês de Olinda, ao subir o Paraguai rumo ao Mato Grosso, levando seu futuro presidente, o coronel Frederico Carneiro de Campos, foi, inesperadamente, detido em Assunção, sob ordem do presidente Francisco Solano Lopes. Era o início da guerra.

A Guerra do Paraguai está fartamente registrada em vários livros disponíveis à consulta, análise e crítica. Para evitar a prolixidade, se faz necessário dar como que um salto na história, concentrando a atenção nos idos dos anos de 1870, no período pós-guerra e na reconstrução e desenvolvimento do território que, hoje, é Mato Grosso do Sul.

Ao fim da referida Guerra do Paraguai, conhecida como a mais longa e devastadora da América do Sul, as Vilas de Corumbá, Nioaque e Coxim estavam destruídas. Somente Santana do Paranaíba permanecia intacta. O Brasil estava endividado, e era urgente a necessidade da restauração das vilas arrasadas, principalmente a Vila de Corumbá, tendo em vista o fato de que, antes da guerra, principalmente por seu porto, apresentava um movimento promissor, mas que fora destruída pelos paraguaios em 1865.

Após a retomada da Vila e a retirada de seus invasores, a Vila de Corumbá, cujo município chegou a ser extinto em 1869, foi restaurada e, dois anos depois, se tornou cidade em 1878. Novamente a cidade experimentou um surpreendente desenvolvimento, alimentado pela quase total isenção de impostos, decretada pelo Império em 1869, o que tornou seu porto um dos mais importantes portos fluviais do país. As demais Vilas, Miranda, Nioaque e Coxim, também foram reconstruídas e passaram por processo de desenvolvimento, embora mais lentamente.

Esse desenvolvimento se deu pela chegada de novos fazendeiros à região, pois os antigos proprietários, que não conseguiram fugir para Minas ou Paranaíba, foram feitos prisioneiros pelos paraguaios e sucumbidos aos maus tratos, trabalhos forçados, doenças e à fome. Os novos fazendeiros foram atraídos pelas notícias dadas pelos remanescentes da Retirada da Laguna, que falavam de excelentes terras, clima saudável, abundância de águas e fartas pastagens. Também muitos militares se instalaram na região, bem como alguns estrangeiros, entre eles, os italianos que se deslocaram principalmente a Corumbá.

Após a guerra com o Paraguai, o Império iniciou a demarcação das fronteiras com a vencida república vizinha, constituindo, em 1872, a comissão mista de limites chefiada pelo coronel Rufino Enéias Gustavo da Fonseca Galvão, barão de Maracaju. Durante este trabalho de demarcação, o gaúcho Tomás Laranjeira, percebeu que na serra de Maracaju, desde os saltos das sete Quedas, havia abundância de *caatins*, maciços de árvores de erva-mate. Após a demarcação, Tomás Laranjeira recebeu permissão do Império para explorar a erva-mate, o que o fez com pessoal trazido do Rio Grande do Sul, já conhecedores da técnica necessária à exploração, bem como se utilizando de mãos-de-obra paraguaia barata e especializada.

A exportação da erva-mate para o Uruguai e Argentina tornou-se lucrativa e sua expansão proporcionou a criação da Companhia Mate Laranjeira, tendo como sócios os irmãos Murtinho, de família mato-grossense e de influência econômica e política no cenário nacional. Inicialmente, a sede da Companhia foi Nhuverá, hoje Coronel Sapucaia.

Com a reconstrução da Colônia Militar dos Dourados (1872) e os trabalhos da Companhia Mate Laranjeira (1874), foi instalado um novo destacamento militar, agora em local denominado Ponta Porã, o qual foi elevado a distrito, em 1900, e a município, em 1912. O então Distrito de Ponta Porã recebeu o Marechal Rondon em 1904, quando o mesmo constatou uma população de cerca de mil habitantes na vila (Campestrini, 2002, p.168).

Toda a economia da Companhia Mate Laranjeira também proporcionou o surgimento de Porto Murtinho, às margens do rio Paraguai e Bela Vista, no Apa.

Fator digno de nota na história deste povo é o seu movimento abolicionista. Na região, o censo de 1872 registrou a presença de aproximadamente 771 escravos e muitos outros negócios de escravos anotados em cartórios; porém, os escravos não tinham o mesmo tratamento de outras regiões, e eram como que agregados trabalhando na pecuária e lavoura de subsistência. Fato inédito foi registrado em Miranda, no dia 12 de fevereiro de 1885, quando o Clube Emancipador Mirandense declarou, em sessão solene, livre todos os escravos da Vila de Miranda, iniciativa esta aplaudida e apoiada pela Câmara Municipal. Em Paranaíba, praticamente todos os escravos haviam sido alforriados.

Apesar dos obstáculos naturais, dificuldades de ocupação, limitados recursos que tornaram a região pouco desenvolvida, já havia em seu cerne cultural o desejo libertário, o que permitiu antecipação às ações abolicionistas oficiais, seja a Lei do Ventre Livre (1871), seja Abolição, em 1888.

Neste mesmo ano (1888), o movimento republicano já apontava como um de seus maiores expoentes, o Marechal Deodoro da Fonseca, que foi enviado a Mato Grosso pelo Imperador, para afastá-lo do movimento republicano, com a missão de reorganizar as forças militares da fronteira e estudar a implantação da linha telegráfica de Corumbá a Cuiabá.

Deodoro da Fonseca já estivera, anteriormente, em Mato Grosso em 1860, quando fora designado ajudante-de-ordem do presidente da província. Então, com trinta e três anos de idade, se casou na Igreja do Bom Jesus, em Cuiabá, com Maria Cecília de Souza Meireles, do Rio de Janeiro. Havia também já participado na guerra com o Paraguai. Agora, enviado pelo Imperador de volta à província, chegou ali em janeiro de 1889 e retornou à capital do Império em 13 de setembro, para, em 15 de novembro, proclamar a República, assumindo provisoriamente a presidência do país.

Outros da sua família mantiveram laços com Mato Grosso, a saber, o Marechal Hermes Ernesto Fonseca, presidente da província (1875-78), irmão do Marechal Deodoro e pai do Marechal Hermes, presidente da República. Também, o general João Severiano da Fonseca, médico militar, que com os irmãos participou da guerra com o Paraguai, e, posteriormente, da comissão de Limites entre Brasil e Bolívia, permaneceu em Corumbá, onde se casou com a corumbaense Anália d'Aincourt Sabo de Oliveira, e onde realizou obras sociais,

entre elas a fundação de um hospital. Também escreveu várias obras sobre o Estado (Campestrini, 2002, p.175).

Em 15 de novembro de 1890, instalou-se o Congresso Constituinte Republicano e, após a promulgação da primeira Constituição da República em 24 de fevereiro de 1891, a própria Assembleia elegeu os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, presidente e vice-presidente da República, respectivamente, em 25 de fevereiro de 1891. Devido a várias divergências, os opositoristas do Marechal Deodoro, apoiados por Floriano Peixoto e outros comandantes militares, provocaram uma crise política a qual levou Deodoro a dar um golpe de estado, dissolvendo a Câmara e Senado, e a convocar novas eleições, o que provocou a declaração de revolta dos opositoristas. Assim, Deodoro foi obrigado a renunciar para evitar a guerra civil, assumindo a presidência o vice-presidente Marechal Floriano.

Até a proclamação da República, o governador da província de Mato Grosso era o coronel Cunha Matos, que, ao tomar ciência deste fato, renunciou imediatamente. Cunha Matos soube da Proclamação somente no dia 9 de dezembro de 1889, tamanha era a dificuldade do trâmite de informações naquela época, visto que em 20 de novembro o Uruguai e Argentina já reconheciam o novo regime.

Com a renúncia de Cunha Matos, a liderança política aclamou governador o General Antônio Maria Coelho, militar de maior patente em Cuiabá, na esperança de que o mesmo amenizasse o clima de paixões e ódios que imperavam na política local. Porém, Antônio Maria Coelho, que anteriormente fora rejeitado ao Senado, iniciou perseguições contra seus adversários, apoiado pelos Coronéis João da Silva Barbosa, do 7º Regimento de Cavalaria Ligeira, em Nioaque, e de seu sobrinho, Major Aníbal da Mota, da Guarnição, em Corumbá.

Em 13 de janeiro de 1891, Antônio Maria Coelho foi deposto pelo Marechal Deodoro, que nomeou o Coronel Frederico Solon de Sampaio Ribeiro. Este, anulou as eleições anteriores em face de denúncias de corrupção e abusos praticados pelo governador demitido. É importante destacar que foi o Coronel Frederico Solon, quando ainda era major, no dia 16 de novembro de 1889, quem entregou a D. Pedro II a mensagem da Proclamação da República, intimando-o a abandonar o país em 24 horas (Campestrini, 2002, p.178).

Em 1º de abril de 1891, assumia o lugar do Coronel Frederico Solon, o Coronel José da Silva Rondon, que promoveu novas eleições, sendo substituído, em 06 de junho, pelo Coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet. Com a promulgação da Constituinte Estadual, em 15 de agosto de 1891, foi eleito, indiretamente, o primeiro Presidente do Estado, Manuel José Murtinho, que tomou posse no ano seguinte.

Com a renúncia do Marechal Deodoro, Antônio Maria Coelho conclamou seus correligionários a tomar o poder estadual pelas armas, valendo-se, principalmente, das forças militares que o apoiavam em Nioaque e Corumbá.

O Marechal Floriano, conhecedor de Mato Grosso, onde fora presidente da província de 1884-1845, inclusive nascera um de seus filhos em Cuiabá, nomeou o General Luís Henrique d'Oliveira Ewbank comandante-das-armas, na tentativa de acalmar os ânimos.

Antônio Maria Coelho, vendo-se cercado pelos políticos do Estado e pelo Governo Federal, levantou as armas no dia 22 de janeiro de 1892 e, já no dia 1 de fevereiro, os revoltosos, comandados pelo Major Aníbal da Mota, em Cuiabá, depuseram o presidente Manuel José Murtinho, e, em fins de março, desceram ao Forte Coimbra, intimando o General Ewbank a voltar, o qual fica detido em Assunção juntamente com, o então, Capitão Cândido Mariano da Silva Rondon, nomeado chefe do 16º Distrito Telegráfico de Mato Grosso e que partira do Rio de Janeiro em 06 de março de 1892.

Em Corumbá, que sofria nas mãos dos sublevados, o prefeito foi deposto e preso em cadeia pública. Os adversários de Antônio Maria Coelho foram perseguidos também em Nioaque, Miranda e na nascente Campo Grande, então com trezentos habitantes.

Prevendo a retaliação do Governo Federal, os sublevados planejaram saída honrosa com proclamação da independência da região, criando a *República Transatlântica de Mato Grosso*.

Esta natimorta república pretendia obter recursos hipotecando o Estado à Inglaterra. Porém, a maioria da oficialidade do Estado considerou este ato uma traição criminosa e separatista do Coronel Barbosa.

Generoso Ponce, vice-presidente de Murtinho, organizou a Legião Floriano Peixoto e sitia Cuiabá no dia 7 de maio de 1892, assumindo provisoriamente o

governo no dia 13 seguinte, até a chegada de Murtinho, vindo do Rio de Janeiro.

Ao Sul, principalmente em Nioaque, os fazendeiros convocaram o povo às armas e organizaram a contrarrevolução. Entre seus líderes, destacou-se João Ferreira Mascarenhas, o Jango, então com 28 anos, e presidente da intendência de Nioaque. Assim, em Nioaque estava o 7º Regimento de Cavalaria, a favor da revolução, e os contrarrevolucionários, sob o comando de Jango.

Nioaque teve sua via de comunicação cortada com a capital por via fluvial, passando por Miranda; então, os contrarrevolucionários utilizaram a República do Paraguai para se comunicar com o Rio de Janeiro, via telégrafo.

Jango e seus comandados da Força Patriótica atravessaram o rio Nioaque, divididos em três regimentos, e enviaram ao comandante do 7º Regimento a seguinte mensagem, conforme registra Miguel Palermo (1992, p. 59-60):

Forças Patrióticas Legais. Passo de Nioaque, 26 de maio de 1892. III. Cidadão Antônio Nicolau Cônsul, digno major comandante do 7º Regimento de Cavalaria Ligeira – Nioaque. Os abaixo firmados, chefe e comandantes das forças em evolução política neste município, vêm com toda a lealdade que caracteriza este povo irmão e amigo, e respeitoso ao cargo que ocupais, saber de vós, qual atitude que tomais ante a situação anárquica que atravessa o Estado. Como cidadãos republicanos achamo-nos colocados em nosso posto de honra, ao lado do governo federal, protestando firmemente contra o absolutismo que nos ameaça atirar na última esfera do servilismo. Nosso programa é o da ordem, da legalidade, da justiça e garantias individuais e de propriedade. Não aceitamos e nem obedeceremos ordens do governo estadual, colocado pela força armada; só reconheceremos e apoiamos o governo federal, até que o Estado entre em regime de legalidade. Nunca tentamos e nem pretendemos ir de encontro à força arregimentada neste ponto sois comandante; compreendemos que ela é destinada à defesa externa do país e o sustentáculo de nossas instituições, portanto, respeitaremos o terreno legal e o direito, e temos inteira confiança ser esse o vosso pensamento como soldado da Federação. Assim precisamos que nos conteste, e vossos subordinados, se estais com o povo, que deseja a verdadeira liberdade que nos assegura a Constituição, ou se apoias o governo arbitrário, despótico e absoluto, que nos atirou a ditadura como pasto de suas consequências. Saúde e fraternidade. João Ferreira

Mascarenhas, coronel comandante-em-chefe. Antônio Inácio da Trindade, tenente-coronel do Estado maior. João Rodrigues de Sampaio, tenente-coronel comandante do 1º Regimento. João Luís da Fonseca Morais, tenente-coronel comandante do 2º Regimento. Atanásio de Almeida Melo, tenente-coronel comandante do 3º Regimento. Miguel A. Palermo, capitão-secretário.

Segundo Miguel Palermo (1992; p.61), a Comissão enviada ao Comandante do 7º Regimento retornou com a seguinte resposta às Forças Patrióticas Legais:

Quartel do Comando do 7º Regimento de Cavalaria e da Guarnição de Fronteira de Miranda, em Levergeria, 26 de maio de 1892. Aos cidadãos comandantes e secretário dos diversos corpos das Forças Patrióticas. De acordo com o programa do povo, pela sua soberania, e uma vez que manifestam-se que o movimento que iniciaram é emanado das autoridades legítimas federais, convocando a oficialidade do regimento encontrei neles o mesmo apoio. Portanto concordamos em tudo que está mencionado no mesmo programa. O Major Antônio Nicolau – comandante. Antônio de Almeida Santos Velho – capitão fiscal. Antônio Augusto Santiago – capitão. Dr. Antônio José de Castro – médico de 4ª classe. Antônio Francisco Xavier – tenente. Abel Nogueira – tenente. Manuel Benedito A. Falcão – alferes

Assim, Nioaque apoiou as Forças Patrióticas Legais.

Dois dias após, Miranda também passou às mãos dos contrarrevolucionários e em Corumbá, o Coronel Barbosa fugiu, secretamente, para Assunção, no Paraguai.

No dia 30 de junho, o Tenente-Coronel Rogaciano Monteiro de Lima, vindo do Paraguai, noticiou a vitória dos legalistas que apoiavam Floriano Peixoto, e de que o general Ewbank assumira o cargo de comandante-das-armas. Pouco antes, Generoso Ponce vencera na capital. Neste mesmo dia, Jango dissolveu as Forças Patrióticas.

Acabava, assim, a revolução de Antônio Maria Coelho, e no dia 20 de julho, Manuel José Murtinho reassumiu o governo.

Em 15 de agosto de 1892, à margem direita do rio Aquidauana, alguns fazendeiros e habitantes de Miranda compraram aquele lugar da fazenda de João Dias da Cruz Cordeiro para erguer um patrimônio que serviria de apoio à navegação, possível até aquela altura do rio. Escolheram o nome de Aquidauana, em virtude do nome do rio Aquidabã, que pronunciado na língua indígena, normalmente pronunciava-se o “b” com som próximo à vogal “u” e expandidas suas nasais, acrescentando “e” ou “a”, assim, *aquidaban para Aquidauane ou Aquidauana*, sendo esta a pronúncia que se fixou. A ata de sua fundação foi lavrada sobre uma manta de couro, cujo original foi remetido ao visconde de Taunay.

Por volta do ano de 1895, chegaram aos campos do Sul de Mato Grosso numerosos gaúchos que, abatidos pela revolução federalista, buscavam a tranquilidade e a possibilidade de continuarem a criar gados nestas terras muito parecidas com as terras gaúchas. Assim, muitos grupos gaúchos chegaram às atuais terras sul-mato-grossenses com seus costumes e trabalhos, colaborando na reconstrução após a guerra.

Porém, haveria ainda outras revoluções a serem combatidas. Entre elas, a chamada revolução Muzzi (1896), quando o Capitão João Gaetano Teixeira Muzzi, que fora do antigo 17º de Voluntários da Pátria, de Ouro Preto, que estava nestas terras desde 1867, quando combatera na Guerra do Paraguai e fora condecorado pelo Imperador e permanecera aqui como criador de gado e comerciante. Na revolução de 1892, Muzzi não participara nem a favor do Coronel João da Silva Barbosanem ao lado de Jango e das Forças Patrióticas.

Muzzi nutria ideal separatista, pois cria que, devido à distância da capital, da extensão territorial, dos recursos naturais de que dispunha, esta região poderia separar-se de Mato Grosso. Assim mesmo, não aderiu às tropas do Coronel Barbosa, pois não via nele o idealismo e nem mesmo a Jango, pois além de seu ideal separatista, também nutria certas desavenças entre ambos, quando já surgiam boatos deste ideal de Muzzi.

Em 1896, Muzzi iniciou seu movimento separatista com o partido que criara, o Autonomista, que fundara com o apoio de Aníbal de Barros Cassal, que lutara com os federalistas e fora secretário da Coluna de Gumercindo Saraiva, quando conheceu Bento Xavier, com quem viera para Mato Grosso, fixando-se em Nioaque como advogado e onde falecera em 1903. Barros Cassal aderiu ao

movimento autonomista e propôs a Revolução da Paz, que envolvia todos os chefes locais, funcionários e empresas, incluindo a Mate Laranjeira para criar o Estado do Sul, a fim de estabelecer a tranquilidade dos imigrantes, sua fixação nas terras, a permanência da Mate Laranjeira e uma reforma agrária.

Esse movimento foi frustrado por Jango, pertencente à corrente de Generoso Ponce, que combate Muzzi e o derrota em sua fazenda, obrigando-o a refugiar-se no Paraguai, onde residiu até sua morte.

Em 1900, em Paranaíba, Sertão dos Garcias já contava com setenta anos de ocupação e, devido a seu desenvolvimento, era considerado comarca. Seus campos de criação estavam saturados, o que promoveu desentendimentos entre José Faustino e José Marques Garcia. A região viveu tempos de terror e desordem quando o grupo, sob o comando de Dionísio Benitez, defensor de José Faustino, provocou a fuga do destacamento policial para Goiás e impôs à população e fazendeiros desmandos diversos, tais como a morte, prisões e vinganças, causando pânico e fuga dos fazendeiros e população para Estados vizinhos, os quais só retornaram cerca de um ano depois, quando Dionísio deixou a cidade.

Em 1901, Jango, firmado como seguidor de Generoso Ponce em Nioaque e Miranda, se levantou contra os desmandos do governo do Estado de Antônio Pedro Alves de Barros, bem como com o abandono da região Sul, e com armas em punho, propôs a autonomia do Sul do Estado. Nesta época, a notícia era que Jango, após tomar as cidades de Nioaque e Miranda, se uniria com Dionísio Benitez, que tomara Santana do Paranaíba e ambos marchariam contra Cuiabá.

Em 06 de outubro de 1901, Jango ocupou Miranda, mas foi expulso pelas forças legais do Coronel José Alves Ribeiro, conhecido como Coronel Jeje, que determinou a abertura de inquérito com depoimento dos principais cidadãos sobre os atos praticados pela força invasora. Neste inquérito, consta o depoimento de Rufo Silvano da Silva, avô de Jânio da Silva Quadros, que nasceu em Miranda, e com um mês de idade mudara-se com a família para Campo Grande, transferindo-se depois para Curitiba e, posteriormente, São Paulo, onde iniciou sua carreira política e tornou-se presidente da República. Consta que, na futura divisão do Estado, Jânio Quadros era contra a criação de

Mato Grosso do Sul. Jango foi derrotado às margens do rio Taquarussu, pelas tropas de Felipe Brum e de Bento Xavier.

Em 1902, a luta foi travada nos tribunais. Madame Lynch, concubina de Solano Lopes, morreu em 1886, na Europa, e deixou a seu filho, Henrique Solano Lopes, as terras que o governador do Departamento do Alto Paraguai lhe concedera por compra, área esta, que compreendia toda a região ao Sul do rio Ivinhema, com registro de 1892 na comarca de Corumbá.

A Mate Laranjeira explorava esta região desde 1882, principalmente a área lindeira com o Paraguai. Os herdeiros de Lynch contrataram, como advogado, Rui Barbosa para defender seus direitos, porém, a justiça brasileira não reconheceu a transação e declarou estas terras devolutas.

Em 17 de setembro de 1903, o Brasil firmou acordo com a Bolívia, conhecido como Tratado de Petrópolis, que punha fim à disputa pelas terras do Acre, estabelecendo, assim, os limites entre as nações. Em virtude dos confrontos por esta disputa, tropas do Rio Grande do Sul foram deslocadas para Corumbá, nas quais estava Getúlio Vargas, que desgostoso, acabou desligando da tropa e volta ao Rio Grande do Sul, retornando, mais tarde, ao Mato Grosso como presidente da República.

Mas, não foram somente conflitos os eventos registrados nesta época. O progresso se fazia presente na região. O telégrafo, já implantado em logo trecho, foi estendido por Cândido Mariano da Silva Rondon, que chefiou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Em 1901, Rondon inaugurou a estação de Itiquirano processo de instalação da linha telegráfica de Rondonópolis a Coxim, onde a instalou em 1º de maio de 1902, após explorar a região com auxílio de índios nos levantamentos topográficos, pois lhe faltava auxílio de cartas topográficas da região.

Esse levantamento topográfico era trabalho árduo e que, somente neste trecho, custou a vida de cinquenta dos oitenta e um homens do efetivo militar de Rondon.

De Coxim, Rondon prosseguiu a instalação da linha rumo ao Sul do Estado, subindo as escarpas da serra de Maracaju, passando pelo Rio Verde, onde mais tarde surgiria cidade com o mesmo nome, e, posteriormente, descendo a serra pelo rio Negro, seguindo para Aquidauana, onde chegou em 30 de maio de 1902.

Em 1º de janeiro de 1904, foi inaugurada a linha para Corumbá, alcançando o Forte Coimbra em março do mesmo ano. De Aquidauana a Miranda, foram muitas as mortes causadas pela malária aos homens de Rondon. De Aquidauana, a linha também partiu para Nioaque, Fazenda Jardim, Fazenda Margarida com ramal para Bela Vista e outro para Porto Murtinho e São Carlos, paradeiro na divisa com o Paraguai. Posteriormente, a linha telegráfica atingiu Ponta Porã, Dourados e Campo Grande.

Na Fazenda Jardim, do Guia Lopes, Rondon encontrou Dona Senhorinha Barbosa, ainda viva e de memória lúcida, apesar de seus noventa e quatro anos. Dona Senhorinha Barbosa foi casada com José Francisco Lopes, o Guia Lopes, que após tornar-se viúva de seu irmão e ser levada prisioneira em duas ocasiões pelos paraguaios, foi liberta por tropas brasileiras. Foi tida como a mulher símbolo de Mato Grosso do Sul e madrinha do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada, de Bela Vista.

Outro fato marcante no progresso da região foi a instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que, em 1904, foi implantada para explorar a Ferrovia Uberaba – Coxim, que partindo de Bauru e acompanhando o Tietê, deveria atravessar o Paraná, próximo ao porto Taboado, e daí alcançar Cuiabá. Em 1905, começou o trecho Bauru – Itapura, concluído em 1910, porém, em 1908, o governo de Afonso Pena abandonou o projeto Itapura-Cuiabá, optando por Itapura-Corumbá, que teve em seu traçado a inclusão da cidade de Campo Grande.

Esta linha teve duas frentes de trabalho. Em 1908, parte, de Porto Esperança, uma frente, que, enfrentando a serra e pantanal, sofreu com a malária, e outra frente partiu de Três Lagoas. As duas frentes se encontraram perto de Campo Grande, na estação Ligação, em 1914, estabelecendo a ligação entre Bauru e Porto Esperança, ainda com a travessia do Paraná, em Três Lagoas, por *ferry-boat*, pois a ponte sobre o rio Paraná, com seus 1024 metros de extensão, seria inaugurada somente em 1926.

Em 1937, iniciaram-se estudos para a ligação com Ponta Porã, inaugurado em 1953, visando o incremento do comércio com o Paraguai. Na década de 1940, começou a construção do trecho Porto Esperança-Corumbá, que incluía a construção da ponte sobre o rio Paraguai, com 2009 m de extensão, concluída em 1947. Os trilhos chegaram a Corumbá em 1953.

A base do desenvolvimento da região passou a ser a pecuária, devido ao clima propício e abundante água, o que atraíram diversos criadores à região. Estes, vendiam o gado às charqueadas, também conhecidos como saladeiros. O rebanho bovino no Sul do Estado era estimado em 2.010.250 cabeças, enquanto que o norte possuía cerca de 473.000 animais. Os criadores do Pantanal e do baixio da serra de Maracaju vendiam seu gado aos saladeiros; já os das terras altas, os vendiam em pé aos invernistas mineiros e, posteriormente, após abertura da estrada boiadeira, aos paulistas. Até então, de Campo Grande, centro comercializador de boi magro, o gado era vendido para o Triângulo Mineiro.

Manoel da Costa Lima, fazendeiro conhecedor da região chamada de sertão, ousadamente iniciou a abertura de estrada que ligaria Campo Grande ao rio Paraná, estrada essa aberta a machado e que, em sua conclusão, venceria 325 quilômetros de cerrados e permitiria aos boiadeiros atravessar o rio Paraná com uma lancha a vapor que Manoel da Costa Lima, conhecido como Manoel Cecílio, ou Major Cecílio, trouxera de Assunção, Paraguai, através dos rios Paraguai, Miranda, Aquidauana, ancorando-a na altura do rio Taquarussu, onde a mesma foi desmontada e conduzida em carretas de boi, o que exigiu a utilização de vinte homens e duzentos bois carreiros, até Campo Grande, vencendo atoleiros e picadas e, posteriormente, daí até a barra da Lontra e Anhanduizinho, onde foi descarregada e remontada. E, com a Bandeira Nacional hasteada, navegou pelo Anhanduí, Pardo e Paraná, onde rebocava a balsa para travessia do gado da região Sul do Estado para São Paulo. Tal feito espetacular foi inaugurado em 06 de outubro de 1906.

A riqueza mineral do Sul do Estado começou a ser explorada por interessados em pedras preciosas e minérios, especialmente do maciço do Urucum, em Corumbá. Empresas estrangeiras se instalaram na região, tais como a inglesa *Coxim Gold Dredging C.*, que iniciou a exploração dos rios Coxim e Jauru em busca de diamantes, porém, seu trabalho foi curto (1903-1907). Também a belga *Compagnie de l'Urucum* recebeu, em 1906, a concessão de exploração do Urucum e Morro Grande, porém, devido à falta de capital teve sua concessão cassada. Em 1909, o engenheiro Arrojado Lisboa relatou a riqueza mineral de Urucum e assinalou sua exploração econômica, facilitada inclusive pela estrada de ferro em construção. Após várias

explorações iniciadas e interrompidas, principalmente por falta de capital, mais de dez mil toneladas de minérios permaneceram à boca das minas e só foram retiradas décadas depois.

A navegação também foi de extrema importância ao desenvolvimento, seja na exportação ou na importação, conforme exigência do desenvolvimento de Corumbá, Miranda, Nioaque, Aquidauana, Campo Grande, Coxim e Ponta Porã. Ainda sem a estrada de ferro, os bens de consumo entravam e saíam através dos portos de Porto Murtinho e Corumbá.

A segurança da região era mantida por tropas federais e da Força Pública (estadual) com sede em Corumbá, onde foram instaladas as sedes do 3º Batalhão de Artilharia de Posição, do 13º Regimento de Infantaria e do Hospital Central do Exército. Em Aquidauana; o 5º Regimento de Artilharia Montada, em Porto Murtinho um grupo do 3º Batalhão de Artilharia, o 14º regimento de Infantaria e a 10ª Cia de Metralhadoras; em Nioaque, o 15º Regimento de Infantaria; em Ponta Porã, o 17º Regimento de Cavalaria; em Bela Vista, o 3º Regimento de Cavalaria. Em 1914, a Força Pública tinha em Paranaíba, cinquenta e seis soldados, e como o Regimento Misto do Sul, 161, guarnecendo a fronteira. Em Ladário, a Marinha tinha o arsenal e barcos de guerra.

A região de Paranaíba, a despeito do desenvolvimento, continuou a sofrer com conflitos e desordens até a década de 30. Mais ao Sul, em Bela Vista, Bento Xavier, após combater o divisionista Jango Mascarenhas, tornou-se também um defensor da emancipação do Sul. Em 1907, em conformidade com os ideais da Revolução da Paz propostos por Barros Cassal e defendido na revolução de Muzzi (1896), levantou-se em armas contra as forças do governo.

Este movimento, no entanto, transformou-se em tropelias e desordens que trouxeram intranquilidade à Bela Vista, Nioaque, planície de Vacaria e até Campo Grande. Combatido pelo Major Antônio Gomes Ferreira da Silva, de Bela Vista, Bento Xavier foi, finalmente, derrotado em 1911, após quatro anos do início de seu movimento, e fugiu para o Paraguai de onde jamais regressou.

O progresso do Sul era promovido, principalmente, pelos esforços de seus habitantes, apesar do abandono do poder estadual. Com o aumento dos movimentos divisionistas, o então governador de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques, iniciou uma viagem de inspeção, em 22 de

setembro de 1912; quando embarcado, partiu de Cuiabá em comitiva de seis autoridades e um jornalista, chegando a 27 daquele mês em Corumbá.

Corumbá, Porto Esperança, Miranda, Aquidauana, Correntes, Campo Grande, Nioaque, Ponta Porã, Bela Vista, Porto Murtinho, Forte Coimbra e novamente a Corumbá, de onde, em 27 de novembro retornou a Cuiabá, chegando a capital estadual no dia 03 de dezembro, após setenta dias de viagem, quando percorreu mais de mil e duzentos quilômetros; embarcandotrezentos por trem, e quase mil a cavalo, o governador encontrou, em sua visita, escolas públicas funcionando de forma precária e em casas particulares e mal instaladas, sem mobiliário e sem material escolar, instalações públicas em condições precárias. Mesmo o 5º Regimento de Artilharia, em Aquidauana estava instalada em uma velha casa de telhas e outras de capim, como em um acampamento provisório. Campo Grande nem cadeia pública possuía.

Nioaque contava com duas escolas, uma do sexo masculino e outra feminina, porém, em situação lamentável com das outras localidades. Em Ponta Porã, constatou o intenso contrabando de erva mate com o Paraguai, ausência do telégrafo e de correios, bem como as escolas públicas fechadas por falta de professores, o que obrigava as crianças brasileiras a frequentarem escolas no lado paraguaio, em língua castelhana. Em Bela Vista, encontrou, surpreendentemente, boa instalação de escola pública feminina e masculina, porém, esta fechada por falta de professores. Novamente em Corumbá, encontrou-a bem iluminada à luz elétrica, rede telefônica, instalações públicas bem instaladas, porém, escolas fechadas por falta de professores.

O próprio governador constatou que o Sul do Estado, no início do século XX, estava abandonado. Sua constatação era tão evidente que ele nem terminou sua viagem até Paranaíba.

Em 1915, assumiu o governo estadual o General Caetano Manuel de Faria Albuquerque, contra quem se levantou em revolução armada, no Sul do Estado, o Major Antônio Gomes Ferreira da Silva, ex-combatente de Canudos, que fora encarregado de organizar o corpo policial no Sul, com sede em Bela Vista, para organizar a ordem e combater Bento Xavier, que fora derrotado em 1911. À frente desta unidade de cavalaria de polícia, em Bela Vista, se levantou, em 1916, contra o governo estadual. Posteriormente, foi deputado

estadual, de 1918-1923 e, em 1924, juntamente com o Coronel Zelito, combate as forças do General Isidoro.

Devido aos tumultos, Venceslau Brás, presidente da República, nomeou interventor do Estado, Camilo Soares de Moura, que assumiu em fevereiro de 1917, mas foi substituído, em agosto, por Cipriano da Costa Ferreira, que promoveu eleições estaduais, nas quais saiu vencedor D. Francisco de Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá, que assumiu em 22 de janeiro de 1918, e se dedicou à pacificação e organização administrativa do Estado. Iniciou também a venda das terras devolutas aos posseiros, extinguindo o monopólio dos ervais por parte da Companhia Mate Laranjeira.

Em 1922, ocorreu no Rio de Janeiro a revolta dos 18 do Forte, que recebeu o apoio do General Clodoaldo da Fonseca, comandante da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, que se deslocou com tropas para São Paulo; porém, na altura de Três Lagoas, na divisa com aquele Estado, recebeu a notícia do fracasso do movimento e retornou a Campo Grande.

Em 1924, o General Isidoro Dias Lopes iniciou a revolução em São Paulo, com adesões em vários pontos da nação. Derrotados por tropas legais, em São Paulo, tentaram alcançar Mato Grosso, porém, não conseguiram realizar a travessia do rio Paraná e desceram até Guaíra, de onde penetraram no Paraguai, unindo-se com os grupos rio-grandenses da revolta, sob comando de Siqueira Campos e Luiz Carlos Prestes, onde se reorganizaram em duas brigadas; a do Rio Grande, sob liderança de Prestes, e a de São Paulo, sob liderança de Juarez Távora, ambas sob comando de Miguel Costa.

Os *revoltosos*, como ficaram conhecidos, rumaram pelo norte do Paraguai e, em 30 de abril de 1925, o regimento de João Alberto adentrou no Mato Grosso, atravessando o rio Iguatemi e acampando na Fazenda Jacareí. O Batalhão Cordeiro de Farias ocupou o patrimônio de Dourados, outro batalhão, Virgílio dos Santos, ocupou Porto Felicidade no rio Amambaí e a Vila Campanário, sede da Mate Laranjeira.

Em Pranchita, perto do rio Amambaí, as tropas legais foram derrotadas pelos revoltosos em seu primeiro confronto e fogem para o Patrimônio União (hoje Amambai), sendo uma parte agregada ao 3º Regimento Independente de Cavalaria, que estava além do Amambaí e, posteriormente, se recolheram à Ponta Porã, que, em 10 de maio, foi tomada pelos revoltosos e abandonada

pelos legalistas que rumaram para Campo Grande e as autoridades locais se refugiaram no Paraguai.

Diante desses fatos, o General Malan d'Angrogne, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, enviou o Major Bertoldo Klinger à fronteira para reorganizar as tropas e resistirem aos revoltosos. No dia 14 de maio, os rebeldes dos destacamentos de João Alberto e Siqueira Campos atacaram, sem sucesso, as tropas reorganizadas por Klinger e se retiraram para Dourados, para onde se dirigia a Coluna após deixarem Ponta Porã e Campanário.

Quando os legalistas chegaram a Dourados, os revoltosos já haviam se deslocado no rio Vacaria e, posteriormente, para Ribas do Rio Pardo, onde cortaram as linhas telegráficas, impedindo a comunicação com o comando central. Em seguida, seguiram para Jaraguari, contornando Campo Grande.

Em Jaraguari, 55 quilômetros de Campo Grande, ocorreram diversos distúrbios entre os revoltosos motivados pela rivalidade entre gaúchos e paulistas. Após se reorganizarem, partiram para Baús, na divisa com Goiás, sempre perseguidos, sem sucesso, pelas tropas de Klinger. A Coluna se caracterizava por sua mobilidade, sem conduzir víveres e armamento que dificultassem sua marcha. Assim, os revoltosos requisitavam víveres e montarias da população civil para suprir suas necessidades. Em Camapuã, fazendeiros da família Malaquias emboscaram um grupo de revoltosos que estavam roubando cavalos e dois soldados são mortos, o que provocou a vingança sob o comando de Siqueira Campos, quando diversos membros dessa família foram mortos.

Em 23 de junho, os revoltosos abandonaram Baús e ingressaram a Goiás, depois Minas Gerais, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia. Em 15 de outubro de 1926, atravessaram as cabeceiras do rio Correntes (Goiás) e seu afluente Formoso, ingressando no território que hoje é sul-mato-grossense, perto da divisa com Mato Grosso, marchando até o município de Coxim e acamparam no Córrego Feio e, posteriormente, para a fazenda Cervo, de onde foi enviado um grupo "escolhido dentre os mais bravos" (Campestrini e Guimarães; 2002 p.213), os quais escoltariam Djalma Dutra e Lourenço Moreira Lima à Argentina para se encontrarem com o Marechal Isidoro, chefe supremo da revolução.

Siqueira Campos distraiu as tropas do Sul do Estado para proteger os enviados à Argentina, entrando em Camapuã no dia 25, chegando perto de

Campo Grande no dia 26 e retornou à fazenda Cervo, de onde a Coluna desceu o rio Paraguai, passando por Cáceres e Poconé, alcançou o São Lourenço, Taquari e, pelos pantanais do rio Negro, atingiu o Formoso, atravessou o Aquidauana e planejou atacar Campo Grande. Porém, retornou à margem direita do Aquidauana, atravessando-o na estação Taunay, de onde alcançou as cercanias de Nioaque e desceu a Vacaria (Rio Brilhante), dirigindo-se a Campo Grande, cruzou a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na Estação Ligação, próximo a Campo Grande, onde se apossou de cavalos do Corpo de Artilharia do Exército, ali confinados em porteiro.

Com homens bem montados, atravessou os rios do Sul de Mato Grosso: Pardo, Verde, Sucuriú e Aporé e os goianos Correntes e Claros; chegando à cidade de Jataí em 1º de janeiro de 1927, foi impedido de se agregar à Coluna e se dirigiu para Santana do Paranaíba e Três Lagoas. Retornando para Goiás, invadiu o Triângulo Mineiro, retornou para Goiás e novamente para o município de Paranaíba; passando próximo a Três Lagoas e Santa Rita do Rio Pardo, atravessou a serra de Maracaju e entrou, em 24 de março, no Paraguai e, de lá, para a Argentina.

Com a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, inúmeros emigrantes japoneses chegaram ao Sul do Estado, oriundos de São Paulo, e que, após o término da ferrovia, se fixaram, principalmente, em Campo Grande, dedicando-se à produção e hortifrútiis.

Após a Primeira Grande Guerra Mundial, imigrantes europeus, principalmente alemães, russos e búlgaros ocuparam as terras de Campo Grande, que hoje pertencem ao município de Terenos. Em 1930, era criada a Colônia Municipal de Bandeirantes, também gerida pela municipalidade de Campo Grande.

Na primeira República (1889-1930) foram criados os municípios de Nioaque (1890), Coxim (1898), Campo Grande (1899), Aquidauana (1906), Porto Murtinho (1911), Ponta Porã (1912), Três Lagoas (1915), Bela Vista (1918) e Rio Brilhante (1929).

No período da segunda República (1930-1945), ocorreu a Revolução Constitucionalista de 1932 (quando São Paulo se insurgiu contra o comando de Getúlio Vargas e exigiu uma constituição democrática), que contou com o fundamental apoio do general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição

Militar de Mato Grosso, e o Sul de Mato Grosso tomou parte ativa na Revolução. *“Diz-se, aliás, que a revolução começou em Campo Grande, quando Klinger se demitiu, em solidariedade ao comandante da 2ª Região, de São Paulo, exonerado por Getúlio em face dos acontecimentos político-revolucionários daquele Estado”* (Campestrini e Guimarães, 2002, p.219).

De julho a setembro de 1932, período da Revolução, Mato Grosso deu total apoio a São Paulo, enviando para esse Estado as forças federais do General Klinger. Força essa que contava com batalhões e voluntários; assim, formaram o Batalhão Visconde de Taunay, de Campo Grande, que atuou em Itapetininga (SP), Batalhão Gato Preto, que atuou em Quitéria, na divisa de Mato Grosso com Goiás, Batalhão Saravy, que guardou o Porto 15 de Novembro, no rio Paraná, o Batalhão Antônio João, que, em Coxim, pôs em debandada a força interventora de Cuiabá, formada por policiais militares e civis. Também, as cidades de Miranda, Nioaque, Ponta Porã e Rio Brilhante organizaram suas forças com líderes locais. O Sul de Mato Grosso se levantou em armas e fazendeiros organizaram batalhões de voluntários às suas próprias custas.

Em Paranaíba, uma unidade de simpatizantes da revolução foi rechaçada pelas tropas goianas, estacionaram no rio da Quitéria e depois Sucuriú, juntando-se às tropas do Batalhão Gato Preto e impediram as tropas goianas de tomarem Três Lagoas, cidade estratégica em virtude da Noroeste do Brasil.

No decorrer da Revolução, o Sul de Mato Grosso se desligou do norte quando o General Klinger, chefe dos revolucionários, nomeou o médico Vespasiano Martins governador da nova unidade; o Estado de Maracaju contou com seu governo, que foi instalado em Campo Grande, em 11 de julho de 1932, durante oitenta e três dias, pois, no dia 2 de outubro, com a capitulação dos constitucionalistas, o Estado ficou sem sustentação e seus líderes se refugiaram no Paraguai.

Em 1943, Getúlio Vargas criou a Colônia Federal, uma colônia agrícola nacional, instalada nas grandes matas de Dourados. Duas cidades foram projetadas para serem ocupadas por colonos: Vila Brasil (hoje Fátima do Sul) e Vila Glória (hoje Glória de Dourados). Posteriormente, nestas mesmas terras, foram fundadas as cidades de Deodápolis, Douradina e Jateí.

Até a instalação da Colônia Federal, a municipalidade de Dourados criou a Colônia Agrícola Municipal, hoje cidade de Itaporã.

Ainda em 1943, no dia 13 de setembro, Getúlio Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã com o objetivo de povoar essas distantes regiões ao longo da fronteira do país, no Sul de Mato Grosso, compreendendo os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito.

Sua capital era Ponta Porã e seus governadores foram Ramiro de Noronha (1944-1945), Leônidas Horta e José Alves de Albuquerque, sendo, entretanto extinta, em 1946. Ainda neste período da segunda república, foram criados os municípios de Dourados e Ribas do Rio Pardo.

Em Dourados, os primeiros habitantes se fixaram desde 1884, formando o povoado de São João Batista de Dourados (próximo ao rio desse nome), sendo paróquia em 1900. Em 1910, Marcelino Pires doou uma área para se estabelecer o Patrimônio de Dourados, elevado a Distrito de Paz em 1914, a município em 1935 e à cidade em 1938. Em 1943 integrou o Território Federal de Ponta Porã e, em 1946, foi criada a Comarca de Dourados. Hoje é a segunda maior cidade do Estado.

Na terceira República (1945-1964), ocorreu a deposição de Getúlio Vargas (1945), foi promulgada a nova Constituição Federal (1946) e eleito o presidente da República, o general Eurico Gaspar Dutra, natural de Cuiabá. Mato Grosso foi dirigido pelos interventores Olegário Moreira de Barros (1945-46) e José Marcelo Moreira (1946-47), que promoveram eleições estaduais.

Após a Segunda Grande Guerra, as mudanças ocorridas no Ocidente chegaram a Mato Grosso, principalmente a modernização. Agricultores da região Sul do país chegaram a Mato Grosso e melhoraram a agropecuária do Estado, principalmente na região Sul, onde hoje é Mato Grosso do Sul.

Na Década de 1950, o Estado engajou-se no programa energético da bacia do Paraná e promoveu a construção de hidrelétricas de porte, como a do Mimoso, no município de Ribas do Rio Pardo.

Governaram o Estado, durante a terceira República: Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-50), cuja preocupação principal foi a colonização dos vazios do Estado; Jari Gomes (1950-51); Fernando Correia da Costa (1951-56), que deu ênfase à geração de energia elétrica, educação e agricultura; João Ponce de Arruda (1956-61) e Fernando Correia da Costa (1961-66), que retornou às prioridades de seu governo anterior.

O complexo de Urubupungá teve importância relevante para Mato Grosso. Em 1950, o deputado mato-grossense Vandoni de Barros propôs, na Câmara, a criação da Comissão do Vale do Paraná, encarregada de organizar o plano de aproveitamento daquele rio. Assim, o agrimensor Casimiro Brodziak, que fizera estudo da bacia do Paraná, ainda no século passado, despertou o interesse do governador de Mato Grosso, Fernando Correia da Costa, para o gigantesco potencial daquele rio. Este, por sua vez, sensibilizou o governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, e assim, em 1952, nascia a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí, incluindo, além de Mato Grosso e São Paulo, os Estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 1960 foi lançada a pedra fundamental do complexo de Urubupungá, uma das mais arrojadas obras de engenharia brasileira e fundamental para o progresso de Mato Grosso. Em 1961, era constituída a *Celusa – Centrais Elétricas de Urubupungá S.A.* Este Complexo compreendeu as hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira.

Este período (1945-1964) foi de intenso progresso; somente no Sul do Estado foram criados trinta e cinco novos municípios, onde havia somente quinze anteriormente, a saber: Camapuã, Aparecida do Taboado, Amambai, Bonito, Rochedo, Água Clara, Bataguáçu, Corguinho, Guia Lopes da Laguna, Itaporã, Jaraguari, Jardim, Rio Verde de Mato Grosso, Sidrolândia, Terenos, Cassilândia, Inocência, Ladário, Nova Andradina, Caarapó, Anaurilândia, Bandeirantes, Bataiporã, Brasilândia, Caracol, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Ivinhema, Jateí, Naviraí, Pedro Gomes, Anastácio, Antônio João e Rio Negro.

A chamada quarta república (1964-1977) foi, inicialmente, marcada pelo governo de Pedro Pedrossian, que assumiu em 1966 e imprimiu ao Estado uma administração moderna e progressista. Suas obras foram desde a construção de Universidade Federal em Cuiabá, Universidade Estadual até o estádio Pedro Pedrossian em Campo Grande; mas, apesar de uma administração empreendedora, acabou passando por um processo de *impeachment* do governador devido ao enorme volume de dívidas do Estado, atraso pagamento do funcionalismo estadual, e da expulsão da compensação do Banco de Estado de Mato Grosso, inclusive com ordem de fechamento pelo

Banco Central. O *impeachment* só não ocorreu pelo voto de desempate do presidente da Assembleia Legislativa, já que havia empate de 14 votos na análise do processo.

Em 1970, eleito por voto indireto, assumiu José Fontanillas Fragelli, (descendente dos estrangeiros que chegaram ao Estado em 1882 e se tornou Deputado Estadual, Secretário de Estado, Deputado Federal, Governador, Senador e Presidente do Senado), cujo governo se voltou para o desenvolvimento energético, aberturas de estradas, educação e reequilíbrio das finanças estaduais e permitiu surpreendente explosão agrícola no Mato Grosso.

Em 1975, assumiu o governo, também por voto indireto, José Garcia Neto, em cujo governo ocorreu a criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Neste período, foram criados cinco novos municípios: Angélica, Aral Moreira, Deodápolis, Eldorado e Mundo Novo.

Sempre houve um forte desejo autonomista no Sul do Estado e até mesmo uma compreensão desta necessidade em vários setores. Desde o século 19, nos estudos de redivisão territorial do Brasil, o Sul de Mato Grosso apareceu como unidade autônoma. Neste sentido, foram propostos o Departamento de Camapuã (1849), Província de Amambai (1880) e, já no século 20, o Território do Rio Pardo (1930).

Como vimos anteriormente, a primeira tentativa de criar o novo Estado ocorreu em 1892 por iniciativa de revolucionários, sob comando do Coronel Barbosa.

Quatro anos depois, a Revolução Muzzi, inspirada por ideais autonomistas do advogado Barros Cassal, radicado em Nioaque, criava o Partido Autonomista para propagá-la. Posteriormente, Jango Mascarenhas e Bento Xavier também defenderam, a seu modo, a autonomia do Sul.

Em 1932, a Revolução Constitucionalista criou o Estado de Maracaju, abrangendo quase todo o Sul de Mato Grosso, nomeando seu governador Vespasiano Martins. No mesmo ano, foi criada, no Rio de Janeiro, a Liga Sul-Mato-Grossense de Estudantes, propugnando pela autonomia do Sul.

De 1934 a 1946, foram diversos os abaixo-assinados encaminhados aos constituintes federais solicitando a criação do novo Estado.

Na década de 1940, o *Campograndense*, jornal dirigido por Paulo Coelho Machado, desencadeou campanha ostensiva pela criação do novo Estado, sendo fechado, “sem qualquer explicação” (Campestrini e Guimaraes, 2002, p.244) pelo interventor Júlio Müller.

Na década de 1960, o movimento divisionista esfriou, principalmente, pelo fato de que Jânio da Silva Quadros, nascido no Sul de Mato Grosso, mais precisamente em Miranda, era contra a iniciativa, conforme citação:

Antônio Mendes Canale (ex-senador da república) lembra que Jânio pregou, em comício realizado durante sua campanha eleitoral de 1960 em Campo Grande, ideias contrária ao divisionismo; tendo lançado expressão bem própria dele – ao ver uma propaganda divisionista que trazia o mapa do Estado de Mato Grosso com uma tesoura, atravessando-o, aberta ao corte – ‘Esta tesoura está como que me cortando o coração’. (Discurso no Senado, em 1977 (Campestrini e Guimaraes, 2002, p.244).

Em 1974, a Lei Complementar nº 20 estabeleceu a legislação básica para criação de novos Estados e territórios, e reascende a campanha pela autonomia do Sul do Estado.

Em 1977, Paulo Coelho Machado reativou, em Campo Grande, a Liga Sul-Mato-Grossense que liderou a campanha, mesmo tendo a oposição do governador de Mato Grosso, José Garcia Neto; porém, contavam com o apoio declarado do Presidente da República, Ernesto Geisel.

As justificativas para criação do novo Estado podem ser observadas conforme transcrição abaixo:

Na exposição de motivos do projeto de lei complementar, os ministros de Estado da justiça (Armando Falcão), da secretaria de planejamento da presidência da república (João Paulo dos Reis Velloso) e do interior (Maurício Rangel Reis) justificavam: De há muito vem sendo sugerida a criação de nova Unidade da federação, pelo desmembramento deste grande Estado do Centro-Oeste do País. Razões diversas, de ordem econômica, geográfica, política e administrativa justificam a divisão do

Estado de Mato Grosso. A região Sul do Estado apresenta excepcionais condições de desenvolvimento em curto prazo, em decorrência de vantagens de localização, integrada aos corredores de exportação da área de São Paulo e Paraná, e de suas potencialidades, em especial no setor agropecuário. Por outro lado, a região Norte do Estado apresenta características pré-amazônicas, reunindo grandes possibilidades nas atividades agropecuárias, florestais e de mineração. Projetos em curso, na área mato-grossense, integrada à Amazônia Legal, inclusive os de infraestrutura física, permitirão acelerar o processo de ocupação e desenvolvimento dessas importantes áreas do território nacional. (Campestrini e Guimaraes, 2002, p.246-247).

Essas diferenças entre Norte e Sul do Estado de Mato Grosso são percebidas, de fato, por questões diversas, sendo elas geográficas, históricas, administrativas e culturais.

O Sul é formado pelo planalto da serra de Maracaju com terras, topografia e clima favoráveis à agricultura, pelas planícies da Vacaria e rio Paraguai, especialmente o Pantanal, excelentes para a pecuária. O Norte possui mais o planalto e a bacia amazônica, diferenciando-se do Sul, principalmente no clima.

O Norte foi povoado, nos primeiros séculos de ocupação, por aventureiros em busca de riqueza, sem interesses no povoamento, que resultou a diminuição populacional com o decréscimo da produção de ouro. O Sul já teve ocupação voltada à pecuária, que fixou o homem à terra e, posteriormente, com imigrantes que buscavam explorar a agropecuária na região.

O Sul está, por razões histórica e econômica, ligado ao Paraná e São Paulo. O Norte, por sua vez, à Amazônia, Goiás e Brasília. Administrativamente, quase todos os órgãos do governo estadual possuíam duas regionais, a do Norte e do Sul, caracterizando interesses locais. Enfim, o presidente Geisel tinha por convicção que o desmembramento era adequado para acelerar o desenvolvimento econômico e social em ambos os Estados.

Assim, Mato Grosso ficava com trinta e oito municípios e população estimada em 900.000 habitantes (1977), distribuídos em 903.386,1 km<sup>2</sup>, e Mato Grosso do Sul abrangia cinquenta e cinco municípios, com população estimada em 1.400.000 habitantes (1977), em 357.139,9 km<sup>2</sup>.

No dia 24 de agosto de 1977, o Presidente da República, Ernesto Geisel enviou a Mensagem nº 91, de 1977-CN, com o projeto de lei complementar de criação do novo Estado.

No dia 11 de outubro de 1977, assinava a Lei Complementar nº 31, criando o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso, com a capital em Campo Grande.

Ainda segundo Campestrini e Guimarães (2002, p.249), o anteprojeto criava o Estado de Campo Grande, porém, este nome não foi aceito pelas principais lideranças sul-mato-grossenses e, como uma consulta à população sobre o nome do novo Estado colocaria em risco o projeto, optou-se por Mato Grosso do Sul, na esperança que Mato Grosso passasse a Mato Grosso do Norte, o que não ocorreu.

A lei complementar estabelecia também, para o dia 15 de novembro de 1978, a eleição de senadores e deputados federais e estaduais (constituintes), a nomeação, pelo Presidente da República, do primeiro governador e a composição do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral, entre outras providências administrativas.

Em 31 de março de 1978, era nomeado governador o engenheiro Harry Amorim Costa. No dia 1º de janeiro de 1979, ocorreu a sessão solene de instalação do novo Estado, com a presença do Presidente da República, Ernesto Geisel, os Ministros Armando Falcão (da Justiça), Rangel Reis (do Interior) e João Paulo dos Reis Velloso (do Planejamento), do Desembargador Ataíde Monteiro da Silva (presidente do TRE- MT) e, nesse mesmo dia, circulava o Diário Oficial de Mato Grosso do Sul coma legislação básica do Estado.

Novos municípios foram criados: Bodoquena, Costa Rica, Douradina, Itaquiraí, São Gabriel do Oeste, Selvíria, Sete Quedas, Tacuru, Taquaruçu, Coronel Sapucaia, Chapadão do Sul, Juti, Dois Irmãos do Buriti, Paranhos, Santa Rita do Pardo, Vicentina, Sonora.

A expectativa de progresso na região se confirmou. A cultura no Mato Grosso do Sul teve desenvolvimento surpreendente com o surgimento de numerosos cursos superiores, canais de televisão, jornais, rádios, teatros, dança, pintura, música e outras expressões culturais que romperam as divisas do Estado, projetando nomes relevantes no teatro, música, literatura etc.

No ensino superior, são várias as instituições, entre elas a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do

Pantanal (UNIDERP), o Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), também Faculdades Integradas de Fátima do Sul (FIFASUL) e Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR) etc.

A População sul-mato-grossense é heterogênea. Na fronteira com o Paraguai misturam-se os paraguaios (descendentes de espanhóis e índios), índios e sul-rio-grandenses. Na fronteira com a Bolívia, Corumbá sempre recebeu imigrantes de diversas origens devido ao comércio com o Prata, que através de seu porto, desceram imigrantes do norte de Mato Grosso, cariocas, além de índios e paraguaios.

Na Vacaria predominam mineiros e gaúchos. No Centro, Campo Grande recebeu, inicialmente, mineiros e, posteriormente, paraguaios, japoneses, gaúchos, paulistas e imigrantes estrangeiros como sírios e libaneses.

Na região de Dourados, no início do século 19, se fixaram paulistas e gaúchos. Com a Colônia Federal de Dourados, chegaram nordestinos e, posteriormente, aumentou a imigração gaúcha.

O Bolsão, região leste de Mato Grosso do Sul, foi ocupado, no século passado, principalmente, por mineiros e hoje conta com paulistas e também gaúchos.

A população indígena, estimada na segunda maior do País, tem o grupo mais populoso, o guarani-caiuá. Atualmente, os Guaicurus estão ao oeste da serra da Bodoquena, no baixio; os terenas, em Aquidauana e Miranda; os Guaranis/Caiuás em Dourados, Amambai e região fronteiriça.

## **2. 2. O Presbiterianismo brasileiro no Sul de Mato Grosso e seus primeiros núcleos**

Na Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana (1912), foi proposto e aprovado que se peça à Missão Central do Brasil que providencie o envio de missionários para o Mato Grosso para preencher a lacuna do trabalho presbiteriano naquele Estado (FERREIRA, 1992, pp.155,156).

Ainda segundo Ferreira (1992, p.173), o histórico da presença evangélica em Cuiabá, apresentado pelo Rev. Philipe Landes, se deu, primeiramente, com John W. Price, da 'Missão Aliança Evangélica', que chegou a Cuiabá em 1897 e permaneceu até 1899, em virtude de enfermidade de sua esposa. Homem culto, fundou a Sociedade Geográfica, fez boa impressão na classe intelectual, mas não fundou nenhum trabalho permanente. Continuou no Brasil como missionário metodista.

O segundo missionário chegado a Cuiabá foi Frederico Glass, pai de George Glass, da 'Central Brazil Mission', que chegou em janeiro de 1901 e permaneceu por seis meses. Sua estada foi curta e de semeadura do Evangelho.

O terceiro missionário foi o espanhol Camilo Roiz, acompanhado do colportor, José Teodoro, que chegaram em fevereiro de 1903, ficando, talvez, um ano na cidade. Era batista e apesar de ter batizado por volta de vinte adultos, apenas dois permaneceram fiéis.

João Pedro Dias chegou a Cuiabá em 08 de fevereiro de 1899, ainda em tempo para ouvir alguns sermões de John W. Price. João Dias foi, em Cuiabá, nas palavras de Ferreira (1992, p. 173), "a coluna mestra do trabalho evangélico".

Outro missionário foi Dr. Morris Bernard, que chegou em junho de 1908 com sua esposa que, posteriormente, faleceu naquela cidade e representavam a 'União Evangélica da América do Sul'. Ao deixar Cuiabá em 1912, Dr. Bernard, sem receber nenhum membro por profissão de fé, concordou que a Missão presbiteriana tomasse o trabalho.

Em 14 de Outubro de 1913, chegou a Cuiabá o Rev. Franklin Graham, marcando o início da obra presbiteriana em Mato Grosso.

Rev. Franklin Graham registrou em seu diário que encontrou, em Cuiabá, o Sr. João Dias, proprietário da Companhia Telefônica de Cuiabá, por quem é muito bem recebido e que orava para que alguém viesse pregar o Evangelho, pois o trabalho, apesar de antigo, não crescia. Posteriormente, se dirigiu a Cáceres, Barra dos Bugres e a São Roque na Bolívia. Registrou também:

Mato Grosso, cujo nome ouvido á distância causa estranheza, é muito mais avançado a muitos respeitos do que eu poderia

imaginar. Liberdade de culto é lei reconhecida e obedecida. Não tem havido perseguição. [...] Por muitas léguas em torno da capital é tudo cultivado. A Bíblia é bem distribuída na região; a porcentagem dos que sabem ler e escrever é muito maior do que em Goiás e no 'sertão' da Bahia. O interesse que demonstram por educação é maior. Tais circunstâncias levam-me à firme convicção de que Mato Grosso deveria ser ocupado primeiramente por nossa Missão. (FERREIRA, 1992, p.160)

Retornou em janeiro de sua viagem anteriormente mencionada e, a 04 de novembro de 1914, recebeu oito adultos por profissão de fé, dos quais quatro eram da família Dias, e batizou cinco crianças. Esta também é a data da primeira comunhão celebrada em Cuiabá (FERREIRA, 1992, p. 174).

Em face dos relatórios do Rev. Franklin Graham, as Missões Presbiterianas acertaram que assumirão a responsabilidade por esta obra, enviando para lá o Rev. R.F. Lenington, pela South Brazil Mission, e o Rev. Philippe S. Landes, pela Central Brazil Mission. O primeiro não pôde atender ao projeto por motivos de saúde.

Rev. Philippe Landes, recém-casado, partiu para Cuiabá em meados de 1915. Nesta ocasião, o bispo de Cuiabá impediu que a bandeira brasileira fosse colocada na Catedral durante as celebrações funerárias de Afonso Pena, ex-presidente do Brasil. Landes aproveitou a ocasião para pregar em praça pública e daí resultou algumas conversões.

Rev. Landes ficou conhecido, em todo o Estado, como "o homem que tinha tido um debate com os padres" ao enfrentar a oposição do jornal católico "A Cruz", em uma polêmica que durou cerca de um ano, até que o clero resolveu terminar a discussão alegando que não valia a pena prosseguir. Um dos principais temas da polêmica foi a infalibilidade papal (FERREIRA, 1992, p. 175). Landes também ocupou a cadeira de inglês no Ginásio Estadual de Cuiabá.

Miss Maud Landes, irmã do Rev. Landes, fundou uma escola primária evangélica, em Cuiabá, que recebeu sobrinhas do Governador como alunas, onde não somente foram alfabetizadas, mas também aprenderam o inglês e a Bíblia e conservaram amizade com os evangélicos.

Em 1919, o casal A.G. Martin foi enviado pela Missão Sul para auxiliarem os Landes na obra. Martin e Rev. Landes compraram, para a Missão, uma

fazenda em Buriti, para onde a escola de Miss Maud Landes foi transferida e na qual pretendiam reproduzir a experiência do “Instituto Cristão” de Castro.

A obra em Cuiabá crescera a ponto de, em 12 de outubro de 1920, organizar-se a primeira Igreja, na qual, um dos presbíteros, Sr. João Alberto Dias, filho do pioneiro João Pedro Dias, recusou a candidatura, por, segundo Ferreira (1992, p. 384), “resistir costumes e formas presbiterianas, como, por exemplo, o ‘batismo infantil’”, o que não o impediu de continuar a colaborar com a obra, inclusive doando o terreno onde, em 07 de setembro de 1921, foi lançada a pedra fundamental do templo que seria construído com empréstimo da Missão.

O Rev. Landes estivera nos Estados Unidos e, em 1925, retornou a Cuiabá trazendo consigo o casal Roy Harper. As tentativas da Igreja ter um pastor nacional só foram atendidas em 1934, com o Rev. Augusto Araújo, genro de João Pedro Dias e que já trabalhara na Missão antes mesmo de ir para o seminário.

A escola de Buriti, que pretendia contar com pastor evangelista, mas também com educador, agrônomo e médico, seguindo a política missionária de Willian Waddell, nem sempre contava com os recursos humanos para seu desenvolvimento.

Os trabalhos das congregações que floresciam, obrigaram entregar a liderança de Buriti ao casal Moser e Miss Annie Hastings e a algumas professoras brasileiras. Foram construídos internatos e Buriti chegou a enviar alunos ao JM Ce a outras instituições evangélicas. Os Moser permaneceram até 1941. Após uma crise, a escola ficou praticamente fechada até que, em 1953, voltou para a companhia de Mrs. Jean Graham.

É importante analisarmos que a inserção do Presbiterianismo em Mato Grosso se deu em um contexto totalmente diferente dos, anteriormente, vivenciados no Brasil. Se antes a fé evangélica presbiteriana foi consequência e motivada pelas colônias de imigrantes, no chamado protestantismo de imigração, em Cuiabá ocorreu o protestantismo de missão, que encontrou uma sociedade formada a “partir do surto minerador do início do século XVIII e das expedições bandeirantes e monçoeiras paulistas” (SANTOS, 2010, p.57).

Quando os primeiros missionários presbiterianos chegaram a Cuiabá, a boa impressão do Rev. Franklin, anteriormente mencionada, talvez seja o resultado

do esforço da elite cuiabana com a modernização da cidade, que procurava reverter a imagem depreciativa que estigmatizava Cuiabá e Mato Grosso, construídas, ao longo das décadas, por viajantes e aventureiros, para quem a região era de um isolamento digno de degredo e exílio e de uma monotonia típica de uma cidade imóvel no tempo, bem como de uma sociedade na qual o recato e pudor eram a maior preocupação, independente da classe social.

Este contexto evidencia que a sociedade cuiabana não era moldada pelo rigor moral do catolicismo, o que, por sua vez, descarta a manipulação do clero na sociedade e, portanto, a possibilidade de hostilidade aos que abraçam a nova fé. Também a busca da modernidade proporcionou maior facilidade ao discurso protestante (SANTOS, 2010, pp. 57-60).

Além destas questões, outros fatores contribuíram para a imagem de atraso da região, como a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a epidemia de varíola (1867), além das constantes revoluções na Província.

Nesse contexto, o discurso da modernidade foi aceito pela elite cuiabana muito mais que no meio popular. Desde o fim da Guerra do Paraguai (1870), ocorreu a abertura da economia de Mato Grosso com a abertura da navegação na Bacia Platina.

O processo de modernidade desejada se manifestou também pelas construções de linhas telegráficas conduzidas pelo matogrossense Marechal Rondon, pela divulgação em exposições internacionais (1904) em Saint Louis e (1912) em Nova York, tendo como principal instrumento de propaganda o *Álbum Gráfico de Matto-Grosso*, que objetivava a venda da imagem idealizada do Estado (SANTOS, 2010, p.67).

Nesse ambiente de boa aceitação ao discurso da modernidade, ocorreu a inserção protestante no Estado, que, por ser portador da imagem de representante de um país civilizado, os Estados Unidos, encontrou ótima aceitação. O discurso protestante seguia a lógica de que aceitar a modernidade era abraçar o protestantismo, era guiar-se pelo exemplo dos Estados Unidos da América. Juntamente com o discurso, a forma de governo dos protestantes, especialmente a presbiteriana,

dava à nova religião ares de mais moderna e adaptada aos novos tempos, tornando-a mais afeita ao momento vivido na

região. Constituída a partir de um sistema parlamentar, a liderança das igrejas presbiterianas são eleitas pelos seus próprios membros, não trazendo assim, em seu formato, os traços do clericalismo romano, sendo, portanto, uma comunidade laica (SANTOS, 2010, p.69).

A aceitação da pregação protestante pela elite cuiabana também se deu por seu forte apelo comportamental, a ênfase na moralidade familiar e combate a certas práticas, tais como tourada, jogos lotéricos, bailes, bebidas etc., mas também, a aceitação, pela referida elite, se justificou pela formação acadêmica dos missionários e o alto grau e cultura por eles demonstrado.

Essa elitização da Igreja se manifestou, também, na liderança estabelecida na Primeira Igreja Presbiteriana de Cuiabá, o que a caracterizou como de baixa representação numérica até mesmo em 12 de outubro de 1920, quando foi organizada, formalmente, com apenas 20 membros.

O crescimento da membresia se deu somente nas décadas de 1920 e 1930, principalmente pela migração de crentes de outros Estados, bem como de doutores (médicos e advogados) e militares, além do apoio da maçonaria, que também representava a Liga Matogrossense de Livre Pensadores, marcada pelo anticlericalismo.

Politicamente, o protestantismo se marcou pelo apoio de grupos opositores ao Governador, Bispo Dom Aquino, manifesto pela representatividade deste grupo no lançamento da pedra fundamental da Igreja Presbiteriana em Cuiabá, em 08 de setembro de 1921.

A inserção protestante na economia, em Cuiabá, no início do século XX, se deu, especialmente, através de João Pedro Dias e de José Nonato de Faria. Este, se dedicou, essencialmente, ao comércio e imprensa local, já que era jornalista. O primeiro, conhecido como empresário empreendedor, criou a empresa de telefonia (1909) e de energia elétrica da capital matogrossense (1919). João Dias demonstrava envolvimento no ambiente de modernização e progresso do Estado, e também na iniciativa da publicação do *Álbum Gráfico de Matto-Grosso*, anteriormente citado.

Seu envolvimento com a Igreja nascente foi importantíssimo, tanto por sua liderança dos trabalhos como por suas contribuições financeiras generosas à

Igreja, inclusive na compra do terreno e construção do primeiro templo evangélico (SANTOS, 2010, p.116).

A inserção intelectual ficou evidente nas atividades dos missionários em Cuiabá que, em suas pregações, apresentavam a ética da tradição reformada e sua cosmovisão, ocupando espaços para contribuir com a transformação e construção da sociedade cuiabana.

Com este objetivo, Philipe Landes, a convite do Estado, lecionou inglês no Liceu Cuiabano, como também, em 1917, a Missão Sul do Brasil fundou na cidade, a escola primária evangélica, dirigida por Dona Mand Landes, irmã de Philipe Landes. Esta escola, posteriormente, foi transferida para Buriti, tornando-se o Colégio do Buriti, na Chapada dos Guimarães, onde os missionários pretendiam reproduzir a experiência do Instituto Bíblico de Castro, que era uma escola profissionalizante agrícola, fundada no Paraná.

A imprensa escrita também foi utilizada pelos protestantes presentes em Cuiabá, através da qual difundiram os valores da fé reformada, inclusive por meio das respostas apresentadas às matérias publicadas nos periódicos católicos da época. Assim, o jornal protestante, *A Penna Evangélica*, de José Nonato de Faria, inaugurado em 1926, foi, durante quase uma década, o meio de divulgação das opiniões protestantes quanto à doutrina, economia, política, moral e comportamento social, em ressonância à pregação missionária protestante.

Assim sendo, fica evidente que ao encontrarem um ambiente favorável, os missionários presbiterianos adotaram estratégias e aproveitaram oportunidades para a inserção da Igreja e dos princípios reformados em um ideal que visa à transformação da sociedade cuiabana, que já buscava a modernização e transformação social.

Esta inserção contribuiu com os anseios da sociedade e a influenciou em todos os aspectos, sejam eles políticos, sociais, econômicos e intelectuais.

Quando nos voltamos ao Sul do Estado, no início do século XX, enquanto o mundo vivia os acontecimentos da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), no qual o envolvimento do Brasil foi quase simbólico, o país alcançava um desenvolvimento marcante em vários setores, tais como a vigência do Código Civil (1917) na econômica, através da exportação de matéria-prima às

nações envolvidas no conflito, o que proporcionou rápida capitalização da economia nacional.

Em Mato Grosso, a cidade de Campo Grande (ao Sul do Estado ainda uno) despertou interesse devido a seu rápido desenvolvimento, a qual se tornou conhecida como a Pérola do Sul (TRAPP, 1999, p.14).

Em poucos anos, a pequena Vila de Santo Antônio de Campo Grande ganhou ares de cidade, a tal ponto que, em 1915, quando os primeiros protestantes (batistas) ali chegaram, a Vila já somava mais de 8 mil habitantes e se encontrava em processo de crescimento constante, devido às multidões que para lá se dirigiam em busca de oportunidades.

Um dos fatores que influenciaram este crescimento foi a instalação de unidades militares do Exército Brasileiro que, ao mesmo tempo que zelavam pela segurança do território, também ali instalavam as famílias de militares, que se distinguiam da maioria da sociedade de então, que não tinha muita instrução. Os militares também injetaram considerável quantia de dinheiro na economia local.

Outro fator importante nesse processo de desenvolvimento de Campo Grande foi a chegada da estrada de ferro (1914), interligando Campo Grande à extensa planície pantaneira, Corumbá e Bolívia, proporcionando a assistência dos missionários protestantes batistas às Igrejas de Corumbá e Aquidauana, bem como aos primeiros missionários norte-americanos em Campo Grande, a partir de 1919.

A presença dos protestantes presbiterianos no Sul do Estado se deu em Dourados, através da Missão Evangélica Caiuá<sup>14</sup>, que criada em 28 de agosto de 1928, em São Paulo, se instalou em 1929 em Dourados, fruto dos sonhos do pastor presbiteriano norte-americano Albert Sidney Maxwell, que em sua terra natal vivera próximo aos índios; ao receber sua herança, após a morte de seus pais, vendeu seus bens e imigrou para o Brasil para implantar um trabalho evangelístico com os índios.

“O trabalho presbiteriano em Dourados, Estado de Mato Grosso, teve início com a chegada dos missionários da ‘Missão entre os índios Caiuás’ nos últimos

---

<sup>14</sup>Sobre Missão Evangélica Caiuá ver o capítulo 3 – Contribuição do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso

dias de março de 1929<sup>15</sup>. O Rev. Maxwell e Easton Marques chegaram a Dourados em março de 1929. No dia 03 de abril, deste mesmo ano, chegaram o Dr. Nelson Araújo, João José da Silva, Guilhermina da Silva e Erasmo Silva.

Em 15 de abril de 1929, foi realizado o primeiro culto público com a presença de três pessoas não evangélicas e, desde então, a realização da Escola Dominical<sup>16</sup>.

Em 1932, o trabalho da Igreja foi interrompido com a mudança dos missionários para a chácara da Missão Caiuá. Em maio de 1933, esse trabalho foi reiniciado com o Rev. Albert Sidney Maxwell, Dr. Nelson de Araújo e Yolanda Linderberg<sup>17</sup>.

Campo Grande estava em franco desenvolvimento com novos habitantes, dos quais muitos presbiterianos antigos, membros da Igreja Presbiteriana de Cuiabá; e não havendo outro trabalho evangélico na cidade, passaram a frequentar a Igreja Batista na Rua 13 de Maio. Porém, enfrentavam um desconforto em virtude de questões doutrinárias que não permitiam aos presbiterianos serem servidos na Santa Ceia, bem como batizarem seus filhos; então, passaram a reunir-se em residências para suas orações e, por sugestão de Cecília Duarte Tércio e outros irmãos, solicitam à Missão Sul do Brasil, um pastor para organizar os trabalhos presbiterianos naquela cidade (TRAPP, 1999, p. 43).

Atendendo a este pedido, a Missão Sul enviou, para Campo Grande, o Rev. Philipe Landes, em julho de 1934, quando retornava de viagem de São Paulo para Cuiabá, onde era missionário. Após estudos e diante das boas perspectivas da cidade, resolveu iniciar os trabalhos em Campo Grande.

A primeira reunião da Congregação Presbiteriana de Campo Grande foi convocada para 29 de julho de 1934, na residência de José Henrique Verlangieri, na Rua Maracaju. José Henrique era cirurgião dentista e um dos primeiros presbíteros da Igreja. Nesta reunião, decidiram-se pela fundação da Escola Dominical no domingo seguinte, 05 de agosto.

---

<sup>15</sup>Histórico do trabalho presbiteriano em Dourados, até sua organização em Igreja a 27 de maio de 1951. - Livro de Atas nº 1 do Conselho da Igreja Presbiteriana de Dourados - MS

<sup>16</sup>Histórico do trabalho presbiteriano em Dourados, até sua organização em Igreja a 27 de maio de 1951. - Livro de Atas nº 1 do Conselho da Igreja Presbiteriana de Dourados - MS

<sup>17</sup> Histórico do trabalho presbiteriano em Dourados, até sua organização em Igreja a 27 de maio de 1951. - Livro de Atas nº 1 do Conselho da Igreja Presbiteriana de Dourados - MS

Rev. Philipe Landes permaneceu de setembro a outubro de 1934, organizando os trabalhos em Campo Grande. Neste mesmo ano, devido ao êxito dos trabalhos, a Missão Sul do Brasil determinou que o Rev. Landes fixasse residência em Campo Grande com a finalidade de organizar a Congregação em Igreja. Ainda segundo Trapp (1999, p. 43), no início de 1935, o Rev. Landes se mudou para Campo Grande com sua família.

Em Campo Grande, o Rev. Filipe Landes tornou-se também escritor<sup>18</sup> diante da necessidade de sua Congregação, na qual muitos presbiterianos estavam confusos com as questões doutrinárias que havia causado problemas aos presbiterianos na Igreja Batista, principalmente, sobre o batismo, que obriga Landes a escrever sobre este tema<sup>19</sup>.

A Igreja Presbiteriana de Campo Grande foi organizada em 24 de Abril de 1935<sup>20</sup>. Neste mesmo ano, foi encaminhado o primeiro seminarista da Igreja, Eudes Ferrer, que se tornou o primeiro pastor brasileiro da Igreja Presbiteriana de Campo Grande, que costumava evangelizar a pé ou a cavalo e, posteriormente, em um Jeep que escondia nas matas quando tinha que atravessar rios a nado para evangelizar em locais longínquos.

No dia 26 de junho de 1935, foi autorizada a abertura de uma Escola Dominical no Bairro Amambaí, na residência de Valério Azambuja e outra na residência de Izaura Cavalcante, no mesmo bairro. Segundos dados do histórico desta Igreja<sup>21</sup>,

No dia 14 de agosto de 1957, o Conselho da Igreja de Campo Grande aprovou a compra do terreno medindo 15m x 55m, à Rua Dom Pedro II s/n, pelo preço de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), do Sr. Bernardo Lopes, para a construção do

---

<sup>18</sup>Boletim nº 1.111 de 22 de maio de 2011 da Igreja Presbiteriana Central de Dourados.

<sup>19</sup> O Rev. Landes foi um valente defensor da concepção reformada acerca do batismo, tendo escrito dois livros sobre o assunto: *Estudos Bíblicos sobre o Batismo* (1938) e *Estudos Bíblicos sobre o Batismo de Crianças* (1947) Fonte: <http://monergismo.com/alderi-souzamatos/biografia-rev-philip-sheeder-landes>

<sup>20</sup> Infelizmente, muitos dados sobre a história da Igreja Presbiteriana em Campo Grande e relevantes a esta pesquisa não serão apresentados devido à recusa do acesso aos Livros Atas da referida Igreja

<sup>21</sup> Sobre a história da Igreja Presbiteriana do Bairro Amambaí, a Segunda Igreja Presbiteriana estabelecida em Campo Grande, indico a obra "Ontem e Hoje Uma linda história-Igreja Presbiteriana do Bairro Amambaí. Cinquenta anos de lutas e vitórias", dos Revs. Sebastião Pereira Cruz e Adoniran Judson de Paula que pronta e alegremente colaboraram com esta pesquisa.

Templo da Congregação. Desenvolvendo o trabalho, resolveu adquirir um terreno na Rua Amando de Oliveira, 291, endereço que perdurou até 1976 e desta data até hoje o número que todos conhecem, 319, onde foi construído uma salão para reunião dos crentes, que logo passou à categoria de Congregação da Igreja Central de Campo Grande. Em 1937, assumiu o pastorado da Igreja de Campo Grande o Rev. Eudes Ferrer, e nesse tempo já eram duas congregações a serem pastoreadas, a do Centro e a do Bairro. Durante os anos de trabalho do pastorado do Rev. Eudes, a Igreja e a Congregação tiveram crescimento idênticos. Nos planos para as comemorações do Centenário da Igreja Presbiteriana do Brasil, na programação incluiu-se a organização da Igreja Presbiteriana do Bairro Amambaí, o que não ocorreu por motivos desconhecidos. Em 1957 é organizado o Presbitério de Cuiabá, e este reunido em Aquidauana, em janeiro de 1960, resolveu organizar em Igreja a Congregação do Bairro Amambaí, o que ocorreu em 29 de outubro de 1960, e para este fim foi nomeada a seguinte comissão: os Revs. Eudes Ferrer e Domingos Rodrigues Hidalgo, e o Presb. Mariano dos Santos. Todos de saudosa memória. Organizada a Igreja, em 29 de outubro de 1960, é a mesma entregue ao Conselho sob a presidência do Rev. Newton Serra, seu primeiro pastor, eleito por um ano. Quando ainda era Congregação, seus pastores foram os Revs. Filipe Landes e Eudes Ferrer.

Neste bairro, se encontravam os quartéis do Exército Brasileiro e grande número de crentes militares que serviam nestas unidades.

A Igreja Presbiteriana de Campo Grande foi pastoreada por nomes de importância na história da IPB, tais como, Philipe Landes (1935-1937; 1939 - 1940), Eudes Ferrer (1937-1938), Waldyr Carvalho Luz (1944-1945), Alfredo Marien (1950-1953), entre outros.

Em Dourados, as atividades sofreram nova interrupção com a viagem do casal Maxwell, em férias aos Estados Unidos da América e D. Yolanda, ao Rio de Janeiro. No retorno do casal Maxwell, em março de 1937, e com a visita do Rev. Filipe Landes, pastor da igreja presbiteriana de Campo Grande, foram reativados os trabalhos evangélicos, inclusive com estudos bíblicos em diversos lares “dos interessados e amigos do Evangelho”. Nesta ocasião, além de uma série de conferência, o Rev. Landes recebeu os primeiros membros, no dia 02 de março de 1937; Celanira Pires de Carvalho,

Celanira Pires Vieira, Marcelino Pires de Carvalho e Marçal de Souza<sup>22</sup>; pouco depois, Nerino Pires de Carvalho. O Casal Maxwell retornou à chácara da “Missão” e aos trabalhos continuaram com auxílio das “senhorinhas” Aurea Batista e Loide Bonfim<sup>23</sup>.

Em julho de 1937, o Rev. Eudes Ferrer, que assumira o pastorado da igreja de Campo Grande, visitou Durados e recebeu novos membros em suas várias visitas, neste ano e no ano de 1938. Neste mesmo ano, o trabalho em Durados recebeu a visita de vários pastores: Rev. Harold Cooke, Rev. Augusto Davis e Rev. Miguel Rizzo Júnior. Em 21 de novembro de 1938, o trabalho em Durados foi organizado em Congregação Presbiterial<sup>24</sup>.

Em 1940, o missionário Rev. Dr. Frank F. Baker, em visita à Missão Caiuá, recebeu vários membros na Congregação. Em 1941, o Rev. Josué Sales cooperou com esta obra até 1942, sendo seu primeiro pastor.

Ainda em 1941, o Rev. Dr. J.M. Sydenstricker e sua esposa, D. Margarida, visitaram a Congregação Presbiteriana de Durados a convite do Rev. Josué Sales, que percebeu a necessidade de um pastor exclusivo para o trabalho presbiteriano, já que os colaboradores também lideravam outros trabalhos em Campo Grande. Rev. Dr. J.M. Sydenstricker e sua esposa, D. Margarida, se transferiram, em 30 de maio de 1942, para dirigir esse trabalho<sup>25</sup>.

Nesta época, Durados experimentava um forte crescimento demográfico, em virtude da criação da Colônia Agrícola Nacional de Durados, em 1943, o que promoveu crescimento na cidade recém-fundada (1935) e em suas atividades comerciais.

Mesmo sendo pastor da única Igreja protestante na cidade, o Rev. Sydenstricker realizou enorme esforço para fundar e assistir diversos pontos de pregação nas diversas localidades que estavam sendo habitada por migrantes oriundos de várias regiões do país. Também, por sua iniciativa pessoal,

Viajou ao seu país de origem para lá obter a oferta, através da qual pôde ser construído o Hospital Evangélico; foi também, por

---

<sup>22</sup> O índio Tupã-Y. Sobre ele ver o capítulo 3 – Contribuição do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso

<sup>23</sup> Histórico do trabalho presbiteriano em Durados, até sua organização em Igreja a 27 de maio de 1951. - Livro de Atas nº 1 do Conselho da Igreja Presbiteriana de Durados – MS

<sup>24</sup> Histórico do trabalho presbiteriano em Durados, até sua organização em Igreja a 27 de maio de 1951. - Livro de Atas nº 1 do Conselho da Igreja Presbiteriana de Durados – MS

<sup>25</sup> Histórico do trabalho presbiteriano em Durados, até sua organização em Igreja a 27 de maio de 1951. - Livro de Atas nº 1 do Conselho da Igreja Presbiteriana de Durados – MS

sua iniciativa, que a escola Erasmo Braga deixou de ocupar as dependências de nosso templo original e deslocou-se para o local onde hoje está localizada. Aliás, foi seu filho – Presbítero de nossa Igreja –, o engenheiro John Marion Sydenstricker Jr., quem projetou o prédio atual da escola. No dia 27 de maio de 1951, a então Congregação Presbiterial de Dourados foi organizada em Igreja, sob orientação do Rev. Sydenstricker, que poucos, anos depois, verificou – tal aumento do número de crentes – a necessidade de se construir um novo templo. Percebendo as dificuldades para que a obra se realizasse tal como ele sonhava, usou recursos próprios na construção do templo onde hoje estamos e que foi também projetado por seu filho e inaugurado no ano de 1958. (BERBERT, Rev. Ildemar de oliveira *in* Boletim nº 1.110, 05 de maio de 2011)

Em Aquidauana, em 1940, o pastor independente, Rev. Lauro Queiroz, ofereceu à Missão Sul, carta de transferência de seus membros em Aquidauana, que estavam naquela cidade desde 1933, vindos da Igreja Presbiteriana Independente de Vila Simões, São Paulo, sendo que a Igreja Independente não podia dar-lhes assistência conveniente. Esta Igreja foi organizada em 29 de julho de 1945. A Comissão de Organização desta Igreja contou com Rev. Eudes Ferrer e Alfredo Marien (FERREIRA, 1992, p.386).

Em Guia Lopes da Laguna, a Igreja Presbiteriana teve seus trabalhos iniciados em 1940, com a professora Deizia de Souza Santos, com uma Escola Dominical em sua residência e que recebeu o reforço de D. Salomé de Melo Rocha, em 1941. Em agosto de 1945, foi organizada em Congregação.

O desenvolvimento dos trabalhos presbiterianos no Sul do Estado se deu de modo lento, e, somente após a década de 1960, foi que se evidenciou de modo mais acentuado.

A influência presbiteriana no Sul do Estado também é marcante em todas as áreas, tal como ocorrera ao Norte, em Cuiabá. Suas influências e contribuições serão expostas no capítulo 3 desta pesquisa.

## Capítulo 3 – Contribuição do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso

### 3.3- Contribuição sociocultural

A Missão Evangélica Caiuá poderá ser tomada como exemplificação da contribuição social do Presbiterianismo, embora suas ações devam ser vistas no objetivo de promover uma missão holística entre os índios.

Para melhor entendimento da situação dos índios no Sul de Mato Grosso, é necessário lembrar, conforme Campestrini (2009, p. 27-34), que, no século XVIII, as tribos que habitavam o Sul de Mato Grosso eram os Paiaguás, os índios canoeiros. Os Guaicurus eram, inicialmente, aliados dos Paiaguás; também praticavam assaltos aos monçoeiros, porém, no século XVIII, tornaram-se inimigos dos Paiaguás que se fixaram na província do Paraguai. Os Guaicurus foram célebres e temíveis cavaleiros, que segundo Darcy Ribeiro, foram *“notabilizados pela tenaz resistência que opuseram a espanhóis e portugueses na bacia do Paraguai”* (1950, p.9). Os Caiapós dominavam extensa área entre os rios Pardo, Paraná e Paranaíba, entrando por Goiás. Seguidamente, atacavam os monçoeiros. Os Bororós Orientais localizavam-se no Vale do São Lourenço e realizavam incursões a partir do rio Taquari. Havia também outras tribos pouco conhecidas.

Já no século XIX, na década de 1839, os Caiapós intentaram aldeá-los na região do Piquiri. Havia aldeias deles em Goiás, porém, os do Sul de Mato Grosso foram introduzidos nas atividades das fazendas e formando pequenas aldeias que desapareceram. Muitos foram mortos quando atacavam e pilhavam fazendas.

Os Guaicurus eram fortes e ameaçadores, porém, desapareceram do território na década de 1850, quando a peste-da-cadeira dizimou sua cavalhada. Compreendiam diversos subgrupos, entre eles os Cadiués, que receberam do Império extensa área na Serra da Bodoquena.

Guanás eram numerosos e habitavam a missão de Albuquerque, perto de Miranda, e se dividiam em quatro tribos principais: os Guanás, os Terenas, os Iaianas e os Quinquinaus. Posteriormente, o Guaná quase desapareceu do Distrito, fundido na raça branca, índia ou negra. Os Terenas eram mais

numerosos, os Laianas fugiram da invasão paraguaia e incorporaram-se aos Terenas. Os Quinquinaus desapareceram mortos pelos paraguaios, epidemias e uma pequena parte também se incorporou aos Terenas.

Outras tribos, como os Guaxis, por volta de 1866, já eram quase extintos. Os Guatós chegaram a ser considerados extintos, mas ainda sobrevivem no Rio Paraguai, acima de Corumbá. Os Xamacocos foram quase dizimados pela Guerra do Paraguai e pela varíola.

Os Caiuás fugiram dos bandeirantes e das missões jesuíticas, e após perambular pelo Paraná e São Paulo, atravessaram o Rio Paraná e se refugiaram nas densas matas na região do Rio Ivinhema, Iguatemi e Dourados. Eram extremamente pacíficos e sofriam ataques de outras tribos que lhes roubavam as mulheres e crianças. Não possuíam aldeamento fixo e perambulavam pela região em busca de caça e alimentos. Não criavam nem cães nem galinhas, pois criam que os latidos e o canto dos mesmos guiavam os inimigos. Aproximaram-se dos paraguaios, para quem trabalharam na extração da erva-mate, e sobreviviam de precárias lavouras. A Guerra do Paraguai pouco os afetou e estavam nessa época em processo de diminuição, e se isolaram ao longo do Iguatemi.

No século XX, embora se fale de dezenas e dezenas de etnias índias no Estado, na prática, os índios no Mato Grosso do Sul se agruparam em Cadiuéus, Terenas e Caiuás.

Os Cadiuéus fixaram-se na Serra da Bodoquena, no território dado pelo Império, no entanto, a falta de estímulo e ausência de projetos não lhes permitiram o desenvolvimento.

Os Terenas, após a Guerra do Paraguai, retornaram das regiões dos Morros e voltaram às suas terras, em Miranda; porém, já estavam diminuídos. Outros permanecem nos Morros e outros peregrinaram pela região, o que os levou ao aldeamento na região de Aquidauana. Receberam ajuda da Funai e desenvolveram suas lavouras.

Os Caiuás estavam em processo de diminuição, causado pelos ataques de seus inimigos, que lhes roubavam mulheres e crianças, bem como por doenças como a maleita e outras transmitidas por brancos. Com o desenvolvimento da Companhia Mate Laranjeira, no final do século XIX, que explorava os ervais da região, os Caiuás se concentraram no Rio Iguatemi e mais tarde, nas

proximidades de núcleos, como o Patrimônio da União (Amambai), em busca de proteção. No início do século XX, passaram a ter atenção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), idealizado pelo Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, que também foi seu primeiro diretor. O SPI estabeleceu a Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa, em Dourados, onde foram aldeados os Caiuás.

Segundo Carlos Barros Gonçalves (2009; p.125), para entendermos melhor o projeto missionário entre os índios, é necessário relembrarmos o II Congresso da Obra Cristã na América Latina, também chamado de Congresso de Montevideú, que traçou as diretrizes para a evangelização dos indígenas. A força do protestantismo brasileiro pôde ser verificada também na escolha de Erasmo Braga, então secretário executivo da Comissão Brasileira de Cooperação (CBC), como o presidente do Congresso no Uruguai, além da participação de alguns membros, como Horta Barbosa, inspetor do SPI, enviado oficialmente pelo Governo brasileiro para participar dos debates da comissão de missões aos índios e na demonstração de “convivência e a disponibilidade do Estado brasileiro, por meio do SPI, em colaborar com o trabalho missionário religioso” (GONÇALVES, 2009, p.127,129).

Cabe mencionar também a presença dos botânicos Frederico Carlos Hoehne e Geraldo Kuhlmann, que participaram, em 1922, da Conferência Regional no Rio de Janeiro, e forneceram importantes dados sobre grupos indígenas do Brasil. Mas, sem dúvida, a principal figura nessa comissão foi o missionário Alberto Maxwell, que futuramente integraria a primeira equipe a dirigir-se para o então Sul de Mato Grosso. (GONÇALVES, 2009, p.130)

Em Montevideú, foram apresentadas as recomendações referentes à implantação de trabalhos missionários entre os índios, principalmente referentes ao Brasil. Essas diretrizes e estratégias foram adotadas pela Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil (AECI), da qual se originou a Missão Evangélica Caiuá em Dourados. (GONÇALVES, 2009, p.130).

Ainda segundo Gonçalves (2009; p.136-138), o Rev. Maxwell relatou, em seu relatório publicado na revista CHRISTIAN WORK IN SOUTHAMERICA,

vol. I, 1925, suas percepções diferentes dos índios que habitavam próximos aos não índios entre o Paraná, Mato Grosso e Amazonas, tanto no que se referia às suas vestimentas ou na falta delas, quanto à forma primitiva de sua religião. A percepção do Rev. Maxwell sobre os índios do Sul de Mato Grosso, especialmente sobre o índio Terena da Aldeia Bananal, que eram para ele os mais adiantados, era de que alguns grupos indígenas precisavam somente de oportunidade para se desenvolver, apesar de residirem nas matas por longo tempo.

Isso contrariou alguns pensadores da época, que declaravam que os índios estavam fadados à extinção e, ao mesmo tempo, era um estímulo à missão com índios, que deveriam inseri-los nos moldes culturais de não índios, processo que contaria com a missão protestante.

Gonçalves cita ainda Maxwell:

Com relação ao trabalho missionário, os índios foram classificados em quatro grupos: (1) os índios “domesticados”, os sob as influências do catolicismo e do “fetichismo”, ou seja, indígenas que re-significavam o discurso cristão, com manutenção da religião tradicional; (2) aqueles que foram catequizados por missionários católicos; (3) os que foram pacificados por agentes do governo e que tinham acesso a atividades de instrução (agricultura, escola); 4) aqueles que ainda não haviam sido atingidos por nenhum tipo de influência, e que geralmente estavam em *guerra com os invasores de suas terras* (CHRISTIAN WORK IN SOUTH AMERICA, vol. I, 1925, p. 184, 185).

Assim sendo, estratégias foram desenvolvidas

para que fosse atingida a primeira classe, seria necessária a *aproximação comum* do missionário evangélico. O segundo grupo, caso estivesse sob controle de padres, seria praticamente inatingível pelo missionário evangélico em missões. A terceira classe foi considerada de fácil alcance por qualquer atividade bem organizada, assim como o quarto grupo, desde que elaborada uma ação planejada (CHRISTIAN WORK IN SOUTH AMERICA, vol. I, 1925, p. 184).

A Comissão de Missões Indígenas de Montevideu estabeleceu uma série de recomendações, principalmente às Igrejas protestantes brasileiras, para a sistematização dos trabalhos com esta iniciativa. Os métodos e abordagens

sugeridos eram quatro e sequenciais, conforme relatados na CHRISTIAN WORK IN SOUTH AMERICA (vol. I, 1925, p. 191, 192):

(a) *A Abordagem Industrial e Econômica* – essa estratégia teria como objetivo, sobretudo, através da disseminação de fundamentos do Evangelho, transformar indígenas *nômades* em grupos com residência fixa. [...] A fixação dos indígenas deveria ter em vista a introdução de novos valores e hábitos, principalmente, os relacionados ao trabalho. Conforme o relatório, *o trabalho com índios deve começar com o estabelecimento de uma fazenda, onde as carências da vida podem ser produzidas para satisfazer as necessidades diárias e criar os elementos econômicos de uma nova ordem social*. Nesse mesmo sentido, o relatório cita frases do botânico Frederico Carlos Hoehne. [...] *Denada adianta erigir uma capela na vizinhança de uma vila indígena e lá pregar o Evangelho a eles toda semana e falar com eles sobre a salvação, se não fizermos nada para salvá-los da miséria e da necessidade de que sofrem atualmente. Os índios precisam muito de Cristo, mas para que O aceitem, devemos mostrar a eles que vale a pena aceitá-Lo.* (b) *A abordagem educacional* – qualquer estação missionária protestante deveria desenvolver atividades educacionais com dois objetivos principais: (1) *desenvolver em suas mentes as grandes verdades cristãs e um novo conceito de vida* (2) *incorporá-las [mente] na vida cidadã*. Sabe-se que o estabelecimento de escolas entre grupos indígenas também foi uma prática extremamente utilizada por missões religiosas, bem como pelo Estado, desde o século XIX (c) *A abordagem médica* – a preocupação com atividades voltadas à saúde dos indígenas concorria com a afirmação de Frederico Hoehne de que os missionários deveriam ter em mente o auxílio às condições materiais e de vida dos índios. Além disso, a oferta do saber médico foi entendida como elemento indispensável para a atuação missionária, uma vez que funcionaria como elemento de aproximação entre os religiosos e os indígenas, bem como poderia contribuir para que os métodos de cura praticados pelos próprios índios caíssem em descrédito. Essa estratégia poderia também funcionar como um instrumento de aproximação com elementos não indígenas que porventura habitassem nas proximidades dos indígenas. Seu avanço em direção à civilização deve ser dirigido cientificamente por uma política profilática altamente organizada, para proteger o complexo da missão e os índios da ancilostomíase, malária, verminoses intestinais, sarampo, varíola, tuberculose, doenças venéreas e outras, para poupar as crianças, que morrem em grande quantidade. As estações missionárias devem ser grandes centros de atividade médica, até mesmo exercendo

uma grande influência entre os colonizadores em volta(d)A *Abordagem Social* – A atuação das missões protestantes entre os índios deveria trabalhar em duas direções: (1) Ajudar o governo na ocupação de estações onde os *pioneiros* conflitavam com os índios, de forma que: (2) as estações missionárias auxiliassem na solução de problemas relacionados à situação de exploração, na qual os índios foram submetidos por *comerciantes perspicazes* e extrativistas (GONÇALVES, 2009, p, 141-144).

Esse relatório foi o esboço do planejamento do Rev. Maxwell, que passou a buscar um local de fácil acesso para aquisição de uma fazenda, para produção de alimentos e de inserção dos indígenas em novas práticas de trabalho, como atrativo de ofertas materiais e da atividade educacional como meio de inserção de novos saberes e hábitos entre os indígenas.

A fazenda deve ser grande o suficiente para estabelecer uma colônia indígena de tamanho considerável, porque estou certo de que cedo ou tarde muitos serão atraídos para a instituição com um desejo de aproveitar as oportunidades oferecidas. A Missão deve estabelecer uma escola onde as crianças indígenas possam estudar as primeiras séries, e mais tarde estudos superiores como as condições devem demandar. Deve haver trabalho industrial em conexão com a escola, onde as meninas poderiam aprender artes domésticas, culinária, costura e cuidado geral com a casa, e onde os meninos poderiam aprender o trabalho de construção, sapateiro, etc (CHRISTIAN WORK IN SOUTH AMERICA, 1925, vol. 1, p. 192, 193).

Assim, na segunda década do século XX, percorreu todo o Estado de Mato Grosso e parte da Amazônia para conhecer e escolher o local que implantaria a missão evangélica entre índios. Em sua jornada solitária, visitou tribos perigosas naquele tempo, tais como Nhambiquara, Bororó, Parecis, Xavante e Parantinin. Percorreu, aproximadamente, 5.000 quilômetros a cavalo, vencendo todo tipo de obstáculos naturais, animais, doenças e muitas vezes sem mantimentos.

Quando chegou a uma estação de telégrafo, em Vilhena (RO), estava quase esgotado fisicamente, mas conseguiu ajuda para construir uma canoa, na qual navegou durante 40 dias pelos rios Aripuanã e Madeira, até chegar ao hospital

de seringueiros, em 1922. Depois, tomou um navio em Manaus rumo à Belém e, posteriormente, ao Rio de Janeiro, de onde se dirigiu a Lavras (MG) para encontrar seus colegas e sua futura esposa, Mabel, que já o davam como morto, devido o longo tempo sem notícias<sup>26</sup>.

Após dois anos de viagens (1921-1922), Maxwell decidiu implantar a missão entre os índios Caiuás, em Dourados, ao Sul de Mato Grosso, para onde foi conduzido por uma caravana do Marechal Rondon.

Neste sentido, o Rev. Maxwell procurou auxílio das Igrejas brasileiras a seu projeto de ajuda aos índios Caiuás e vai até São Paulo; com apoio da Comissão Brasileira de Cooperação das Igrejas Evangélicas, organizou em 28 de agosto de 1928, a *Associação Evangélica de Catechese dos Índios*, a qual, tendo sede em São Paulo, enviaria missionários em todo o país.

A primeira missão em Dourados foi a Missão Evangélica Caiuá, composta dos missionários enviados por suas respectivas igrejas: Rev. Albert Sidney Maxwell e sua esposa Mabel Maxwell, através da *Presbyterian Church in the United States*; o médico Dr. Nelson de Araújo, da Igreja Metodista; o agrônomo Sr. João José da Silva, sua esposa D. Guilhermina Alves da Silva e seu filho Erasmo, de seis meses de idade, pela Igreja Presbiteriana do Brasil e o professor e dentista, Esthon Marques, da Igreja Presbiteriana Independente.

Antes de seguir a Dourados, Rev. Maxwell, juntamente com o agrônomo João José e sua esposa e filhinho, partiu para Campinas a convite de James Smith, Reitor do Seminário Presbiteriano, que reuniu as Igrejas Evangélicas no templo da Igreja Metodista para saudarem os missionários e participarem de conferência feita pelo Rev. Maxwell sobre a Missão. Permaneceram em São Dr. Nelson e professor Esthon Marques.

Em seguida, o grupo seguia Bauru para, de lá, seguir pela estrada de ferro, com destino a Três Lagoas, no Mato Grosso, onde chegaram em 21 de março, seguindo no dia seguinte (22) para Campo Grande, via Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Segundo relatos do Dr. Nelson Araújo, a viagem, apesar de rápida, foi penosa por causa da poeira levantada pela locomotiva e dos mosquitos (O EXPOSITOR CRISTÃO, 15 maio 1929).

Em Campo Grande, o grupo novamente se dividiu devido à enfermidade do menino Erasmo, filho de João José, que fora acometido de uma forte pneumonia, o que os obriga a permanecerem alguns dias em Campo Grande.

---

<sup>26</sup>[www.ultimato.com.br/revista/artigos/261](http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/261).

Assim, no dia 27 de março de 1929, seguiram para Dourados o Rev. Maxwell e o professor-dentista, Esthon Marques para instalarem a Missão.

Gastaram três dias e duas noites de viagem péssima para vencer 53 léguas de beirão<sup>135</sup>, numa estrada alagada pela chuva. Várias vezes tiveram que saltar para desatolar o automóvel, depois de terem primeiramente aliviado a carga de alguns milhares de kilos. Uma noite passaram atolados num pântano e algumas horas viajaram sob a carga de uma tempestade que desabava por sobre os campos daquela região... (O ESTANDARTE, maio de 1929).

O Rev. Maxwell e Easton Marques chegaram a Dourados em março de 1929. No dia 03 de abril deste mesmo ano, chegaram o Dr. Nelson Araújo, João José da Silva, Guilhermina da Silva e Erasmo Silva e, em 15 de abril de 1929, foi realizado o primeiro culto público e, desde então, a realização da Escola Dominical.

A Missão Evangélica Caiuá se instalou em agosto de 1929<sup>27</sup>, sob a responsabilidade da Junta Missionária do Rev. Maxwell e de três igrejas nacionais: a Igreja Presbiteriana do Brasil, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil e a Igreja Metodista do Brasil. Essa missão, de caráter holístico, contou com a colaboração direta de uma equipe formada por pastores, agrônomo, médico e dentista, que davam assistência educacional, técnica, médica, odontológica e, obviamente, espiritual<sup>28</sup>.

Em Dourados, os missionários da Missão Caiuá encontraram um cenário típico nas reservas indígenas daquela época, quando os indígenas trabalhavam com os não indígenas, principalmente, na colheita da erva-mate, explorada pela Companhia Mate Laranjeira, ficando a aldeia, praticamente, com mulheres e crianças, já que os homens adultos saíam para trabalhar na colheita da erva-mate, sendo esta tribo, a que se encontrava em estado mais lamentável. Disposto a levar seu projeto adiante, Rev. Maxwell viu a necessidade de desenvolver um projeto holístico, ou seja, que cuidasse do corpo e da mente do índio tanto quanto de seu espírito.

---

<sup>27</sup> [www.ipb.org.br/uph/arquivo/secretaria\\_missoes/geral\\_caiua.html](http://www.ipb.org.br/uph/arquivo/secretaria_missoes/geral_caiua.html) - Pesquisado em 16-4-2011

<sup>28</sup> [www.ultimato.com.br/revista/artigos/261](http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/261)

O Mato Grosso era ainda uma região que vivia os resquícios do período de sua colonização. Segundo Corrêa (2006, p.29), o povo mato-grossense era chamado de um “povo armado”, tendo em vista que esta sociedade caracterizou-se, desde os primórdios, pela relação com a violência, dada na luta com a natureza, contra seus primitivos habitantes e contra os espanhóis quando ainda permanecia isolada e em situação de abandono.

Após a independência, a violência permaneceu explicitamente institucionalizada, e mesmo após a Guerra com o Paraguai, permaneceu um clima de instabilidade e violência, que promoveu o clima de “violência costumeira”, principalmente com o choque com os indígenas que, ao contrário do que muitos pensavam, não era restrito às monções do século XVIII (CORREA, 2006, P.35).

Até mesmo as forças militares, que deveriam promover o controle e defesa da região, tornavam-se focos de agitação. Essa *violência costumeira* foi evidente no período do fenômeno coronelista e exemplificada na denúncia de Rondon, de que índios do Pantanal estavam sendo, sistematicamente, caçados e exterminados pelo Coronel José Alves Ribeiro, porque matavam as reses de sua fazenda para se alimentarem. Assim, a região passou a ser conhecida como terra sem lei, ou da lei do calibre 44 (CORREA, 2006, p.37).

No período de 1891-1922, houve trinta e três conflitos armados em Mato Grosso, principalmente no Sul do Estado, com motivações revolucionárias e de tal forma, que o coronelismo e banditismo se misturavam: 1891, em Poconé, outro em Campo Grande e um terceiro na Vila de Levergeria – Comarca de Miranda; em 1892, em Corumbá, Cuiabá, Miranda e Nioaque; em 1895, em Nioaque; em 1896, em Nioaque, com três conflitos no mesmo ano, e em Ponta Porã; 1899, em Miranda, e também em Cuiabá; em 1900, em Nioaque, Santana do Paranaíba e Aquidauana; em 1901, em Santana do Paranaíba, Nioaque, Miranda, Diamantino, Poconé, São Manoel e Baía do Garcez; em 1902, em Santana do Paranaíba; em 1903 e 1904, em Santana do Paranaíba; em 1906, Corumbá, Cuiabá e Bela Vista; em 1907, 1908, 1909 o Sul do Estado; em 1911, Bela Vista, Dourados e Ponta Porã; em 1912, Bela Vista e Ponta Porã; em 1914, Vila de Santo Antônio do Rio Abaixo; em 1914, Campo Grande; em 1916, em todo o Estado; em 1922, Araguaia e Garças.

As ações de bandidos e bandos chegaram a 28 ocorrências entre 1872-1943 e as manifestações revolucionárias das forças militares, entre 1912-1932, ocorreram 12 vezes (CORREA, 2006, p.39-45).

Culturalmente, o povo mato-grossense vivia, portanto, esse espírito de lutas, armas e violência, além da falta de infraestrutura como estradas, assistência médica, educacional etc.

A região também não possuía uma assistência religiosa cristã regular. Entre os protestantes, estavam se instalando os pioneiros com a chegada dos missionários da Missão Caiuá. Entre os católicos, a presença era esporádica. Gonçalves Barros (2009; p 147) cita a obra do Padre Pascoal Lacroix, que aponta a falta de sacerdotes como causa de um catolicismo fraco e superficial, que fazia com que vivesse e morresse “na completa ignorância”.

Como era comum no país, em Dourados, o povo vivia uma religiosidade do catolicismo característico na observância de festas e dias santos como atividade social no povoado e com as esporádicas visitas de padres itinerantes que realizavam casamentos, batizados etc., o que ocorriam em intervalos de meses e até anos.

Essa era a visão que os protestantes tinham do catolicismo brasileiro desde sua chegada ao país. Mendonça (2008, p.121) diz que, em meados do século XIX, os missionários encontraram aqui o catolicismo que, antes de ser a religião do Estado, era a religião do povo brasileiro. Para Simonton, o primeiro missionário presbiteriano, o catolicismo já era uma religião só de nome, distante de suas origens, propícia aos ricos e de cerimonial externo (MENDONÇA, 2008, p.126).

Nesse contexto é que se inseriram os missionários protestantes, o que proporcionou boa aceitação da pregação evangélica em relação aos objetivos da Missão.

Os missionários se instalaram em um velho casarão de madeira velha que servira de açougue, exigindo muito esforço na limpeza do mesmo para habitação. Em seguida, constroem móveis, tais como cadeiras, escrivaninhas e mesas com caixotes de gasolina, além da plantação de uma horta, que contou com a colaboração do agrônomo João José.

Quanto à aquisição das terras para a construção da futura sede missionária, deveria fazer divisa com as terras indígenas, além de possuir córrego que permitisse a instalação de um dínamo pequeno para iluminação.

A presença dos missionários e seus objetivos despertaram o interesse dos índios que os visitavam, ocasionalmente, para vender produtos como peles, milho etc. Também os moradores não indígenas demonstraram interesse nos recém-chegados, o que despertou o interesse de evangelização também aos *civilizados* (GONÇALVES, 2009; p 176,177).

Ontem tivemos a alegria de ver algumas pessoas estranhas na nossa pequena Escola Dominical. Elas mesmas mostraram desejo de frequentar as nossas reuniões e outras mais estavam se preparando para virem, mas foram impedidas por um ou outro motivo. Contamos que no próximo domingo vamos ter uma sala cheia, se Deus quiser. Entre as pessoas que estão frequentando a Escola, há alguns sírios que, em criança, tiveram oportunidade de assistirem aos cultos no Colégio mantido em Beirute por uma Missão Presbiteriana dos Estados Unidos. Eles é que estão trazendo outras pessoas às nossas reuniões. Orem os irmãos por esse trabalho (OPURITANO, 11 maio 1929).

Devido à sua posição geográfica estratégica, Dourados funcionaria como ponto de irradiação do protestantismo no Sul de Mato Grosso, já que os missionários intentavam levar a mensagem evangélica protestante a outros lugares e aldeias (O ESTANDARTE, abr. 1929, carta escrita por Evônio Marques, pai de Esthon Marques).

Instalados, os missionários iniciaram a exploração da região, a pé, no interior da reserva e vizinhanças para estudar o campo de ação e encontrarem o lugar certo para construção da sede missionária.

Ainda segundo Gonçalves (2009, p.186-188), os missionários enfrentaram dificuldades para encontrar o local para sede da missão, tanto pelo valor da terra, como, devido às especulações, pelo grupo de pessoas estranhas, com formação profissional e vindas de grandes cidades.

[...] nós queremos comprar terras que, limitando com as terras da aldeia, fiquem entre esta e a Vila. Nestas condições, há terras esplêndidas, mas os donos, pensando que somos riquíssimos, estão pedindo um dinheirão. Teremos que destruir a lenda e só então é que conseguiremos as terras por um

preço razoável. Depois de comprar as terras, teremos o problema da construção da casa. Como se vê, tudo isso vai demorar um pouco, mas não perderemos o nosso tempo e iremos trabalhando como for possível (O EXPOSITOR CRISTÃO, 15 maio 1929, carta de Nélson de Araújo).

Outra questão que dificultava a aquisição do local era jurídica, pois vasta área da divisa das terras da reserva eram terras devolutas que o Governo reservou, por decreto, à colonização ou arrendamento à Companhia Mate Laranjeira, e, segundo relatos dos missionários à Comissão Brasileira de Cooperação (CBC), ainda havia o impasse com o Governo que queria incluir cláusulas no contrato de compra, que reservava ao Estado o direito de desapropriar as propriedades para eventual projeto de colonização. Esse impasse fez com que o Rev. Hugh Clarence Tucker, da Igreja Metodista, presidente da CBC, juntamente com o Rev. Odilon Moraes, Galdino Moreira e Epaminondas Melo do Amaral se reunissem com o General Rondon, em São Paulo, para que este intermediasse a aquisição dos terrenos sem a cláusula exigida pelo Estado. Essa reunião consta na CBC em 15 de julho de 1929, que também informa que Rondon disse que a referida cláusula era somente um mal entendido, que em sua próxima visita a Mato Grosso faria todo o possível para ajudar a Missão na aquisição das terras sem a cláusula problemática (GONÇALVES, 2009; p 191-201).

A escolha de Rondon pelos membros da CBC, como mediador, se deu tendo em vista ser ele a maior referência dos serviços a índios no Brasil. Não há informações sobre a interferência de Rondon junto ao Governo do Estado, mas o missionário João José da Silva relatou que o impasse fora resolvido e a aquisição das terras estavam em processo de finalização com a liberação do Governo. Assim, foram adquiridas duas áreas de terras próximas à Reserva Indígena Dourados, compradas com recursos financeiros de Igrejas e amigos dos Estados Unidos, que contribuíram com mais de 80 contos de réis e outros recursos das Igrejas brasileiras (O EXPOSITOR CRISTÃO, 4 de fevereiro de 1941). Foram, então, contratados os índios para a roçada e derrubada da mata na área que se tornou a Fazenda Cauyana (O Puritano, 5 de julho de 1930).

Em Julho de 1929, Rev. Maxwell voltou a Minas Gerais e retornou a Dourados em março de 1930, com sua esposa D. Mabel Maxwell e seu filhinho Sidney<sup>29</sup>. A primeira área de terras adquiridas pelos missionários não satisfaz às necessidades dos mesmos para o desenvolvimento de seus projetos. Então, entre 1931 e 1932, compraram uma área menor junto ao Posto Indígena e à Vila de Dourados e, novamente, os índios foram contratados para a construção das instalações físicas da Missão. Neste novo local, junto ao Posto Indígena, os missionários teriam maior proximidade com os índios que ali se concentravam, o que facilitaria o acesso aos diversos grupos, além da facilidade para as construções da Missão por estarem mais próximos da Vila, onde também havia o ponto de pregação entre os não indígenas que precisava da assistência religiosas dos missionários.

Nessa época, Dourados tinha, aproximadamente, 2 mil habitantes e um correio, que chegava à cidade quatro vezes por mês, e a estação ferroviária mais próxima ficava a 320 quilômetros.

Em 1931, foi construída uma classe junto ao posto indígena, na qual o professor, Esthon Marques, deveria dar aulas, porém, o mesmo deixa a Missão e o projeto foi adiado. Em 1932, após a interrupção dos trabalhos da Igreja devido à mudança dos missionários para a chácara da Missão Caiuá, esse projeto foi reativado por Rev. Albert Sidney Maxwell, Dr. Nelson de Araújo e Yolanda Linderberg<sup>30</sup>, que assumiu a antiga classe do professor Esthon Marques, estabelecendo, assim, a “Escola Diária”, a primeira escola indígena na região para alfabetização de adultos.

Segundo Carvalho (2004, p. 74, 75), na educação dos adultos ficou evidente a dificuldade que os missionários teriam de convencê-los a abandonar seus costumes. Então, os mesmos se voltaram, prioritariamente, à educação infantil como meio de levar às crianças a instrução escolar, com a leitura e escrita em Português, formação de hábitos higiênicos, cuidados médicos e noções básicas para agricultura.

Essa tarefa foi iniciada em condições precárias, com falta de recursos didáticos, porém, mesmo assim, as aulas eram ministradas pelo professor médico, por três horas diárias, de segunda a sexta-feira, em sala comum de

---

<sup>29</sup> Histórico do trabalho presbiteriano em Dourados, até sua organização em Igreja a 27 de maio de 1951. - Livro de Atas nº 1 do Conselho da Igreja Presbiteriana de Dourados - MS

<sup>30</sup> Histórico do trabalho presbiteriano em Dourados, até sua organização em Igreja a 27 de maio de 1951. - Livro de Atas nº 1 do Conselho da Igreja Presbiteriana de Dourados - MS

meninos e meninas. O material didático utilizado era a “Cartilha do Povo” (CARVALHO, 2004,78,79).

Embora Carvalho aponte a adoção de crianças índias como meio de retirá-las do convívio permanente com seus pais e parentes, educando-as numa perspectiva cristã e civilizada, e utilizá-las na prestação de serviço à Missão, e como “importante recurso na propaganda missionária” (CARVALHO, 2004, p. 83,83), ela mesma apontou que a *Nhanderoğa*<sup>31</sup> foi possível, mesmo sem infraestrutura necessária para o cuidado e educação das crianças, com a chegada das professoras Áurea Batista (1937), Lóide Bonfim (1938), e Elda Rizzo Emerique (1939), quando acolheram o primeiro órfão que se encontrava muito doente e, na mesma semana, mais três crianças órfãs que apareceram na casa pedindo abrigo, e outras crianças foram recebidas em 1939. (CARVALHO, 2004, p. 84).

Diante da necessidade, as missionárias solicitaram ajuda à Igreja e, em outubro de 1939, a nova casa passou a ser habitada. Segundo relato do Rev. Frank F. Baker, em visita à Missão, uma mãe indígena procurou as missionárias no orfanato *Nhanderoğa*, à noite, e lhe entregou um embrulho e se afastou sem nada dizer. Neste embrulho, havia um menino caiuí de “três ou quatro dias” que foi acolhido e alimentado com gotas de leite pelas missionárias (CARVALHO, 2004, p. 85).

A vinda das três missionárias permitiu uma dinamização na atuação educacional, e com os investimentos nessa área, as mesmas se dedicaram, além da alfabetização de crianças, também aos adultos, além do ensino às mulheres indígenas nas lides domésticas, costura, tecelagem etc.. Em 20 de agosto de 1939, finalmente foi inaugurado o primeiro templo escola primária na Missão.

Segundo dados do histórico da Missão Caiuí, em 1941, o Rev. Maxwell criou o Campo da Missão em Amambai, onde, em 1942, contraiu doença nos pulmões enquanto cavava um poço, e retornou aos Estados Unidos, com esposa e filhos, para tratamento de saúde, porém, lá mesmo faleceu em 1947.

Em 1943, o Rev. Sydenstricker indicou o Rev. Orlando Andrade e D. Lóide, sua esposa, como substitutos na Diretoria da Missão, os quais foram aceitos em 23 de setembro deste mesmo ano, com sustento da Missão Americana. O

---

<sup>31</sup>“Nossa Casa” na língua guarani.

Campo de Amambai permaneceu algum tempo ainda sem obreiro, mas a Missão já contava com escola primária, o ambulatório médico, o orfanato “Nhanderoa” e diversos pontos de pregação nas matas.

Em 1956, o Ministro Darcy Ribeiro enviou à Missão, a Dra. Loraine Bridgeman para o trabalho de tradução da Bíblia na língua Kaiwá, no qual foi auxiliada pelo casal Taylor. Em 1960, D. Audrey Taylor criou um jogo de oito cartilhas em Kaiwá que auxiliou na alfabetização dos índios, o que tornou a escola da Missão a pioneira na alfabetização bilíngue na região.

Ainda segundo dados da Missão, em 15 de maio de 1958, foi criado o campo de Teyi-Kuê (Caarapó), indo para lá o missionário Eládio Valentim.

Em 26 de julho de 1961, começou-se o trabalho em Lucero e decidiu-se expandir os trabalhos da Missão para Taquapiry, Pirajuí, Jacareí e Sassoró, na expectativa da chegada dos obreiros que seriam enviados pela Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. Chegaram à Missão, no ano de 1961, Rev. Saulo, Rev. Rubens, Rev. Daniel Astério e Rev. Benedito Troquez, juntamente com suas esposas e, em abril de 1962, iniciaram trabalho de evangelização nas aldeias que ainda não haviam sido alcançadas. Rev. Saulo em Taquapiry, Rev. Daniel em Caarapó, Rev. Rubens e Rev. Troquez em Porto Lindo.

Sobre o Hospital e Maternidade Indígena, Porta da Esperança, o histórico da Missão revelou que foi fruto de orações e colaboração de várias partes do país, sendo inaugurado em 1º de março de 1963, com trinta e oito leitos. Na construção, foram utilizados mais de meio milhão de tijolos fabricados na olaria e a madeira na serraria da própria Missão. Inicialmente, o Hospital foi sustentado pela granja criada pelo Sr. Reinaldo Iapicchino e sua esposa, D. Zélia Iapicchino<sup>32</sup>. Essa granja fornecia carne de frango ao Hospital e Missão, além de ovos que o Rev. Orlando vendia na cidade de Dourados.

Segundo Nascimento (2005, p.122), outras ações na Missão Caiuá, além das já mencionadas, podem ser citadas: a “modesta Escola Vocacional”, que ministrava curso de tecelagem com dezesseis teares, além da sapataria e mecânica. Havia também uma serraria, que nesse período trabalhava intensamente, doada por um grupo de amigos da família de Fernandes Franco e que tinha a sua frente o Sr. Calvino Franco, cujo nome foi denominado a

---

<sup>32</sup> LIVRO DE ATAS Nº2 Associação Evangélica de catequese dos Índios, p.30, de 28 de fevereiro de 1963,

serraria. A olaria da Missão também foi outra atividade importante. Essa olaria e serraria forneceram matérias para a construção do Hospital e Maternidade Porta da Esperança.

No desenvolvimento da estratégia de atendimento médico, foi inaugurado em 1978, a Unidade de Tratamento de Tuberculose, com 50 leitos. Esta Unidade ficava separada das outras construções da Missão.

Outra ação digna de nota foi a realização do sonho do Rev. Orlando e D. Lôide, que antes de se aposentarem queriam estabelecer um Instituto Bíblico que pudesse preparar o índio à pregação do Evangelho. Ainda em 1978, nas comemorações jubileu da Missão, foi lançada a pedra fundamental do edifício onde funcionaria o Instituto Bíblico Felipe Landes, com a presença da comitiva Sínodo da Guanabara e D. Jeanne Francinne Villon, que liderava um trabalho no Estado do Rio de Janeiro, em prol dessa construção. Essa obra foi inaugurada em 05 de abril de 1980, contando com apoio de mais de uma centena de Igrejas.

A Contribuição da Missão Caiuá se coadunou com a proposta do planejamento de métodos e abordagens para instalação desta Missão, conforme o Congresso de Montevideú.

A abordagem Industrial e Econômica se evidenciou pelo método da instalação da Escola Vocacional com seus cursos de tecelagem, sapataria e mecânica, além da olaria e serraria instaladas. Essa, também evidenciou a abordagem Social que, em conjunto aos métodos anteriormente descritos da abordagem Industrial e Econômica, promoveu o auxílio e solução do problema da exploração da mão-de-obra indígena por comerciantes e extrativistas instalados na região.

A abordagem Educacional foi claramente perceptível na Escola Diária, que se tornou a pioneira na alfabetização bilíngue na região, em ação também concomitante com o orfanato *Nhanderoqa*, que se preocupava em educar e cuidar das crianças que ali se instalavam, o que também colaborou com a abordagem Médica, através do Hospital e Maternidade, Porta da Esperança, e da Unidade de Tratamento de Tuberculose. A preocupação do cuidado espiritual e evangelização foram destacadas nas Igrejas e no Instituto Bíblico Felipe Landes, estabelecido pela Missão.

O Hospital Evangélico "Dr. e Sr.<sup>a</sup>. Goldsby King", em Dourados, é outra contribuição relevante a se considerada. Segundo dados do histórico do próprio Hospital,

A construção de um hospital em Dourados começou por volta de 1937, quando, em uma conferência, em São Paulo, o Dr. Nelson de Araújo comentava sobre nossa região, suas riquezas, as terras férteis. Foram relatadas pelo médico sobre as dificuldades de se tratar um doente, pois naquela época muitos pacientes, às vezes, eram tratados em suas próprias casas; quando era caso cirúrgico, os mesmos eram encaminhados a Campo Grande e, na maioria das vezes, faleciam no caminho. Era realmente uma questão imperiosa a construção de um Hospital em Dourados.

Rev. Dr. J.M. Sydenstricker, idealizador do Hospital Evangélico, viajou aos Estados Unidos buscar ajuda para a construção do Hospital que se iniciou, em 1945<sup>33</sup>, com a oferta de U\$ 25.000.00 (vinte e cinco mil dólares) doados pelas Annie e Dulie King, em memória de seus pais, Dr. e Sr.<sup>a</sup>. Goldsby King.

Em agosto de 1946, veio a Dourados o Dr. Antônio Duarte, sendo seu primeiro Diretor, e Dona Hilda Bergo Duarte, sua esposa, trabalhou na Administração.

O Hospital Evangélico Dr. e Sr.<sup>a</sup> Goldsby King foi inaugurado em 4 de fevereiro de 1946, e teve como associados a East Brasil Mission, Igreja Presbiteriana do Brasil e Igreja Presbiteriana de Dourados.

Em 03 de março de 1953, foi fundada a Escola de Enfermagem Vital Brasil, que proporcionaria melhor serviço da equipe de enfermagem que serve o Hospital.

Conforme a Ata da reunião de planejamento da criação da Escola de Enfermagem anexa ao Hospital Evangélico Dr. e Sr.<sup>a</sup> Goldsby King, em 24 de fevereiro de 1953, reuniu-se a Diretoria do Hospital composta do Diretor-Presidente Dr. Antônio Duarte, Vice-Diretor Dr. Theophilo Roque de Abreu Alvarenga, da Secretária-Tesoureira D. Hilda Bergo Duarte e Maria Eulália Toledo, Diretora de Enfermagem, bem como do doutorando em Medicina, Wilson Bergo Duarte.

---

<sup>33</sup> Histórico do trabalho presbiteriano em Dourados, até sua organização em Igreja, a 27 de maio de 1951. - Livro de Atas nº 1 do Conselho da Igreja Presbiteriana de Dourados – MS

A reunião foi iniciada com oração do Dr. Duarte que, em seguida, expôs a necessidade da criação da Escola, para tornar mais eficiente e contar com moças mais preparadas e mais conscientes da “sublime missão da enfermagem, dando oportunidade para que muitas moças pudessem seguir essa bela carreira, tendo um futuro mais promissor<sup>34</sup>”. Em seguida, falou do trabalho notável que as escolas de enfermagem realizavam junto aos hospitais, utilizando como exemplo a “Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, em Rio Verde e a Florence Nightgale<sup>35</sup>, em Anápolis, ambas no Estado de Goiás”<sup>36</sup>, e que esse era o momento propício à instalação dessa escola de enfermagem, concretizando o ideal acalentado desde os primeiros dias de trabalho hospitalar em Dourados.

Após a discussão do assunto, decidiu-se pelo início de uma escola simples, mas que, na medida do possível, seguiria o programa da Escola Padrão, a Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em Belo Horizonte, gastando-se, talvez, maior espaço de tempo no curso, devido às dificuldades referentes ao pouco preparo das moças.

Resolveu-se, então, admitir, na Escola, moças de 17 a 30 anos de idade, que tivessem, pelo menos, o curso primário completo. A Escola forneceria os uniformes (vestido, avental e touca) e daria uma mensalidade de Cr\$100,00 para auxílio às alunas, com pequenos gastos<sup>37</sup>, e que o curso seria de, no mínimo, 3 anos.

Em seguida, foi traçado o programa do 1º ano, constando do primeiro semestre as seguintes matérias: Português, Aritmética, Técnica de Enfermagem, Técnica de Consultório, Higiene e História, Primeiros Socorros, Anatomia e Fisiologia, Educação Física e (?). E no segundo semestre, essas mesmas matérias acrescidas de mais as seguintes: Microbiologia, Ataduras, Massagens e (?) e Soluções.

Há, também, o desejo firmado de contar com a cooperação de todos os médicos e enfermeiros formados da cidade, já que contavam com a simpatia da maioria deles. Foi mencionado, ainda, nessa reunião, o nome das

---

<sup>34</sup> Ata nº 1 da Reunião de Planejamento da criação de uma escola de enfermagem anexa ao Hospital Evangélico "Dr. e Sr.ª Goldsby King" de Dourados, de 24 de fevereiro de 1953.

<sup>35</sup> Escola de Enfermagem Florence Nightingale

<sup>36</sup> Ata nº 1 da Reunião de Planejamento da criação de uma escola de enfermagem anexa ao Hospital Evangélico "Dr. e Sr.ª Goldsby King" de Dourados, de 24 de fevereiro de 1953.

<sup>37</sup> No primeiro ano

Enfermeiras Chefes que trabalharam no Hospital Evangélico e que alimentaram o ideal da Escola de Enfermagem, citando os nomes de D. Hermaulina(?) Xavier, D. Felicidade Vilela e D. Natalina Farias, bem como da atual Enfermeira Chefe Maria Eulália Toledo.

No dia 03 de março de 1953, novamente a Diretoria se reuniu em uma das salas do Hospital<sup>38</sup>, agora com a presença das enfermeiras alunas Antônia Mira(?), Maria Cândida Rodrigues, Loreni(?) Garcia, Alzira Profedes(?), Maria das Dores Oliveira, Petronilha de Oliveira, Diva Rocha, Albellana(?) Garcia, Silvia Diniz.

Após a oração do Dr. Roque<sup>39</sup>, o Dr. Duarte<sup>40</sup> explicou às enfermeiras do Hospital, ali presentes, a finalidade da reunião na fundação da Escola de Enfermagem anexa ao Hospital Evangélico, cujo valor elas reconhecessem e decidissem fazer o curso. Explicou também que, durante o curso, elas não teriam ordenado como de uma enfermeira profissional, mas que, após o curso, seriam bem valorizadas financeiramente, além do preparo que iriam adquirir para servir melhor aos doentes e da satisfação que teriam em serem mais eficientes.

Explicou também das decisões da reunião anterior e que aquela seria para a fundação da Escola, a qual ele declarou fundada como Escola de Enfermagem anexa ao Hospital Evangélico Dr. e Sr.<sup>a</sup> Goldsby King de Dourados.

Falou também do programa de ensino e que a organização dos horários ficaria a cargo da Enfermeira Chefe, Maria Eulália Toledo.

Procedeu-se, a seguir, à votação do nome da Escola, com a sugestão dos nomes de três ilustres médicos brasileiros: Osvaldo Cruz, Miguel Couto e Vital Brasil, sendo este o escolhido.

Assim, estava fundada a Escola de Enfermagem Vital Brasil anexa ao Hospital Evangélico, a qual seria oficializada às autoridades locais e à família do patrono. As aulas deveriam ser iniciadas logo após a solenidade de instalação, para que as alunas pudessem adquirir conhecimento o mais rápido possível.

---

<sup>38</sup> Ata nº02, da Fundação da Escola de Enfermagem, de 03 de março de 1953.

<sup>39</sup> Certamente o Dr. Theophilo Roque de Abreu Alvarenga

<sup>40</sup> Certamente Diretor-Presidente Dr. Antônio Duarte

Assim sendo, uma nova reunião foi realizada, no dia 31 de março de 1953<sup>41</sup>, às dez horas, na sala de aula da Escola de Enfermagem Vital Brasil, e realizada a sessão de instalação do Curso de Enfermagem dessa Escola.

Essa sessão contou com a presença de diversas autoridades, tais como, o Sr. Secretário da Justiça e Agricultura do Estado, Dr. Demostenes Martins e esposa, o Prefeito da cidade, Dr. Nelson Araújo, o Presidente da Câmara, Dr. Weimar Torres, Deputado Dr. Camilo Ermelindo Silva, Sr. Walmor Borges, Coletor Federal, Rev. J.M. Sydenstricker, Pastor da Igreja Presbiteriana de Dourados, Rev. Josué Sales e Sr. Heitor Antunes, Inspetor Escolar, entre outros<sup>42</sup>.

Após o Diretor explicar a razão da reunião, o Rev. Sydenstricker agradeceu a Deus e pediu sua direção para a Escola, fazendo uma meditação no livro dos Provérbios, capítulo 31, adequando-os à vida das enfermeiras. Logo em seguida, Dr. Duarte agradeceu aos presentes e a todos os que apoiaram o projeto, desde as autoridades e médicos que tinham cooperado no desenvolvimento do Hospital.

Em seguida, D. Maria Cândida recitou a poesia “Ser Enfermeira” e D. Hilda Bergo Duarte, outra poesia, “Missão de Enfermeira”, e foram seguidas do solo de D. Maria Toledo, “Oração de Enfermeira”.

O Dr. Theophilo Roque, Vice-Diretor do Hospital, fez a leitura da biografia do patrono da Escola, e foi seguido do canto do “Hino da Enfermeira Brasileira”, que tinha letra da poetisa Maria Eugênia Celso e música de Eduardo Souto<sup>43</sup>. Após conselhos dados às enfermeiras alunas e explicação do programa de ensino aos presentes, Dr. Demostenes Martins cumprimentou a todas pela criação da Escola e do valor de enfermeiras bem preparadas para o trabalho.

O relato do planejamento, da inauguração da Escola de Enfermagem Vital Brasil e da instalação de seu Curso de Enfermagem, demonstrou a ação proposital e intencional da Instituição, que continua até os dias atuais a preparar profissionais conforme seus objetivos iniciais.

---

<sup>41</sup> Ata nº3 da Instalação do Curso de Enfermagem na escola de Enfermagem Vital Brasil, de 31 de março e 1953.

<sup>42</sup> Embora não seja citado nominalmente na Ata, percebe-se a presença do vigário da Igreja católica local na assinatura da Ata pelos presentes.

<sup>43</sup> Certamente Hino da Enfermeira, com letra de Maria Eugênia Celso e música de Eduardo Couto.

Em 1955, foi fundada a Associação Beneficente Douradense, que teve por fim administrar o Hospital Evangélico. Foi elaborado, nesse mesmo ano, o Estatuto da Associação Beneficente Douradense, que deixou explícito sua missão frente ao Hospital Evangélico:

Todas as instituições, que são ou virão a ser mantidas e administradas pela Associação, destinam-se à assistência, sempre que possível, a todos quantos necessitarem de seus serviços, tenham ou não condições para pagá-los, até dez por cento no total de seu atendimento. O atendimento será feito sem qualquer distinção de nacionalidade, cor, credo, sexo ou política. (Fonte: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOURADENSE. ESTATUTO. CAPÍTULO I Da denominação, sede, fins e duração – Art. 3º e seu § 1º).

Posteriormente, a Sr.<sup>a</sup> Hilda Bergo Duarte, esposa do Diretor Clínico do Hospital, Dr. Antonio Alves Duarte, foi homenageada pela sua dedicação à Instituição. Como homenagem, o novo conjunto de apartamentos construídos no Hospital recebeu o nome de D. Hilda Bergo Duarte, onde foi fixada uma placa de Bronze com o nome da mesma.

No dia 31 de janeiro de 1964, o Ministro da Saúde, Dr. Wilson Fadul, visitou a cidade de Dourados e se reuniu com diversos membros do conselho, juntamente com o Dr. Tercio Torres.

Foi solicitado, pelo Conselho, à Missão East Brasil Mission, o envio da missionária Margaret Ward para trabalhar como enfermeira no Hospital e, também, se dedicar à evangelização.

Em 1966, o arquiteto e engenheiro Benjamim Ribeiro, de São Paulo, esteve em Dourados e examinou as instalações e terrenos do Hospital Evangélico para o planejamento da ampliação do mesmo, autorizada pelo Conselho e que seria executada por doação da Alemanha Ocidental e de recursos levantados pela administração.

A Sociedade Auxiliadora Feminina da Igreja Presbiteriana iniciou os trabalhos de Capelania Hospitalar no Hospital Evangélico, levando conforto espiritual aos pacientes e auxiliando na recuperação dos mesmos.

Outra contribuição sociocultural foi a Escola Erasmo Braga. A estratégia missionária com a educação não deixou de acompanhar os missionários norte-

americanos na construção de um “modo de vida” e no esforço protestante de penetração social, o qual foi desenvolvido em dois planos: o ideológico, através do qual procurava atingir os altos escalões da sociedade, e o instrumental, para auxiliar no proselitismo e na manutenção do culto nas camadas mais baixas da população. Este empenho trazia consigo as concepções do “PuritanModelState” e a ideologia do “Destino Manifesto” (MENDONÇA, 2008, p.141-143). Assim, o protestantismo, através da educação, procurou atingir a sociedade brasileira com os pressupostos que o caracteriza, como livre exame, um dos princípios reformistas e o culto protestante, letrado e discursivo (MENDONÇA, 2008, p.167).

Ao chegarem a Dourados, em 1929, os missionários desejavam implantar uma escola entre os indígenas. Após anos da implantação desta escola indígena, que também atendia os filhos dos chacareiros vizinhos da Missão, uma Comissão de homens de Dourados procurou o Rev. Maxwell, D. Mabel, Dr. Nelson Araújo e demais missionários, e imploraram pelo início de uma escola primária em Dourados.

Não sendo esta a primeira vez que solicitaram isso, e sob a ameaça de que, se não atendessem este pedido, os mesmos levariam seus filhos à Missão para deixá-los à porta dos missionários para que pudessem estudar com os filhos dos chacareiros, os missionários, que eram simpáticos à ideia, se disponibilizaram a vencer todas as dificuldades para executar este projeto. Só existia em Dourados a Escola Reunida naquele tempo.

Assim sendo, os missionários da Missão Caiuá deram total apoio ao Sr. Acácio Alves Arruda, quando este sugeriu, aos mesmos, que comprassem caixas vazias que eram utilizadas para transportar querosene, em latas de 18 litros, como se fazia antigamente, e com essas caixas, que vieram de Campo Grande, em caminhão do Sr. Emydgio Rosa, dirigido pelo chofer chamado “NEGRO”, foram construídos bancos sem encosto e carteiras feitas pelo Sr. Guilherme Neumann.

Em 06 de abril de 1939, a Escola Evangélica, denominada Erasmo Braga, abriu suas portas em Dourados, contando com 65 alunos matriculados e tendo como primeira professora D. Áurea Batista Brianezi, que ajudou com pregos e martelos na confecção da mobília escolar e lecionou em 1939 e 1940, com

auxílio do Sr. Acácio Arruda. Posteriormente, D. Áurea foi substituída por Adelaide Stein.

A Escola funcionou na sala de cultos, um salão de madeira cortada à mão, na esquina das Ruas Marcelino Pires com Rua Baía (prédio que foi aumentado em 1942 e ali permaneceu até julho de 1961).

Os dois primeiros anos escolares foram de difícil e árdua tarefa de deslocamento da Missão a Dourados, a cavalo ou charrete, para levar em frente o ensino.

Em 1940, D. Erondy Pereira dos Santos veio de Amambai<sup>44</sup> exercer o magistério na Erasmo Braga, quando o número de matriculados chegou a 120 alunos. Foi D. Erondy quem foi a Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, e registrou a nova escola com o nome de Escola Evangélica Erasmo Braga. Também permaneceu lecionando os três primeiros anos em 1941 e o quarto ano em 1942 com ensino “de primeira qualidade”. Além do magistério, D. Erondy também era perita em trabalhos manuais e, em 1942, fez uma exposição de vários trabalhos manuais, que se transformou em exposição anual por mais de uma década e permitiu a muitas alunas uma renda financeira com seus trabalhos aprendidos nas aulas de trabalho.

Em 1942, quando era pastor da Congregação de Dourados, o Rev. Sydenstricker conseguiu um terreno<sup>45</sup> onde foi construído o prédio de madeira da Escola, que possuía uma torre acima da cumeeira, onde posteriormente, foi dependurado o sino da Escola.

A primeira classe de formandos da Escola Evangélica Erasmo Braga foi em 1942 e composta de Cesarina Corrêa, Mahiba Rasslan, Naime Salomão Noé Stein e Walter Ravasco.

Em dezembro de 1942 foi iniciada uma reforma, dirigida pelo Rev. John Marion Sydenstricker, e o pequeno salão foi aumentado em quatro grandes salas. Em março de 1943, iniciou-se uma nova fase na Escola, agora com mais de 75 alunos e três professoras em dois turnos de aula, pela manhã e tarde. Houve os quatro anos primários, Curso de Admissão e Jardim da Infância. D. Olga Dias dirigiu a Escola por três anos e lecionou juntamente com as

---

<sup>44</sup> Há informações no histórico de D. Margarida Sydenstricker de 01 de agosto de 1961, que diz que D. Erondy veio de Ponta Porã.

<sup>45</sup> Lote na quadra n 12 da planta da cidade

professoras Áurea Teixeira e Floripes Silva. D. Nedina Ribeiro lecionou três anos e dirigiu a Escola durante 1946 e 1947.

Assim como a escola se desenvolvia em números, o prédio também foi aumentando. Em 1949, as professoras passaram a morar em uma casa à Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Baía. Ainda nesse ano, D. Suzana Cockrell e D. Catarina Peck vieram para a Escola, que prosperou sob sua orientação técnica e disciplina, atingindo o auge de matrículas entre 1954-1956; sob a direção de D. Cyrene Louro e D. Elisa Gonzales, atingiu mais de 300 alunos nos dois turnos de cinco classes, Jardim da Infância, música e datilografia. D. Reassilva Stein foi diretora em 1958 e 1959.

Ainda no ano de 1942, o missionário aconselhou, na rua, uma menina, aluna da escola, a andar mais rápido para não se atrasar para as aulas, quando ouviu de um cidadão: “Ó, meu senhor, não adianta apressar o nosso povo. Nós nem sabemos se estamos em 1941 ou 1942”. Foi quando o missionário descobriu que poucos possuíam relógios e que a maioria se orientava pelo sol, o que o fez reconhecer a necessidade de instalação de um sino na Escola.

Um grupo de Senhoras no Sul dos Estados Unidos, sabendo destas circunstâncias, doou esse sino, em 1947, em memória de Earl CarrGragg, de 15 anos de idade, que sonhava em ser missionário estrangeiro, mas que morrera num incêndio, em um hotel, durante um Congresso de Mocidade em Atlanta, Georgia, em 1946. Este sino, colocado acima da cumeeira do velho prédio de madeira da Escola, serviu para orientar os horários da Escola, pois era batido trinta minutos antes do início das aulas. Foi utilizado também para orientar os trabalhos da Igreja, pois também era tocado para avisar os crentes trinta minutos antes da Escola Dominical, dos cultos de domingo, às 18h, e das quartas-feiras, às 19h30min, enquanto a Igreja e a Escola funcionavam juntas no mesmo prédio de madeira.

O prédio novo da Escola demorou a ser construído, principalmente, pelas dificuldades de se conseguir material de construção. Em 1956, havia somente alguns montes de cascalho, areia e pedras. Aos poucos, foram conseguindo material e a construção foi iniciada pelo mestre de obras, Sr. Ângelo Jusioli, e o engenheiro, Dr. João Sydenstricker Júnior. Em 1959, a Escola ficou pronta, porém, ainda necessitava de alguns acabamentos e instalações, além de muros nas Ruas Sergipe e Rio Grande do Sul.

No histórico da Escola, datado de 1º de agosto de 1961, por ocasião da mudança da Escola para seu novo prédio, D. Margarida Sydenstricker não omitiu a gratidão ao Sr. Ângelo, mestre de obras, e a todos os que trabalharam na construção.

A Escola Evangélica Erasmo Braga, havia sido entregue ao Presbitério de Cuiabá em 1959 com a Igreja Presbiteriana de Dourados. Em 21 de fevereiro de 1965, foi criado um Conselho Administrativo para facilitar a administração entre a Igreja de Dourados, os representantes da Missão e o Presbitério. Primeiramente, a responsabilidade cabia ao Conselho da Igreja, agora, ao Conselho da Escola. Este Conselho teve nomes indicados pela Igreja de Dourados como seus representantes, a saber: Dr. Tércio Torres de Sá, Oswaldo Wolf, Maria de Lourdes Cruz de Souza, Maria Soares Dias, Zica Amaral de Sá e Ataliba José Rodrigues.

A Missão propôs, então, que iria se retirando da folha de pagamento da Escola em dez por cento, anualmente, até passar toda a responsabilidade ao Conselho Administrativo. Essa mudança, da Missão para o Presbitério, causou preocupações, pois, agora, o pagamento já era mais em dólares americanos e era preciso encontrar, urgentemente, meios de rendas com a própria Escola. Pensou-se na venda de parte da chácara da Escola, porém, o imóvel pertencia à Igreja Presbiteriana do Brasil. Outro problema era que os pais de alunos não entenderam algumas mudanças.

Em meio às dificuldades de adaptação ao novo regime de governo e direção, o Conselho Administrativo mudou o nome da Escola Evangélica Erasmo Braga para Escola Presbiteriana Erasmo Braga para que pudesse ser facilmente identificada, pois, outras Escolas Evangélicas estavam sendo criadas na cidade. A Escola Presbiteriana Erasmo Braga teve seu Estatuto aprovado em 12 de fevereiro de 1968, e tornou-se pessoa jurídica em 17 de setembro de 1969, o que facilitaria ao Conselho na tomada de algumas decisões.

A Igreja Presbiteriana do Brasil, proprietária da Escola Presbiteriana Erasmo Braga, contava com a participação da Igreja Presbiteriana de Dourados nesta Instituição criada pela antiga Congregação de Dourados e seus membros, pois, agora, deveriam continuar em sua assistência, para que a Escola continuasse a cumprir sua dupla missão na cidade de Dourados, instruir e evangelizar.

É digna de nota que a Ata de criação da Escola Presbiteriana Pré-Escolar e de 1º Grau Erasmo Braga só foi lavrada em 12 de julho de 1980, em atendimento às exigências do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e da deliberação nº 40 de 27 de Fevereiro de 1980, do mesmo, para fins de regulamentação de documentos junto à Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul.

### 3.4- Contribuição política e econômica

Dr. Nelson de Araújo<sup>46</sup>, pioneiro dos trabalhos na Missão Caiuá e da Igreja Presbiteriana em Dourados, quando lá chegou em 03 de abril 1929 para somar esforços na Missão Caiuá, com Rev. Maxwell e Esthon Marques.

Nelson de Araújo nasceu no dia 07 de julho de 1905, em Juiz de Fora, Minas Gerais, e formou-se em Medicina, no Rio de Janeiro. Era membro da Igreja Evangélica Metodista, tornando-se, posteriormente, membro da Congregação Presbiteriana de Dourados.

Foi ativamente engajado na vida política da “Vila”<sup>47</sup>, quando Dourados ainda era Distrito de Ponta Porã e contava com, aproximadamente, 2 mil habitantes.

Quando Dourados foi alçado a município, em 20 de dezembro de 1935, Dr. Nelson de Araújo, tornou-se Presidente do Conselho Consultivo da “Vila de Dourados”<sup>48</sup>, atuando de 22 de janeiro de 1936 a fevereiro de 1937, para o qual fora nomeado pelo Governador Mário Corrêa, “cuja escolha se deu entre os notáveis da época”.

#### O Conselho

definiu os lotes do povoado, viabilizou verba para se instalar a cadeia, contratar professores, criou o cargo adjunto de professor e estabeleceu as bases dos tributos imobiliários. Em período de revoluções, desordens, recursos pífios e quando a valentia se media pelos revólveres em coldres, predominava também as superstições religiosas e os moradores tinham uma

<sup>46</sup>Dados do Rev. Hildemar de Oliveira Berbert in Boletim nº1. 109, de 08 de maio de 2011, da Igreja presbiteriana de Dourados.

<sup>47</sup>Assim se referiam os missionários à “Vila de Dourados”, ou simplesmente “Vila”.

<sup>48</sup> Este Conselho exercia as mesmas funções da Câmara de Vereadores

vida calejada na dura lida do campo seja criando gado vacum, colhendo erva-mate, plantando para subsistência ou cortando madeira de lei. (Boletim nº 1.109, de 08 de maio 2011).

Superando todas as dificuldades, o Conselho lançou os alicerces da democracia num tempo em que os mandatários eram os coronéis e grandes latifundiários.

Dr. Nelson Araújo foi também Presidente do Clube Social de Dourados e da Associação Rural de Dourados, sendo, posteriormente, eleito Prefeito de Dourados, no período de 1951-1955.

Apesar de tantos trabalhos desenvolvidos, Dr. Nelson continuou ativo em seu trabalho na Igreja Presbiteriana, como tesoureiro do Esforço Cristão, em 1949 (movimento de trabalho interno na Igreja), e na organização da Congregação em Igreja, foi eleito Presbítero da Igreja Presbiteriana, em 1951.

Foi conhecido como médico, missionário e humanitário. Seu envolvimento com a Missão e sua dedicação à causa extrapolou sua capacitação profissional e fundiu-se com sua própria vida, a ponto de adotar dois indiozinhos, criando-os como filhos, mesmo sendo solteiro. Morava na Chácara da Missão Caiuá e faleceu no Rio de Janeiro, em junho de 1966, vítima de um câncer no pâncreas.

Marçal de Souza também foi, em parte, resultado da educação e influência do presbiterianismo na região. Tupã-Y, Marçal de Souza<sup>49</sup> nasceu em 24 de dezembro de 1920, em Ponta Porã. Aos três anos, mudou-se para Aldeia Karaiquê (Caarapó), até sete anos, e depois para Aldeia Jaguapiru – reserva indígena de Dourados. Órfão aos oito anos, passa a viver na Missão Caiuá, onde chegara órfão<sup>50</sup> e permaneceu até os 12 anos, quando se mudou para Campo Grande com um casal de missionários e, posteriormente, para Recife, com Dr. Alípio Correia de Castilho, oficial médico do Exército, e um dos

---

<sup>49</sup>Marçal de Souza Tupã i: Pequeno Deus, um grande ideal de uma história esquecida. Trabalho Final de Graduação realizado pelos alunos de Produção Multimídia da Faculdade Anhanguera Uniderp Dourados, sob coordenação do Professor Osni Dias. Produzido por Dalila Cividini, Ednaldo Rocha, Leonardo Fernandes e Marcos Bonilha – disponível <http://www.youtube.com/watch?v=Nf9SVXpAeiA>

<sup>50</sup> Segundo citação Leila Epps APUD Carvalho (2004, p.82), Marçal de Souza foi adotado por João José da Silva, o agrônomo da Missão e sua esposa D. Guilhermina.

primeiros presbíteros, de onde retornou após terminar seus estudos (TRAP, 1999, p.44).

Ao retornar a Dourados, foi contratado pela [Missão Caiuá](#) como [professor](#) de [criançasórfãs](#) e [intérprete](#) de [Guarani](#). Digno de nota é o registro do batismo e profissão de fé do índio Marçal de Souza, em 03 de abril de 1937, realizado pelo Rev. Felipe Landes, na Congregação Presbiteriana de Dourados.

Em [1959](#), fez um curso na [Organização Mundial de Saúde](#) (OMS), formou-se atendente de Enfermagem e trabalhou como recepcionista no Hospital Porta da Esperança, dentro da Missão Caiuá, na Aldeia Jaguapiru.

As mulheres evangélicas levaram ofertas para envio de Marçal de Souza ao Instituto Bíblico Eduardo Lane, em Patrocínio (MG), no curso de formação de liderança cristã para missionários. Marçal de Souza tinha vocação para discursos inflamados, o que era evidente quando pregava o Evangelho.

Em 1963, foi escolhido Capitão do posto da reserva indígena em Dourados, cargo ligado à FUNAI, onde permaneceu até 1967.

Atuou, também, como intérprete guarani-português, tendo a oportunidade de conviver com antropólogos e cientistas sociais, como Darcy Ribeiro e Egon Shaden, o que lhe proporcionou acesso ao conhecimento científico e cultural.

Mais tarde, afastando-se da Igreja Presbiteriana e discordando da postura da FUNAI, passou a viver intensamente suas raízes, afirmando: “quero viver com meus patrícios, defender o sangue que corre em minhas veias”.

No início dos anos 70, passou a denunciar os desmandos da FUNAI dentro da reserva indígena, a venda ilegal de madeira, erva-mate e gado, bem como a venda de índias entre 12 e 15 anos, que eram engravidadas por brancos e, como opção de fuga, escolhiam o suicídio. Marçal denunciou, também, a escravização de mão de obra indígena nas lavouras, por meio do sistema de adiantamento feito nos armazéns da Companhia Matte Laranjeira, onde os índios, utilizando-se dos produtos, antecipadamente, acabavam contraindo uma dívida interminável, fato que impedia sua saída dos ervais. Passou a ser conhecido como o porta-voz da comunidade indígena brasileira e participava de simpósios, encontros e conferências, tornando-se conhecido como o “índio peregrino”.

Foi o primeiro sul-mato-grossense a falar nas tribunas da ONU. Em 1980, na 14ª Assembleia Indígena, foi escolhido como representante dos povos indígenas do Brasil e fez um discurso na visita do Papa a este país.

Em 25 de novembro de 1983, Marçal foi brutalmente assassinado na porta de sua casa, aos 63 anos de idade, com cinco tiros, sendo um na boca, representando, simbolicamente, a tentativa de alguns setores da sociedade de calarem seu discurso em prol dos direitos dos povos indígenas. Muitos direitos indígenas, reconhecidos na Constituição de 1988, foram frutos da luta de Marçal de Souza.

É, hoje, o nome do Departamento de Direitos Humanos da OAB/MS e foi condecorado com a honra de Herói Nacional do Brasil pelo Governo Federal.

A Sra. Hilda Bergo Duarte merece registro devido à sua forte influência e colaboração com a obra presbiteriana em seus projetos pioneiros. Hilda Bergo Duartenasceu em Belo Horizonte (MG), em 17 de março de 1910. Filha de João Batista Bergo e Henriqueta Vecchi Bergo, cursou a escola normal e enfermagem prática. Casou-se com Dr. Antônio Alves Duarte, primeiro Diretor do Hospital Evangélico, com quem teve cinco filhos: Wilson, Norma, Thais, Antônio Eugênio e Hilda Henriqueta. Sr.ª Hilda Bergo trabalhou na Direção do Hospital, como secretária e tesoureira, e fez parte da Diretoria que fundou a Escola de Enfermagem Vital Brasil. Foi também enfermeira e uma das primeiras professoras de Dourados, no Ginásio Osvaldo Cruz. Criou o primeiro grupo teatral e o primeiro grupo coral do município. Faleceu em Dourados, em 08 de julho de 1962. Foi homenageada com nome de rua, da Escola Estadual Prof.ª Hilda Bergo Duarte, em Glória de Dourados (MS), e de uma ala de apartamentos, no Hospital Evangélico.

Vários outros nomes poderiam ser apresentados, porém esses servirão de referências e suficientes para a demonstração da contribuição política e econômica, conforme proposto acima.

## Capítulo 4 – Desenvolvimento da Obra Pioneira Presbiteriana

### 4.3- Desenvolvimento dos projetos pioneiros

Em sua Reunião Ordinária, a Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil aprovou o Relatório do Exercício da Missão Evangélica Caiuá /2010<sup>51</sup>. Neste relatório, percebe -se dados importantíssimos do alcance atual da Missão, muito além dos planos estabelecidos por seus pioneiros na proposta de ação holística de seu idealizador, Rev. Maxwell, e seus sucessores.

Essas ações que prestam assistência aos índios em diversas áreas, como saúde, educação e espiritual, proporcionaram à Missão Caiuá o reconhecimento de Entidade de utilidade pública Municipal, Estadual e Federal, recebendo o atestado de filantropia, em 25 de fevereiro de 1984<sup>52</sup>.

O Estatuto da Missão Caiuá destaca que os objetivos da entidade são, entre outros, ser regida pelos princípios cristãos de amor a Deus e ao próximo, promovendo ações na valorização do índio, preservação de sua cultura e identidade; promover a educação escolar, priorizar a vida e saúde individual e coletiva do indígena; valorizar as organizações indígenas, visando maior integração com as mesmas.

O Hospital Evangélico Dr. e Sr.<sup>a</sup> Goldsby King é, hoje, o maior complexo hospitalar do interior de Mato Grosso do Sul, que possui uma área de mais de 12 mil metros quadrados; está em expansão física e operacional e passou a ser gerido pela Associação Beneficente Douradense (ABD), criada em 1945, com esse propósito.

O Hospital Evangélico é, atualmente, referência em Dourados e para 34 municípios da região, além de países fronteiriços, como o Paraguai. Possui um corpo clínico de mais de 120 médicos e paramédicos, proporcionando

---

<sup>51</sup> Disponível em [http://www.executivaipb.com.br/Atas\\_CE\\_SC/CE/Ata\\_CE\\_2010.pdf](http://www.executivaipb.com.br/Atas_CE_SC/CE/Ata_CE_2010.pdf).

<sup>52</sup> Título de Entidade Filantrópica conforme Decreto nº 85.602 de 30/09/80 D.O. de 31/12/80; Título de Utilidade Pública Municipal conforme Lei nº 689 de 23/11/67; Título de Utilidade Pública Estadual conforme Lei nº 2. 831 de 20/06/68; Título de Utilidade Pública Federal conforme Decreto nº 85.602 de 30/09/80.

atendimento a um universo três vezes superior à população de Dourados, onde está sediado.

A Escola Vital Brasil desenvolveu seus cursos de formação profissional, expandindo-os em oferta de novos cursos e de atualização, formando mais de 85 turmas desde sua fundação.

A Escola Erasmo Braga, que iniciou suas atividades em instalações emprestadas com cadeiras e mesas construídas com reciclagem de caixotes de querosene, possui, hoje, instalações próprias em uma área de, aproximadamente, 12 mil metros quadrados, no centro da cidade de Dourados, e ensino de excelência, tendo por volta de mil alunos.

A Igreja Presbiteriana de Dourados expandiu seus trabalhos e, através dos diversos ministérios que desenvolve, alcançou apoio e sustento missionário e promoção de instalações de novas Congregações; atualmente, as Congregações Vista Alegre e Vila Vargas.

A IPB de Dourados foi, e ainda hoje é, referencial de apoio às demais ações presbiterianas em Dourados e região, tais como a Missão Caiuá, Escola Erasmo Braga, Hospital Evangélico, Congregações, Missionários etc.

#### **4.4- Alcance atual**

Hoje, a Missão Caiuá está presente em 7 municípios e 22 aldeias, prestando assistência a uma população superior a 40.000 indígenas<sup>53</sup>.

O Departamento Espiritual da Missão Caiuá atende todo o Centro-Sul do Estado, principalmente, as aldeias dos Caiuás, Guaranis e Terenas, nas quais há Igrejas organizadas e suas respectivas Congregações nos municípios de Dourados, Caarapó, Amambai, Coronel Sapucaia, Tacuru e Japorã.

A Igreja de Dourados se localiza na sede da Missão, ao lado da reserva indígena, onde se localiza a aldeia com, aproximadamente, 13 mil habitantes que são atendidos com o Templo Central na sede da Missão, além de outras 15 Congregações: Posto Velho; Narciso; Sardinha; Farinha Seca; Ângelo;

---

<sup>53</sup> Veja Quadro de Aldeias em anexo

1ª Congregação; Hebron; Monte Sião; Jardim Jerusalém; Maranata; Nhandejara Hapê; Peniel; Bororó; Betel; 2ª Congregação.

Estão sob jurisdição da Igreja Presbiteriana de Dourados, as Congregações nas aldeias de Panambizinho, Aldeia Campestre, Aldeia Kokwe'i, Lima Campo e os pontos de pregação nas aldeias de Cerro Marangatu, Gwira-Roka. A Igreja de Dourados tem 353 membros comungantes e 215 membros não comungantes.

Além da Igreja de Dourados, há também as Igrejas da Aldeia Caarapó, Aldeia Jarará, Rancho Jacaré, o Campo de Amambaí, Aldeia Limão Verde, Aldeia Gwaimbé.

A Missão mantém, em parceria com a Igreja Presbiteriana Indígena no Brasil, missionários em 6 cidades e 11 aldeias<sup>54</sup>, e ainda outras 8 aldeias sem obreiros fixos<sup>55</sup>. Existem, ainda, 7 aldeias não alcançadas<sup>56</sup>.

O Instituto Bíblico Felipe Landesoferece cursos de dois anos de duração, formando obreiros missionários para abertura de novos campos e pastoreio dos existentes, e de apoio na capacitação de liderança local. Esses cursos são oferecidos gratuitamente aos alunos, com o apoio das Igrejas do Rio de Janeiro.

Desde 1961, a Missão Caiuá trabalha em parceria com Summer Instituto de Linguística (SIL), antiga Missão Wicliff, para a tradução da Bíblia na língua Kaiwá, que era só falada. A primeira equipe de tradutores foi constituída pela antropóloga e linguista, Dra. Loraine Bridgeman, e o casal, John e Audrey Taylor, ele, Doutor em Antigo Testamento. Em 1986, foi concluído o Novo Testamento. Em 2007, a Dra. Loraine se aposenta e, com a morte do Dr. Taylor, as Missões SIL e ALEM enviam outro casal de linguistas, Cristiano e Elaine Barros, para continuarem o trabalho, que já tem concluído os livros de Gênesis, Salmos e Provérbios e cerca de 1/3 do Velho Testamento, além de um cancionário e material para a alfabetização em nossas escolas.

Na área de educação, na qual a Missão Caiuá foi pioneira entre os índios, existem hoje seis escolas de Ensino Fundamental com projeto pedagógico específico às necessidades dos índios, e que trabalham em convênio com as

---

<sup>54</sup> Veja Aldeias com Missionários Indígenas em Anexo

<sup>55</sup> Veja Aldeias sem Obreiros residentes em Anexo

<sup>56</sup> Veja Aldeias não alcançadas em Anexo

prefeituras da região: Dourados, Caarapó, Amambai, Coronel Sapucaia, Tacuru e Japorã<sup>57</sup>.

Na área da saúde, o desenvolvimento das ações da Missão Caiuá não é diferente. O Hospital Porta da Esperança mantém convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo seus leitos, inteiramente gratuitos, aos usuários, além do ambulatório, laboratório e consultório dentário.

Os recursos humanos somaram, em 2010, 91 funcionários<sup>58</sup>. O Corpo Clínico envolve Clínica Médica, Pediatria, Laboratório Clínico, Clínica Tisiológica, Clínica Obstétrica, Radiologia, Nutricionista, Fisioterapia, Plantonista<sup>59</sup>, com quase 29 mil atendimentos<sup>60</sup>, dos quais 206 foram gratuitos e na maioria absoluta pelo SUS<sup>61</sup>.

A Missão Caiuá, credenciada pelos longos anos de serviços prestados à causa indígena, em especial, através do Hospital Porta da Esperança, foi convidada pela FUNASA, com a qual estabelece convênio, para levar atendimento básico às famílias indígenas através de equipes de PSFi<sup>62</sup>, atuando nos Estados de Mato Grosso do Sul, Norte de Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão, Leste de Roraima e entre os Ianomâmis em Roraima e Amazonas, dos quais são assistidos mais de 163 mil índios. Assumiu também dois DSEis<sup>63</sup> em Rondônia.

Segundo dados do próprio Hospital Evangélico Dr. e Sr.<sup>a</sup> Goldsby King, este é o maior hospital do interior do Mato Grosso do Sul referência em saúde, que conta com Clínica de Anestesiologia, de Emergência, Médica, Cirúrgica, Ortopédica, Neurológica, Obstétrica, Ginecológica, UTI etc.

Há também o Centro de Tratamento de Câncer de Dourados, Quimioterapia, Laboratório de Análises Clínicas, Hemodiálise, Farmácia, Serviço Social, Relações Públicas, Psicologia, Capelania, Nutrição, Hemoterapia, Ambulatório que conta com recursos de Eletrocardiograma, Tomografia Computadorizada – Espiral, Ressonância Magnética, RX convencional, RX com intensificador de imagem, RX móvel, Ultrassonografia com Doppler, Videoendoscopia,

---

<sup>57</sup> Veja Escolas da Missão Caiuá em Anexo

<sup>58</sup> Veja Recursos Humanos Utilizados /Saúde - Missão Caiuá (2010) em Anexo

<sup>59</sup> Veja Corpo Clínico/ Saúde - Missão Caiuá (2010) em Anexo

<sup>60</sup> Veja Movimento Ambulatorial /Saúde - Missão Caiuá (2010) em Anexo

<sup>61</sup> Veja Atendimento Ambulatorial por Categoria/ Saúde - Missão Caiuá (2010) em Anexo

<sup>62</sup> **Programa de Saúde da Família Indígena (PSFI)**

<sup>63</sup> Distritos Sanitários Especiais Indígenas

Videocolonoscopia, Videoartroscopia, Videolaparoscopia, Litotripsia Extracorpórea, Eletroencefalograma, Espirometria, Colangiografia e Papilotomia Retrógrada etc.. Enfim, são oferecidos no hospital, serviços e atendimentos dos mais simples aos mais complexos, possível somente por equipe e equipamentos de níveis excelentes.

Em dezembro de 2000, o hospital conquistou o título Amigo da Criança, concedido pela OMS (Organização Mundial da Saúde) em parceria com o UNICEF, pela excelência no tratamento oferecido à criança, ao recém-nascido e à mãe. O HE foi o primeiro, nesse estado, a receber tal nomeação.

Com a retomada do atendimento ao SUS, o HE assume o controle da unidade do Hospital da Mulher, que era administrado pelo Município, onde presta serviço de urgência e emergência às mulheres e aos recém-nascidos.

Também, o Hospital da Vida passa a ser administrado pelo HE, onde presta atendimento de urgência e emergência da Grande Dourados e Conesul, com unidade de Pronto-Socorro, UTI e Centro Cirúrgico.

Segundo histórico fornecido pela ABD (Associação Beneficente Douradense), a Escola Vital Brasil, com mais de 50 anos de atividade, formou mais de 2000 (dois mil) profissionais na área de saúde, entre auxiliares, técnicos em enfermagem, técnicos em radiologia e outros. Também desenvolveu sua capacidade administrativa e física para melhor cumprir sua missão de proporcionar Educação Profissional de Nível Médio, com capacitação técnica em curso e programas de formação inicial e continuada.

Ainda segundo o histórico, a Escola Vital Brasil já firmou parcerias para execução de projetos junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal. Participou do PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional), do PROFAE (Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem), desenvolvendo cursos de qualificação profissional de Auxiliar de Enfermagem, em parceria com o Ministério da Saúde.

Atualmente, são oferecidos cursos de Técnico em Enfermagem; Técnico em Radiologia; Auxiliar de Laboratório; Instrumentação Cirúrgica e Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho. Desde sua fundação até abril de 2010, a escola formou 85 (oitenta e cinco) turmas de profissionais de nível médio na área da Enfermagem.

Hoje em dia, a Escola possui 09 turmas em andamento do Curso Técnico em Enfermagem, 02 turmas do Curso Técnico em Radiologia e 01 turma de Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho.

A escola firmou convênios com a UNIGRAN (Universidade da Grande Dourados), para uso de Laboratórios de Anatomia e de Informática, e com a Secretaria Municipal de Saúde e com o Hospital Universitário para utilização do campo nos estágios dos alunos de Enfermagem e Radiologia. Porém, a maioria dos estágios supervisionados é desenvolvida no HE.

O Relatório Anual do Hospital Evangélico Dr. e Sr.<sup>a</sup> Goldsby King/ 2010, apresentado à Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, é aprovado com observações que evidenciam o excelente desenvolvimento e serviço prestados.

A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE: 1. Aprovar 2. Destacar: a) a boa estrutura física do hospital e boa quantidade de especialidades médicas; b) o comodato com o Estado do Mato Grosso do Sul na administração do Hospital da Vida que atende 34 municípios com uma população de 735.920 pessoas; c) Quanto à Escola de Enfermagem Vital Brasil: o bom número de profissionais formados e em formação; d) Agradecimento ao Capelão Rev. Antônio Balbino Martins pelos serviços prestados pelo mesmo. e) Quanto ao Hospital da Mulher: a execução de 284 cirurgias eletivas; 2744 partos; o serviço de banco de leite; UTI Neonatal com cerca de 25 internações por mês; f) Quanto ao atendimento anual do Hospital Evangélico Dr. e Sr.<sup>a</sup> Goldsby King: - Internações: 20.932; Partos: 3.474; Cirurgias: 7.318; Consultas Ambulatoriais: 153.514; Procedimentos ambulatoriais: 137.385 (pequenas cirurgias, curativos, retiradas de gesso; imobilizações, injeções, inalação); Serviços complementares ambulatoriais: 191.450 (exames radiológicos; exames laboratoriais, ECG, endoscopia, ultrassom, tomografia, ressonância magnética, ecocardiograma, litotripsia, colonoscopia, colangiografia, hemodiálise, diálise peritoneal, quimioterapia, radioterapia); g) Considerando-se que o hospital é uma entidade filantrópica em sua essência, registra-se o fato de haver dados escassos sobre a parte filantrópica do hospital; 3. Tomar conhecimento que a Igreja Presbiteriana do Brasil, através do seu representante e do presidente do SC, tem acompanhado o processo envolvendo a instituição, inclusive estando presente na região, reunindo-se com a instituição, liderança da Igreja e autoridades locais; 4. Solidarizar-se com a instituição neste momento que ela está passando e reiterar a disposição de apoio. (Disponível em: [http://www.executivaipb.com.br/Atas\\_CE\\_SC/CE/Ata\\_CE\\_2010](http://www.executivaipb.com.br/Atas_CE_SC/CE/Ata_CE_2010).)

Em seu desenvolvimento, a Escola Erasmo Braga passou por momentos difíceis, porém, superados. É digna de nota a perseverança da administração da Escola Erasmo Braga (EB) na integração do aluno em ambiente de valores éticos e morais que permearam seus fundadores e as gerações que ali passaram, o que se evidencia na compreensão de sua missão e filosofia que a própria EB apresenta em seu site:

**Nossa Missão** A *Escola Presbiteriana Erasmo Braga* tem a missão de oferecer à comunidade escolar uma educação diferenciada e comprometida com a qualidade de ensino e um currículo norteado pelas verdades da Palavra de Deus, com a finalidade de conduzir o aluno ao conhecimento e ao desenvolvimento do caráter cristão, preparando-o para a construção de uma sociedade justa e respeitada. **Filosofia** Proporcionar ao aluno condições favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades, embasado nos princípios cristãos de amor ao próximo, visando a participação do mesmo na construção de uma sociedade justa e respeitada. **“E nós conhecemos e cremos no amor que Deus tem por nós, Deus é amor, e aquele que permanece no amor permanece em Deus, e Deus nele”**. 1 JO 4:16 (Disponível em: <http://www.erasmobra.com.br>)

A estrutura administrativa da EB é composta por um Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, além da Direção da Professora Ester Duarte Gomes que afirma:

A Escola Presbiteriana Erasmo Braga surgiu do sonho de um povo sedento por “saber” e do pioneirismo dos presbiterianos que sempre se preocuparam com a educação, a saúde, o bem-estar físico e espiritual do ser humano. Revendo a trajetória de perdas e ganhos, lágrimas e alegrias, fracassos e vitórias da nossa instituição, percebemos que: “...até aqui nos ajudou o Senhor” (1 Sm 7:12). (Disponível em: <http://www.erasmobra.com.br/a-escola/palavra-da-direcao>)

O entusiasmo de sua Diretora está fundamentado em fatos, tais como o crescimento de mais de 400% de alunos matriculados na última década.

A Escola oferece, hoje, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e adotou o Sistema Mackenzie de Ensino que, segundo a Professora Ester Gomes, em sua “proposta de ensino, reforça e estimula a busca pelo saber, pelo ser, pelo ter e pelo conviver”.

Assim, a Escola EB apresenta a Dourados, agora com, aproximadamente, 200 mil habitantes, um ensino voltado para a educação dentro da cosmovisão bíblica e que proporcione a seus alunos o desenvolvimento de suas potencialidades.

A visão social da Escola EB ainda é preservada com a oferta de assistência educacional, equivalente a 30% da receita da Escola, bem como de ações sociais, tais como doações às instituições locais: Missão Caiuá, Lar Ebenézer, Lar dos Idosos, Ação Mackenzie Voluntário, Biblioteca da AGEKOM (Associação dos Coletores de Lixo para Reciclagem), entre outras iniciativas de estágios que proporcionaram a Certificação de Escola Solidária pelo MEC.

A Igreja Presbiteriana reconhece os serviços e desenvolvimento desta Escola, ao aprovar seu relatório do exercício de 2010,

A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE: 1) Aprovar; 2) Destacar: a) A boa coordenação pedagógica com excelentes projetos baseados na cosmovisão cristã calvinista com resultados significativos, tanto na aprendizagem dos alunos quanto no bem-estar de toda a família; b) A boa administração estratégica com um crescimento de 421,8% no período de 10 anos, com número de alunos passando de 263 para 915 alunos; c) A avaliação periódica e constante da instituição, demonstrando a preocupação com a transparência; d) Saúde financeira com receita de [...]e um superávit de [...] e [...] 3) Registrar voto de apreciação pelo esforço e competência da gestão atual da escola.(Disponível em [http://www.executivaipb.com.br/Atas\\_CE\\_SC/CE/2010](http://www.executivaipb.com.br/Atas_CE_SC/CE/2010)).

## Considerações Finais

A análise da história do Presbiterianismo no Sul de Mato Grosso evidencia a perpetuação de certas ações políticas, administrativas e econômicas na região, que parecem ser reflexo do passado. Por exemplo, em 1609, Felipe II determinou as reduções dos índios pelos jesuítas e a primeira dessas reduções ocorre na região de Guará (1610). Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que, em 1917, demarcou a terra da Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa, em Dourados, para o grupo Guarani-Kaiowá. Trezentos e sete anos a ação é repetida, cada uma com suas justificativas peculiares, e contextos históricos específicos, mas com um só objetivo, ocupação, posse e “desenvolvimento” territorial.

Território este, que, muitas vezes, não recebia atenção devida dos governos. Basta lembrarmos que, no mesmo período da Revolução Francesa (1789), para muitos, foi fruto do Iluminismo e da Independência Americana, quando também ocorria no Brasil a prisão dos líderes da Conjuração Mineira e a capitania de Mato Grosso não tinha, ainda, estabelecida suas fronteiras internas nem internacionais delimitadas. A atenção à capitania residia somente no interesse da exploração das minas ao Norte, na região de Cuiabá, deixando o Sul desprotegido e sem assistência por muito tempo, quase que isolado, até os avanços paraguaios tentarem conquistar a região.

Alguns contrastes são percebidos além da questão acima. O mato-grossense era conhecido como um povo violento, a ponto de se usar a antiga expressão “lei de Mato Grosso é o 44<sup>64</sup>”. Os hábitos, que justificavam essa fama, eram, há muito, adotados, principalmente, pela natureza da conquista do território dos colonizadores, que lutavam contra índios, espanhóis e paraguaios, enquanto ainda permaneciam em estado de abandono. Outro fator contribuinte a essa fama eram as constantes agitações, levantes e revoluções, por questões políticas, que geravam constantes conflitos armados na região. Era, portanto, parte da cultura do povo mato-grossense, o espírito de lutas, armas e violência.

---

<sup>64</sup> Expressão comum entre os viajantes que passavam pelo Estado em referência à violência e hábito dos homens andarem armados. O “44” é o revólver calibre 44 muito utilizado na época.

Isso, entretanto, não implicava em completa ignorância cultural ou alienação das ideias e ideais de seu tempo. O movimento abolicionista é um bom exemplo para análise. O Censo de 1872 registrou 771 escravos e diversos negócios de escravos anotados em cartório na região. Porém, esses escravos tinham tratamento diferenciado das outras partes do país. Ao Sul de Mato Grosso, eles eram como que agregados, trabalhando na pecuária e lavoura de subsistência. Em 1885, o Clube Emancipador Mirandense declarou, em 12 de fevereiro, livre todos os escravos da Vila de Miranda, iniciativa esta aplaudida e apoiada pela Câmara Municipal. Em Paranaíba, praticamente, todos os escravos haviam sido alforriados. Ou seja, apesar de todo o atraso no desenvolvimento de infraestrutura, e apesar de ser conhecido como povo violento, já havia no cerne cultural, daquele povo, o desejo libertário que promoveu e antecipou ações abolicionistas Imperiais como a Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Abolição, em 1888. Os levantes e revoluções, que também promoveram a fama de violentos aos mato-grossenses, eram, em sua essência, manifestação desse desejo libertário.

Em Cuiabá, a inserção protestante se deu em meio às controvérsias com padres católicos, principalmente, com o Rev. Felipe Landes, bem como, com uma inserção em um contexto totalmente diferente dos, anteriormente, vivenciados no Brasil, quando essa, foi motivada pelas colônias de imigrantes.

Em Mato Grosso, especialmente em Cuiabá, a fé evangélica presbiteriana ocorreu com o protestantismo de missão, que encontrou uma sociedade formada a partir do surto minerador do século XVIII, onde havia um discurso de modernidade na sociedade cuiabana, que buscava a transformação social, cultural e econômica da região em processo de reconstrução da imagem de atraso da região, em virtude de diversos fatores, como a Guerra do Paraguai, que havia praticamente destruído grande parte das cidades e vilas, além das epidemias como a varíola, das constantes revoluções, do senso moral e ético da sociedade etc.

Nesse ambiente de boa aceitação ao discurso da modernidade, os protestantes foram vistos como os representantes de um país civilizado, os Estados Unidos. Outro fator, era a forma de governo eclesiástico presbiteriano, que se coaduna com o desejo de modernidade, em oposição ao clericalismo católico. Assim sendo, fica evidente que, ao encontrarem um ambiente

favorável, os missionários presbiterianos adotaram estratégias e aproveitaram oportunidades para a inserção da Igreja e dos princípios reformados em um ideal que visa à transformação da sociedade cuiabana, que já buscava a modernização e transformação social.

A presença dos protestantes presbiterianos no Sul do Estado se deu em outro contexto social e com a peculiaridade que lhe é singular.

O protestantismo, ao Sul do Estado, ocorreu na coexistência do protestantismo missionário e de imigração. Este, quando ocorreu o surgimento da Igreja em Campo Grande, face às necessidades dos membros da Igreja de Cuiabá, que mudaram para Campo Grande. O missionário, e primeiro no Sul do Estado, em uma ação missionária do Rev. Albert Sidney Maxwell, da *Presbyterian Church in the United States*, estabeleceu uma ousada conexão do ecumenismo com missões, como ocorreu no II Congresso da Obra Cristã na América Latina, ou Congresso de Montevideú, que não somente estabeleceu as diretrizes para evangelização indígena, mas conseguiu superar o, ainda latente, ambiente divisionista Presbiteriano no Brasil. Isso se deu através da Comissão Brasileira de Cooperação (CBC) e das diretrizes e estratégias adotadas pela Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil (AECI), da qual se originou a Missão Evangélica Caiuá, em Dourados.

O Presbiterianismo não alcançou somente migrantes e indígenas, mas também imigrantes, como se percebe no relato missionário da primeira Escola Dominical, quando foi registrada a presença de sírios.

Boanerges Ribeiro, em *Protestantismo no Brasil Monárquico* (1973), demonstra que o protestantismo soube perceber as oportunidades na sociedade, onde penetrou e difundiu seus princípios, mesmo enfrentando resistências adversas. O que ocorreu também no Sul de Mato Grosso.

Já para Mendonça, em *O Celeste Porvir* (2008), o protestantismo brasileiro foi inserido entre a população pobre e rural e a mensagem protestante, inicialmente portadora do liberalismo e da modernidade, mostrou-se incapaz de acompanhar as transformações sociais e fechou-se às inovações, apresentando um conservadorismo condicionado expresso na herança escolástica protestante que se prendeu ao pietismo dos séculos passados. Essa mentalidade conservadora e individualista do protestantismo

afastou-o dos movimentos sociais e tornou nula sua presença na cultura, na política e nos movimentos de transformação social.

O que não se evidencia na inserção do Presbiterianismo, ora estudado, que este, mantém o caráter inovador e libertário, como mostra Biéler (1999, p.37,38), um “fermento revolucionário, semente de liberdade que liberta o homem dos conformismos religiosos, sociais e políticos e o encoraja a iniciativas benéficas que lhe sugere o Evangelho”. Sendo assim, promotor do enriquecimento da sociedade, através da força espiritual dinâmica que a conduz a seu apogeu.

Nesse sentido, sem triunfalismo utópico, o Presbiterianismo tem novos desafios a enfrentar, partindo da reflexão realista sobre os novos desafios impostos ao Presbiterianismo na região. Assim como os erros do passado não impedem novos desdobramentos no desenvolvimento, reconhecer as conquistas, superações, sacrifícios e inúmeras vitórias do passado não deve prender a Igreja numa visão triunfalista estacionária e não a exime da responsabilidade do investimento mais intenso e efetivo no que tem sido eficiente, para que o seja cada vez mais e melhor.

Para isso, é preciso identificar quais as necessidades da sociedade que, hoje, não é mais de 2 mil habitantes e sim, de 200 mil habitantes, só em Dourados. As abordagens adotadas pela Missão Caiuá em sua inserção precisam ser reavaliadas e aperfeiçoadas.

Certamente, a abordagem industrial e econômica inicial, que tinha entre seus objetivos, a fixação dos índios, precisa desenvolver não somente a formação profissional de jovens e adultos, mas também sua inserção no mercado de trabalho, o que é um dos maiores desafios aos índios que se formam ou profissionalizam. Wilson Matos, um dos indígenas formado em Direito em 2003 e consultor jurídico do Observatório de Direitos indígenas (ONDIN), atesta que a inserção do indígena no mercado de trabalho não é fácil e que se faz necessária adoção de políticas públicas nesse sentido<sup>65</sup>.

A abordagem educacional é exemplo desta releitura e aperfeiçoamento ao expandir sua ação além da alfabetização e transmissão de conteúdos pedagógicos, adotando como na Escola Erasmo Braga do Sistema de Ensino Mackenzie, assumidamente confessional em sua preocupação de transmissão

---

<sup>65</sup> In [www.jovensindigenas.org.br/reserva-indigena-de-dourados](http://www.jovensindigenas.org.br/reserva-indigena-de-dourados)

de valores éticos e morais cristãos, dentro de uma cosmologia bíblica reformada. Dentro da cosmovisão reformada e, portanto, Presbiteriana, esse deveria ser o sistema de ensino implantado nas escolas, sob responsabilidade da Missão Caiuá nos vários municípios da região.

A abordagem médica desenvolvida, certamente, ultrapassou as expectativas iniciais de substituir os métodos de cura dos indígenas e no tratamento de doenças e enfermidades num hospital criado e mantido por atos de amor e dedicação heroica; e hoje, abrange, como foi dito, um convênio com a FUNASA, prestando atendimento básico às famílias indígenas de vários Estados da União, alcançando uma população de mais de 160 mil índios. O Hospital Evangélico, o maior do interior do Estado, se tornou referencial em saúde na região e em até países vizinhos, com serviços prestados com excelência.

Mas, isso se deve ao desenvolvimento dos projetos, investimentos e envolvimento da Igreja ou são avanços na prestação de serviços promovidos por iniciativa estatal? Nesse caso, estão os mantenedores preparados para gerirem essa parceira? Até que ponto a Igreja deve assumir, mesmo que com recursos financeiros governamentais, a prestação de serviços essenciais à sociedade que são de responsabilidade direta do gestor público? Até que ponto poderá o Presbiterianismo ceder sua credibilidade, história de conquistas e realizações ao setor público, tão recheado de omissão e corrupção, também históricas nesta nação?

A abordagem social, estabelecida para contribuir na resolução dos conflitos e exploração dos indígenas, deve continuar a ser instrumento eficaz para o Presbiterianismo no combate à exploração trabalhista dos índios.

Recentemente, a mídia explicitou os problemas sociais vivenciados pelos indígenas e muito conhecidos em Dourados.

Num espaço de quatro meses, a cidade de Dourados foi destaque de forma negativa no Programa do Fantástico, da Rede Globo. A primeira vez foi em setembro passado, com a prisão do então prefeito Ari Artuzi, secretários e empresários. Anteontem, vieram à tona os **problemas socioeconômicos vivenciados pelos indígenas das aldeias Jaguapiru e**

**Bororó** e fronteira. **Prostituição, drogas e violência** foram as temáticas abordadas pela reportagem do Fantástico durante entrevistas com indígenas, em Dourados e Ponta Porã. O caos, divulgado em rede nacional, não é novidade para quem conhece de perto a realidade dos índios, pelo menos os que moram em Dourados. Problemas antes presenciados na cidade, agora, tornaram-se rotina entre os indígenas. **A forte presença de drogas é um dos principais entraves que desencadeiam os conflitos familiares**, conforme avalia o Cacique Renato de Souza, da tribo Guarani. O Cacique afirma que os indígenas sabem quem são as pessoas que usam drogas. “Já falei, inclusive, com a Funai (Fundação Nacional do Índio) sobre **esse problema que a cada dia cresce entre a gente**. (Um caso nacional. Disponível em:[www.jovensindigenas.org.br/reserva-indigena-de-dourados;13 de março de 2012](http://www.jovensindigenas.org.br/reserva-indigena-de-dourados;13 de março de 2012))<sup>66</sup>.

O Presbiterianismo está diante do desafio do combate às drogas, prostituição, exploração, violência e até mesmo o suicídio dos índios Caiuás. Porém, o enfrentamento desse desafio requer, da Igreja, ações que promovam a restauração da dignidade do ser humano, seja ele indígena ou não. Essas ações devem transcender as ofertas de sabonetes, creme dental, toalhas, cobertores e roupas usadas que são destinadas à Missão Caiuá. Essas ofertas são preciosas, porém, insuficientes na transformação da realidade social.

Compreender o complexo fenômeno desta inserção não é fácil, devido às suas múltiplas abordagens e desafios. Se, no período da inserção esses desafios residiam em questões de infraestrutura e das barreiras ecumênicas vencidas, hoje, outras questões surgem para a continuidade e desenvolvimento do Presbiterianismo.

Não mais a questão ecumênica, tal como era vista no passado, mas, talvez, do testemunho de algumas igrejas denominadas “evangélicas” que produz inúmeros escândalos e deturpam a pregação presbiteriana, caminhando, absolutamente, num sentido contrário à presença pioneira e hodierna do Presbiterianismo.

---

<sup>66</sup> Grifo do autor

Este, como demonstrado nesta pesquisa, desde sua inserção e até os dias atuais, apresenta seriedade e comprometimento com sua prédica e sociedade, através dos vários empreendimentos aqui tratados. Aqueles, com suas “contribuições” ao noticiário policial e que degenera a imagem do protestantismo, já que para os leigos, todos são igualmente “crentes”.

Mendonça (2008, p.360) diz que o protestantismo era visto como uma nova religião, caracterizada pelo saber, que promovia o conhecimento bíblico e dos símbolos de fé, pela crença, isto é, por seus princípios éticos e expectativa milenarista e num comportamento piedoso, que era o cultivo pessoal da fé. Hoje, muitas das chamadas “igrejas evangélicas” têm produzido uma religiosidade superficial, muito próxima do contexto histórico dos pioneiros e mesmo do período antecedente à Reforma Protestante. O mesmo Presbiterianismo que se inseriu naquela sociedade, portador de mensagem e ações dinâmicas e modernas no enfrentamento de questões próprias de seu tempo, não poderá mostrar-se incapaz no enfrentamento das novas questões.

Existem ações nesse sentido, principalmente, se observarmos o palco inicial dessa inserção, a cidade de Dourados, onde o Presbiterianismo não esteve alienado das transformações sociais. Pelo contrário, as promoveu não tornando nula ou insignificante sua participação política, e que não ignora a deturpação da mensagem protestante, ao contrário, há promoção no resgate dessa mensagem, seja no aspecto doutrinário da Igreja Presbiteriana de Dourados, seja na promoção dos princípios éticos e morais reformados, como vemos no Sistema de Ensino Mackenzie na Escola Erasmo Braga.

Certamente, as ações sociais não devem ambicionar a substituição e responsabilidade do Poder Público. A promoção da assistência médica pelas Instituições Presbiterianas não pode tornar-se um instrumento terceirizado gratuito para um Estado omissivo ou acomodado. Porém, ao mesmo tempo, é responsabilidade da Igreja a promoção da saúde e do bem viver da população carente. Essa questão não reside no que é preciso, ou não, fazer, mas sim, como fazer. Ou seja, a Igreja deve refletir sua contribuição como instrumento do Estado ou real promotora de suas ações, inclusive, financeiramente, tornando-se agente de transformação e de construção de uma sociedade nos parâmetros éticos e bíblicos, como promove na educação.

O Presbiterianismo tem, diante de si, novos desafios a serem enfrentados, para a continuidade da transformação social, tal qual a promovida pelos presbiterianos pioneiros, que demonstrou ser eficaz e duradoura.

## Referências Bibliográficas:

ATA nº 1 Da Reunião de Planejamento da criação de uma escola de enfermagem anexa ao Hospital Evangélico "Dr. e Sr.<sup>a</sup> Goldsby King" de Dourados, de 24 de fevereiro de 1953.[TEXTO MIMÉO]

ATA nº02, Da Fundação da Escola de Enfermagem, de 03 de março de 1953[TEXTO MIMÉO]

ATA nº3 Da Instalação do Curso de Enfermagem na Escola de Enfermagem Vital Brasil, de 31 de março e 1953.[TEXTO MIMÉO]

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO SUPREMO CONCÍLIO DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL – 2010; [TEXTO MIMÉO] Disponível em [www.executivaipb.com.br/Atas CE SC/CE/Ata CE 2010.pdf](http://www.executivaipb.com.br/Atas_CE_SC/CE/Ata_CE_2010.pdf). Acesso: 12 de março 2012:às 20:20hs

BIÉLER, André. *A Força Oculta dos Protestantes. Oportunidade ou Ameaça para a Sociedade?* São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999.

BERBERT, Rev. Ildemar de oliveira [TEXTO MIMÉO]inBoletim nº 1.109 de 08 de maio de 2011, Igreja Presbiteriana central de Dourados.

\_\_\_\_\_ [TEXTO MIMÉO]inBoletim nº 1.110, 05 de maio de 2011. Presbiteriana central de Dourados.

CAMPESTRINI, Hildebrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, 2002

\_\_\_\_\_. *Mato Grosso do Sul. Conflitos étnicos e fundiários*. Campo Grande: ? , 2009.

CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, Raquel Alves de. *Os missionários metodistas na região de Dourados e a educação indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928-1944)*. [TEXTO MIMÉO]2004. 98 f. Dissertação(Mestrado em Educação) – UNIMEP, Piracicaba.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéia e bandidos em Mato Grosso: (1889-11943)*. 2ª ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2006.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. *Raízes da teologia contemporânea*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

CRESPIN, Jean. *A tragédia da Guanabara*. [tradução Domingos Ribeiro, Norma Cristina Guimarães Braga e Susana Klassen]. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

CRUZ, Sebastião Pereira e Paula, ADONIRAM Judson de. *Ontem e hoje, uma linda história. Igreja Presbiteriana do Bairro Amambaí- Cinquenta anos de lutas e vitórias.?*

*ESTATUTO. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOURADENSE*[TEXTO MIMÉO]disponível em:[http://www.ipbafonsopenasjp.com.br/files/assoc\\_benef\\_douradense\\_estatutos](http://www.ipbafonsopenasjp.com.br/files/assoc_benef_douradense_estatutos). Acesso: 09 de março de 2012, 115:54hs

FERREIRA, Júlio Andrade, *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Vol. 2. 2ª edição. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.*

GONÇALVES, Carlos Barros. *O movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da Missão Caiuá em Dourados*. [TEXTO MIMÉO]/ Carlos Barros Gonçalves. – Dourados, MS: UFGD, 2009. 223p.

HACK, Osvaldo Henrique. *Sementes do calvinismo no Brasil Colonial*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

*HISTÓRICO*<http://www.hospitalevangélico.com.br/novo/hospital.php> - [TEXTO MIMÉO] [Pesquisado em 15](#) de agosto de 2011, às 16:30hs

LOPES, Edson Pereira. *A Inter-relação da teologia com a pedagogia no pensamento de Comenius*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

LIVRO DE ATAS Nº2[TEXTO MIMÉO] Associação Evangélica de catequese dos Índios, p.30, de 28 fevereiro de 1963.

LUZ, Waldyr Carvalho. *John Knox – O Patriarca do Presbiterianismo*. Campinas: Luz para o Caminho, 1999.

MATOS, Alderi Souza de. *História do Presbiterianismo*. [Texto Mimeo]. Disponível em: <http://www.ipb.org.br/portal/historia>. Acesso em: 18 de ago. de 2011, 10h30min.

\_\_\_\_\_. *Universidades Protestantes: Benefícios e riscos*. [Texto Mimeo]. Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/329>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012, 10h10min.

\_\_\_\_\_. <http://monergismo.com/biografia-rev-philip-sheeder-landes> Acesso em: 05 de março de 2011, :às 22.20hs

\_\_\_\_\_. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

\_\_\_\_\_. *Uma Igreja peregrina: história da Igreja presbiteriana do Brasil de 1959 a 2009*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir: a Inserção do Protestantismo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ. [TEXTO MIMÉO] Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/261/o-mineiro-com-cara-de-matuto-na-missao-evangelica-caiua>. Acesso: em 24 fevereiro de 2012, às 09:06hs

NASCIMENTO, Jonas Furtado do. *Missão caiuí: um estudo da ação missionária Protestante entre os índios guarani, Kaiowá e terena*. [TEXTO MIMÉO] Dissertação de Mestrado em Ciências da religião na Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2005.

PALERMO, Miguel A. *Nioaque Evolução Política e Revolução de Mato Grosso*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato grosso do sul, 1992.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822-1888: aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil*. São Paulo; Pioneira, 1973.

RIBEIRO, DARCY. *Religião e Mitologia Kadiuéu*. Serviço Nacional de Proteção aos Índios. Publicação nº 106. Rio de Janeiro, 1950.

SANTOS, Sérgio Ribeiro. *A Inserção do Protestantismo em Cuiabá na Primeira República*. Cuiabá, [s.n.], 2010.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654)* 3ª edição. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

TRAPP, Carlos Osmar. *Evangélicos em Campo Grande. Origens e desenvolvimento*. Campo Grande: [s.n.], 1999.

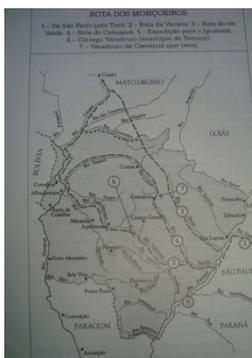
UM CASO NACIONAL. [TEXTO MIMÉO]. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/reserva-indigena-de-dourados>; Um caso nacional. Acesso em 13 de março de 2012; 14:45hs

<http://www.erasmobraga.com.br> [TEXTO MIMÉO] Acesso em 15 de março de 2012; às 09:20hs

[http://www.ipb.org.br/uph/arquivo/secretaria\\_missoes/geral\\_caiua.html](http://www.ipb.org.br/uph/arquivo/secretaria_missoes/geral_caiua.html) - Pesquisado em 16 de abril de 2011, às 20:30hs

<http://www.youtube.com/watch?v=Nf9SVXpAeiA> Marçal de Souza Tupã i : *Pequeno Deus, um grande ideal uma história esquecida*. acessado em 07 de março de 2012, às 22:10 hs

## ANEXOS:



## ANEXO A - Rota dos Monçoeiros



## ANEXO B - Primeiros Núcleos no Sul de Mato Grosso

MUNICÍPIOS	ALDEIAS	TOTAL
DOURADOS	Bororó	6.681
	Jaguapiru	5.001
	Panambezinho	322
	Lima campo	240
<b>Total hab. Aldeias de Dourados</b>		<b>12.113</b>
CAARAPÓ	Caarapó	5.078
	Jarerá	482
	Rancho Jacaré	378
	Taquara	279
<b>Total hab. Aldeias de Caarapó</b>		<b>6.197</b>
AMAMBAI	Amambai	7.066
	Guaimbé	491
	Guassuty	431
	Jaguari	315
	Limão Verde	1.214
<b>Total hab. Aldeias de Amamba</b>		<b>9.202</b>
CORONEL SAPUCAIA	Taquapiry	2.884
	Sete Cerros	485
<b>Total hab. Aldeias de Cnel Sapucaia</b>		<b>3.369</b>
TACURÚ	Sassoró	2.447
	Jaguapiré	1.058
<b>Total hab. Aldeias de Tacurú</b>		<b>3.505</b>
JAPORÁ	Cerrito	672
	Porto Lindo	4.225
<b>Total hab. Aldeia Japorá</b>		<b>4.897</b>
ANTONIO JOÃO	Campreste	431
	Cerro Marangatu	614
	Kokwe'y	151
<b>Total hab. Aldeias de Antonio João</b>		<b>1.196</b>
<b>T. Municípios - 07</b>	<b>T. Aldeia - 22</b>	<b>40.479</b>

## ANEXO C -Quadro de Aldeias - Missão Caiuá –(2010)

Disponívelem [http://www.executivaipb.com.br/Atas\\_CE\\_SC/CE/Ata\\_CE\\_2010.pdf](http://www.executivaipb.com.br/Atas_CE_SC/CE/Ata_CE_2010.pdf)

MUNICÍPIOS	ALDEIAS	POPULAÇÃO	MISSIONARIOS
AMAMBAI	Limão Verde	1.226	Inocência Franco Vera
			Rev. Antonio Caselão
	Amambai		Janio Ganchês e Dairane
	Rancho Jacaré	349	Virgíneo Alzira
ANTONIO JOÃO	Campreste	427	Sabatino Padra
	Kokwe'y	151	Manoel V. Martins
	Taquapiry	Gwassuty	Severino Arce
CAARAPÓ	Jararó	413	Rogério Daniel
	Stucun	218	Rogério Daniel
MARACAJU			Rogério Daniel
	Panambezinho	325	Natanail V. Cáceres
DOURADOS		5.001	Jorge e Juscelino; Presb. Cassiano e Máxima; Presb. Zoroastro e Vanda; Janio e Aulia;
	Jaguapiru		Rev. Xisto Sanchez; Rev. Alzira e Eunice; Rev. Helio Nambu e Dulce; Presb. Guilherme e Maurício; Presb. Elder e Laura; Presb. Jayson e Sônia
			Presb. Solvador ; Presb. Dorival, Osvaldo e Nilda
	Bororó	5.681	

## ANEXO D -Aldeias com Missionários Indígenas -- Missão Caiuá –(2010)

Disponível em [http://www.executivaipb.com.br/Atas\\_CE\\_SC/CE/Ata\\_CE\\_2010.pdf](http://www.executivaipb.com.br/Atas_CE_SC/CE/Ata_CE_2010.pdf)

	ALDEIAS	POPULAÇÃO
1	Jagwapiré-MS	779
2	Cerrito-MS	670
3	Lima Campo-MS	246
4	Gwaimbé-MS	475
5	Jagwari-MS	308
6	Porto Cambira	97
7	Gwyrá-Roka	160
8	Cerro Marangatu	605
Total		3.340

#### ANEXO E -Aldeias sem Obreiros residentes- Missão Caiuá –(2010)

Disponível em [http://www.executivaipb.com.br/Atas\\_CE\\_SC/CE/Ata\\_CE\\_2010.pdf](http://www.executivaipb.com.br/Atas_CE_SC/CE/Ata_CE_2010.pdf)

	ALDEIAS	POPULAÇÃO
1-	Yvy Katu	328
2-	Taquara	279
3-	Pirakwa	552
4-	Sete Cerros	485
Total		1.644

#### ANEXO F - Aldeias não alcançadas - Missão Caiuá (2010)

Disponível em [http://www.executivaipb.com.br/Atas\\_CE\\_SC/CE/Ata\\_CE\\_2010.pdf](http://www.executivaipb.com.br/Atas_CE_SC/CE/Ata_CE_2010.pdf)

SÉRIE	APROVADOS	REPROVADOS	DESISTENTES	TRANSFERIDOS	MATRÍCULA GERAL	MATRÍCULA REAL
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL		
1ª	141	-	08	01	154	151
2ª	261	11	05	10	287	277
3ª	214	122	07	08	251	243
4ª	282	99	13	12	406	384
5ª	211	02	08	08	292	281
6ª	193	38	18	08	253	241
7ª	68	27	25	04	124	120
8ª	66	15	15	01	97	96
9ª	54	06	03	01	64	51
10ª	47	02	08	02	53	51
Total - Ens. Fund.	1.538	380	188	68	2.081	1.996
1ª	01	07	21	00	33	33
2ª	17	02	17	10	39	39
3ª	20	06	22	01	49	48
4ª	21	01	25	08	55	58
Total - EJA	60	19	85	01	171	170
TOTAL GERAL	1.604	399	193	69	2.252	2.166

#### ANEXO G -Escolas da Missão Caiuá - Missão Caiuá (2010)

Disponível em [http://www.executivaipb.com.br/Atas\\_CE\\_SC/CE/Ata\\_CE\\_2010.pdf](http://www.executivaipb.com.br/Atas_CE_SC/CE/Ata_CE_2010.pdf)